

VI SEEP

SEMINÁRIO DE PSICOLOGIA

I ENCONTRO REGIONAL NORTE DA ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL (ABRAPSÓ)

V ENCONTRO RONDONIENSE DE
PSICOLOGIA ESCOLAR/EDUCACIONAL

6 A 9 DE NOVEMBRO DE 2018



Temática
EDITORA

 **fapero**

**Anais do VI Seminário de Psicologia:
Psicologia, Democracia e Direitos
Humanos na Amazônia
6 a 9 de novembro
de 2018**

Porto Velho - Rondônia
2019

© by Maria Ivonete Barbosa Tamboril, Marli Lucia Tonatto Zibetti e Matheus Mendonça de Vasconcelos

Temática Editora
Rua Prudente de Moraes, 2421 Centro
CEP: 76801-039 Porto Velho-RO
(69) 3302-0530 9.9246-8939

Comissão Técnica

Abel Sidney
Preparação de originais e revisão

Crédito da ilustração da capa: Madeira (Série: Paralém, 2017) - Marllon Tamboril

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S471 Seminário de Psicologia – SEP (7 : 2018 : Porto Velho, RO) VI Seminário de Psicologia : Psicologia, Democracia e Direitos Humanos na Amazônia. Anais do Seminário de Psicologia -SEP / Organização Maria Ivonete Tamboril -- Porto Velho, RO: 2019.

ISSN 2237-0137

1. Psicologia 2. Direitos Humanos 3. Amazônia I. Tamboril, Maria Ivonete org., II. Zibetti, Marli Lucia Tonatto org., III. Vasconcelos, Matheus Mendonça de org., IV. Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE) V. Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) VI. Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR VII. Anais do VI Seminário de Psicologia.

CDU: 159 (811)

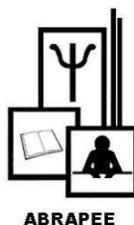
Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Ozelina Saldanha CRB11/486

Fundação Rondônia de Amparo ao Desenvolvimento das Ações Científicas e Tecnológicas e à Pesquisa do Estado de Rondônia (Fapero)
Termo de outorga: 008/2018
Processo: 0012247896201897.08/2018
Edital chamada 006/2018-PAE



REALIZAÇÃO

MESTRADO EM PSICOLOGIA (MAPSI)



APOIO



UNIVERSIDADE FEDERAL
DE RONDÔNIA



COMISSÃO ORGANIZADORA DO EVENTO

Maria Ivonete Barbosa Tamboril – UNIR

Lilian Caroline Urnau – UNIR

Marli Lucia Tonatto Zibetti – UNIR

Iracema Neno Cecílio Tada – UNIR

Juliana da Silva Nóbrega – UNIR

Neffretier Cinthya Rebello André dos Santos Clasta – UNIR

COMISSÃO CIENTÍFICA DO EVENTO

Adinete Sousa da Costa Mezzalira (UFAM)	Alessandro de Oliveira dos Santos (USP)
Ana Maria de Lima Souza (UNIR)	Anabela Santos (UFU/MG)
Daniela Vasco Santos (Estácio Castanhal/PA)	Fauston Negreiros (UFPI)
Flavia Cristina Silveira Lemos (UFPA)	Graziela Lucchesi (UFPA)
Iolete Ribeiro da Silva (UFAM)	Iracema Neno Cecílio Tada (UNIR)
João Leite Ferreira Neto (PUC/MG)	José Juliano Cedaro (UNIR)
Josélia Gomes Neves (UNIR)	Juliana da Silva Nóbrega (UNIR)
Leandro Roberto Neves (UFRR)	Lilian Caroline Urnau (UNIR)
Leandro Passarinho Reis Junior (UFPA)	Leny Sato (USP)
Luís Alberto Lourenço de Matos (UNIR)	Lygia de Sousa Viegas (UFBA)
Marcelo Domingues Roman – UNIFESP	Marcelo Gustavo A. Calegare (UFAM)
Maria Ivonete Barbosa Tamboril (UNIR)	Maria Lúcia Tiellet Nunes (PUC/RS)
Marilda Gonçalves Dias Facci – UEM/PR	Marilene Proença Rebello de Souza (USP)
Marli Lucia TonattoZibetti (UNIR)	Neffretier Cinthya R. A. S. Clasta (UNIR)
Paulo Renato Vitória Calheiros (UNIR)	Regina Lucia Sucupira Pedroza (UnB)
Rosângela Dutra de Moraes (UFAM)	Silvia Maria Cintra da Silva (UFU/MG)
Vanderleia de L. D. C. Schlindwein (UNIR)	Zaira Leal (UEM/PR)



ISSN 2237-0137

SUMÁRIO

Apresentação	23
Minicursos	
Elaboração de relatórios psicossociais em psicologia jurídica: diálogo interdisciplinar entre Psicologia, Serviço Social e Direito	27
<i>Zeno Germano de Souza Neto</i>	
Práticas de acolhimentos para crianças e adolescentes sob medidas protetivas	31
<i>Vanuza Marchioli Lopes</i>	
<i>Halanderson Raymisson da Silva Pereira</i>	
Introdução à atenção plena e técnicas contemplativas	36
<i>Sáimon Felipe da Silva Lucas</i>	
<i>Elifal José Mojalott Kallid</i>	
Utilização de instrumentos para detecção do uso abusivo e dependência de substâncias psicoativas	41
<i>Raiol Marcelo de Almeida Lima</i>	
<i>Paulo Renato Vitória Calheiro</i>	
Métodos e técnicas empregadas no aconselhamento psicológico para atuação em contextos sem muros	46
<i>Neffretier Cinthya Rebello Andre dos Santos Clasta</i>	
<i>Ishtar Nichole Schmitz Michels Dantas</i>	
<i>Mariana Oliveira da Silva</i>	
<i>Rafael Batista da Silva</i>	



ISSN 2237-0137

Análise das estruturas cognitivas: contribuições para elaboração de intervenções com queixas de dificuldades de aprendizagem 54

Fátima Queiroga

Hugo Domingos Gomes

Nayara Emanuele da Silva Freitas

Sara Victor Pereira

Formação na administração do Protocolo de Diagnóstico da Depressão em Adulto (PDDA) 57

Fagner Alfredo Ardisson Cirino Campos

Fábio Biasotto Feitosa

Interfaces do atendimento psicológico no contexto hospitalar sob a ótica da análise do comportamento 59

Cristiano de Almeida Fernandes

Plantão de escuta psicológica: oferta de serviço para demandas emergenciais, da teoria a prática 62

Anne Emanuelle Cipriano da Silva

Isabella Carvalho T. Lemes da Fonseca

Mírian Oliveira de Souza Simões

Comunicações orais - Eixo I - Psicologia, Políticas Públicas e Trabalho

Vivências de prazer e sofrimento no trabalho de estagiários 68

Bruna Suyane Fernandes Vilela

Natasha Souza Matos

Vanderléia de L. Dal Castel Schlindwein



“Olhares tortos” - um estudo com mulheres motoristas de ônibus da cidade de Porto Velho-RO 70

Gabrielle Selleri Bezerra

Vanderléia de Lurdes Dal Castel Schlindwein

Comunicações orais - Eixo II - Psicologia, Políticas Públicas e Saúde

O educador nas instituições: a necessidade da humanização nas relações com crianças e adolescentes institucionalizados 73

Adrielle Joventina Ferreira Barroso

Eliane Gamas Fernandes

Railane de Oliveira Marinho

Morte autoprovocada: quando a tentativa e a ideação suicida comunicam o abandono e o não pertencimento 76

Anna Carolina Gomes Freire Filgueiras

Neffretier Cinthya Rabello André dos Santos Clasta

A interdisciplinaridade em questão: a articulação da psicanálise com a genética 79

Lucélia Maria Gonçalves

José Juliano Cedaro

Vivian Susi de Assis Canizares

O órgão eleito na psicossomática 81

Daniele Mejia Cavalcante

Mirian Rocha de Almeida

Paulo Vitor Alves de Freitas



ISSN 2237-0137

Câncer e psicologia histórico-cultural: levantamento bibliográfico ___ 83

Elis Monique de Vasconcelos Galvão

Depressão e ansiedade em pacientes oncológicos _____ 85

Elis Monique de Vasconcelos Galvão

Paulo Renato Vitória Calheiros

Clínica psicanalítica no sistema prisional: escuta e intervenções (im)possíveis _____ 87

Halanderson Raymisson da Silva Pereira

Carine Fernanda

Raquel Nichole Nickson Lee Diniz da Silva

Crime, loucura e tratamento: uma proposta de escuta e práticas a partir da clínica ampliada em uma unidade de custódia _____ 90

Halanderson Raymisson da Silva Pereira

Háyla Verena de Sousa Ferreira

Milca Isabele Santos Carvalho

Atuação do psicólogo em uma unidade de terapia intensiva: um relato de experiência _____ 92

Ishtar Nichole S. Michels Dantas

Thathyane Nunes Dorneles

José Juliano Cedaro

Aspectos do cuidado de enfermagem às mulheres em situação de violência e a interface com políticas públicas _____ 94

Juliana Barbosa Framil

Rosiele Pinho Gonzaga da Silva

Maria Ivonete Barbosa Tamboril



ISSN 2237-0137

Violência verbal intrafamiliar 97

Karina dos Reis Ferreira

Larissa de Jesus Silva

Sara Lima Rodrigues

Vivências de acolhimento em um caps estadual na cidade de Porto Velho-RO 99

Bruna Suyane Fernandes Vilela

Natasha Souza Matos

Vanderléia de L. Dal Castel Schlindwein

A deficiência das políticas públicas na implantação do CAPS III relacionado ao maior número de encaminhamentos à clínica escola 101

Maiane Pereira Leonardelli

Ishtar Nichole Schmitz Michels Dantas

“Até que não me afeta muito”: o lugar do afeto nas desordens psicossomáticas 104

Natasha Souza Matos

Bruna Suyane Fernandes Vilela

O perfil de mulheres vivendo com hiv|aids em um hospital de doença infecto contagiosa 106

Priscila Guedes Nogueira

José Juliano Cedaro

Psicologia da saúde: relato de experiência em uma unidade básica de saúde de Santarém-PA 108

Thiago de Sousa Soares

Trícia Aguiar Vieira

Edilmara Patrícia Rocha



ISSN 2237-0137

Comunicações orais - Eixo III - Psicologia, Políticas Públicas e Educação

Sexualidade e deficiência: um diálogo com profissionais da educação 111

Aracely Thais Lima de Assunção

Thais Alícea Brito

Prof^a. Ma. Luanna Freitas Johnson

A “ideologia de gênero” na discussão sobre um plano municipal de educação 113

Ariel Alves Gomes

Esthela Bianchini Hipólito da Silva

Maria Ivonete Barbosa Tamboril

Marcos regulatórios da educação escolar indígena e o direito a educação diferenciada 115

Beatriz Johnson Avelino

Walcir Dione da Silva Ribeiro

Psicologia e processos grupais: experiência acadêmica na promoção da consciência política 118

Camila Ricardo Marcelino

Keise Kaliny Arruda de Moura

Maria Eduarda da Silva Freire Pereira

Espaço escolar: habilidades sociais do professor de educação infantil 120

Claudinéia dos S. F. Moreira

Verônica Rodrigues Tomaz Godinho



ISSN 2237-0137

Análise de uma experiência de estágio à luz da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica 122

Cleude Alcantara Alves Storch

Marli Lúcia Tonatto Zibetti

Exploração sexual no contexto amazônico de grandes obras: uma análise do papel da escola 124

Denise de Carvalho Campos

O processo de escolarização de um aluno indígena e surdo: desafios para a psicologia escolar 126

Dhienifer Estefani Pereira Barbosa

Reflexões sobre a educação escolar na atualidade à luz da psicologia histórico-cultural e da pedagogia-histórico crítica 128

Eliane Aparecida Michelin

Iracema Neno Cecilio Tada

Escola “sem” partido ou a lei da mordaza? 130

Ícaro Pedraça Freitas

Patrícia Cavalcante Pessoa Ávila Marques

Criança, você é feliz? Dimensões do bem-estar subjetivo para crianças de uma escola pública estadual de Santarém, Pará 132

João Paulo Pantoja Braga

Iani Dias Lauer Leite

“Professor, chegamos!” Relato de experiência de um cuidador de aluno com paralisia cerebral 135

Julio Sérgio Camargo



ISSN 2237-0137

A infância sem terra e o compromisso social da psicologia: diálogos possíveis 137

Matheus Mendonça de Vasconcelos

Paulo Vitor Alves de Freitas

Maria Ivonete Barbosa Tamboril

Além de um diagnóstico: aplicação de métodos psicopedagógicos tradicionais e seus “ganhos subjetivos” para pessoa com autismo, relato de experiência 139

Mirian Rocha de Almeida

Ariel Alves Gomes

Beatriz Johnson Avelino

A “Geração Z”: a imersão na tecnologia e o ensino de direitos humanos 142

Rita Clara Vieira da Silva

Percepção dos educadores sobre a educação ambiental 144

Sara Lima Rodrigues

Karina dos Reis Ferreira

Marina Vasconcellos de Oliveira

Educação no campo: percepções e sentidos da juventude rural sob o olhar da psicologia 146

Tauana Cristina Santana

Mirian Rocha de Almeida

Marli Lucia Tonatto Zibetti

Sentido pessoal atribuído pelas mães à escolarização dos/as filhos/as em escolas privadas 148

Vanessa Caroline Ferreira Galvão

Marli Lúcia Tonatto Zibetti



ISSN 2237-0137

Infância e educação infantil: um levantamento bibliográfico no repositório da Fundação Universidade Federal de Rondônia 151

Wolembergue Lopes Gomes

Marli Lúcia Tonatto Zibetti

Comunicações orais - Eixo IV - Lutas e Movimentos Sociais

Psicologia e violência agrária: o massacre de Corumbiara 154

Claudinei Lúcio Soares dos Santos

Alex Sandro Possamai da Silva

As diferentes manifestações artísticas no Movimento Sem Terra: identidade, educação e luta 156

Laura Izabelle Nobre Carvalho

Marli Lúcia Tonatto Zibetti

Audiovisual na extensão universitária: uma ferramenta de engajamento político social 158

Ana Clara Costa Martins

Laura Izabelle Nobre Carvalho

O sintoma social em fatos e fotos: gritos, vozes e os ecos na universidade 160

Lucélia Maria Gonçalves

Regina Clara de Aguiar

José Juliano Cedaro

Ações do Projeto Casadinhos e movimento LGBTIQ na discussão sobre a transexualidade em uma universidade na Amazônia Ocidental 162

Marcos Henrique Figueira de Mello

Naára Balbino Guimarães



ISSN 2237-0137

Stéfane Christie Ferreira de Lima

Potência política e afetiva na amazônia: experiência no levante popular da juventude 165

Thiago de Sousa Soares

Lívia Cristinne Arrelias Costa

Comunicações orais - Eixo V - Raça/Etnia: População Negra e Indígena; Branquitude

A construção social da identidade quilombola em uma comunidade do Vale do Guaporé-RO 169

Eraldo Carlos Batista

Marlene Nogueira Pinheiro

Neuzilane Gonzaga

A cor da educação superior no Brasil: mulheres negras na docência 172

Fernanda de Castro Borges Trindade

Maria Ivonete Barbosa Tamboril

Luís Alberto Lourenço de Matos

Movimento de mulheres quilombolas de Santarém: construindo resistências, fortalecendo laços 174

Leticia Pinto da Silva

Lívia Cristinne Arrelias Costa

Ser criança nas etnias Karitiana, Gavião e Zoró: uma análise da produção acadêmica indígena em Rondônia 177

Natasha Souza Matos

Bruna Suyane Fernandes Vilela

Maria Ivonete Barbosa Tamboril



ISSN 2237-0137

População em situação de rua e relações étnico-raciais: uma breve análise dos estigmas atribuídos a esse grupo social 180

Rafael Batista da Silva

Sou cultura indígena: a universidade documentando o protagonismo indígena de Rondônia e Mato Grosso 183

Rauã Araújo dos Santos

Máira Carneiro Bittencourt Maia

Comunicações orais - Eixo VI - Diversidade Sexual e de Gênero

Processo de contratação trabalhista, políticas públicas e exclusão de pessoas transexuais e transgênero 186

Bruno Mattos Leal

Karen de Lima Gomes

Victor Hugo Coelho Rocha

Violências contra a mulher: análise do filme *What's Love Got To Do With It* – a história de Tina Turner 188

Daniel Cerdeira de Souza

Os desafios da mulher nas funções policiais militares: um estudo em Porto Velho-RO 190

Estela Silva Nunes

Lais Rodrigues de Cristo

Eliane Gamas Fernandes

Nos trilhos da (in)existência: a presença feminina no contexto da história de Rondônia 192

Eudeir Barbosa de Oliveira

Maria Ivonete Barbosa Tamboril



ISSN 2237-0137

O adoecimento de professoras: uma revisão sistemática da literatura científica nacional no período entre 2012 e 2017 194

Fernanda Miranda Cavalcante

Cristiano Estevão Cabral

Maria Ivonete Barbosa Tamboril

A sexualidade e autoestima da mulher com câncer de mama ou útero 196

Gabriela Carriço Horeay

A sexualidade institucionalizada: apontamentos teóricos sobre a vida de mulheres privadas de liberdade 198

Gabriela Gomes Santos

Rosângela Nogueira Gama

Fabício Ricardo Lopes

Acolhendo a diversidade na escuta psicológica a pessoa trans: relato de experiência 200

Queren Hoppe Aragão Macêdo

Aldiane Fontenele de Sousa

Anne Emanuelle Cipriano da Silva

Comunicações orais - Eixo VII – Ruralidades

Miracema: o direito de ser criança 203

Camila Alessandra Scarabel

Denise de Carvalho Campos

Helena de Jesus Abreu Araújo

Psicologia e temáticas rurais: estado da arte 206

Dayana Kellen Onofre dos Santos



ISSN 2237-0137

Marcelo Gustavo Aguilar Calegare

Cultura amazônica, meio ambiente e desenvolvimento: as diferentes dimensões de uma totalidade 208

Leandro dos Santos

Bruno Miranda Braga

Neire Abreu Mota Porfiro

Comunicações orais - Eixo VIII - Formação e Atuação em Psicologia

Entraves por trás de um capuz: um relato clínico em psicoterapia breve de orientação analítica com foco em insights 212

Ana Paula Farias Ferreira

Neffretier Cinthya Rebello André dos Santos Clasta

Pessoas em situação de rua: relato de experiência do grupo com demandatários em uma unidade de acolhimento 214

Angélica de Souza Lima

Lilian Caroline Urnau

O desafio da psicologia organizacional frente aos objetivos das empresas pós-modernas: do lucro à responsabilidade ética 217

Bruno Mattos Leal

Karen de Lima Gomes

Gésica Borges Bergamini

Escuta psicológica no enfrentamento do luto: relato de experiência 220

Edson da Costa Carvalho

Íris de Moura Ribeiro

Anne Emanuelle Cipriano da Silva



ISSN 2237-0137

A formação em psicologia: um estudo a partir da visão dos profissionais inscritos no crp 20 – Seção Rondônia 222

Esthela Bianchini Hipólito da Silva

Protocolo do Diagnóstico da Depressão em Adulto (pdda): uma inovação tecnológica em saúde mental 224

Fagner Alfredo Ardisson Cirino Campos

Fabio Biasotto Feitosa

Clínica em psicodinâmica do trabalho com policiais da força tática. 227

Hanna Izabel Ferreira Marçal

Vanderléia de L. Dal Castel Schindwein

Mariana Oliveira da Silva

Edcarlos Alfaia Galeno Barbosa

Da morte ao luto e reparação: um estudo de caso em psicoterapia breve de orientação analítica 229

Janáina Gianne Araújo de Medeiros

Nefrettier Cinthya Rebelo André dos Santos Clasta

Palavras guardadas: um caso clínico em psicoterapia breve de um paciente com dificuldades de diálogo 231

Janáina Gianne Araújo de Medeiros

Nefrettier Cinthya Rebelo André dos Santos Clasta

Mindfulness aplicada à dor crônica 234

Lais Regina de Souza Neves

Victor Hugo Coelho Rocha

Gésica Borges Bergamini



ISSN 2237-0137

Possíveis intervenções do profissional de psicologia a mulheres em situação de violência doméstica 236

Leticia Pinto da Silva

Isabela Silva de Vasconcelos

Augusto César Doroteu de Vasconcelos

Treinamento de habilidades sociais como ferramenta em atendimento de uma criança diagnosticada com transtorno de conduta 238

Leticia Santana da Silva

Amanda Maiara dos Santos Ferreira

Gésica Borges Bergamini

Estresse em acadêmicos de psicologia da Universidade Federal de Rondônia: reflexão acerca das dificuldades nas relações interpessoais 241

Lua Claro Melo Fernandes

Fernanda Ramires de Arruda

Fábio Biasotto Feitosa

O prostituir e o prostituir-se: a profissional do sexo e a perda da identidade nas relações sociais afetivas 243

Maiane Pereira Leonardelli

Neffretier Cinthya Rebello Andre Dos Santos Clasta

Atividade lúdica: uma intervenção escolar 245

Marina Vasconcellos de Oliveira

Edson Rodrigues da Silva

Larissa de Jesus Silva

Relato de experiência de estágio em psicologia jurídica 247

Milca Isabele Santos Carvalho



Formação do psicólogo no Brasil: marcos regulatórios 249

Mirian Rocha de Almeida

Luís Alberto Lourenço de Matos

Psicologia breve e o luto: possibilidades em foco 251

Naiara Francisca Viana

Neffretier Cinthya Rebello André dos Santos Clasta

Considerações sobre a importância do diagnóstico psicopedagógico para a intervenção a partir de um relato clínico 253

Nayara Emanuele da Silva Freitas

Fátima Queiroga

Hugo Domingos Gomes

Residência multiprofissional em atenção psicossocial: formação do psicólogo a serviço do SUS na região amazônica 256

Nikolli Evelyn Gubert

Edna Mônica Wobeto

Contribuições da teoria do apego no desenvolvimento da dependência emocional 258

Savana Sara Batista da Silva Orso

Victor Hugo Coelho Rocha

Gésica Borges Bergamini

Morte e luto em terapia cognitivo comportamental: intervenção a luz da terapia de aceitação e compromisso 260

Savana Sara Batista da Silva Orso

Victor Hugo Coelho Rocha

Gésica Borges Bergamini



ISSN 2237-0137

Metodologias ativas de ensino e aprendizagem na formação do psicólogo 263

Tatyana Cristina Cardoso Xavier

Luci Vieira Catellane Lima

A doença física de quem não pode vivenciar a dor da alma: relato de experiência em psicossomática 265

Tauana Cristina Santana

Daniele Mejia Cavalcante

Estratégias de coping utilizadas pelos acadêmicos de psicologia da Universidade Federal de Rondônia: refletindo a construção das relações interpessoais 267

Thabata Milane Santos Rodrigues

Luiza Maria Stelo de Mattos

Fábio Biasotto Feitosa

Grupo de mães e pais com filhos autistas: um relato de experiência 269

Thathyane Nunes Dorneles

Anna Carolina Gomes Freire Filgueiras

Iracema Neno Cecilio Tada

Comunicações orais - Eixo IX - Psicologia, Políticas Públicas

Mães abandonadas: a intersecção de gênero e classe em processos de destituição em 2016 e 2017 em Porto Velho 273

Danielle Gonçalves Correia

Luana Jessica Gomes Pagung

Maria Ivonete Barbosa Tamboril



ISSN 2237-0137

Comunicações orais - Eixo X - Impactos Socioambientais de Grandes Empreendimentos na Amazônia

Para onde corro, não vejo saídas... Só vejo barragens: impactos subjetivos em atingidos por barragens na cidade de Porto Velho — 276

Juliana da Silva Nóbrega

Laura Isabelle Nobre Carvalho

Matheus Mendonça de Vasconcelos

Comunicações orais - Eixo XI - Psicologia Comunitária

Psicologia e estigmatização social: reflexões acerca da prisão provisória 280

Cristiano de Almeida Fernandes

Edson da Costa Carvalho

Matheus Henrique de Souza Vaz

Participação social e organização coletiva em bairros de Porto Velho: (des)encontros entre líderes e comunidade 282

Jéssica Fabrícia Silva Lima

Lilian Caroline Urnau

Angélica de Souza Lima

Relato de experiência com participantes de um projeto social: brincadeiras e diálogo como ferramentas educativas 284

Karem Dato da Silva Pinto

Marli Lucia Tonatto Zibetti

Lilian Caroline Urnau



ISSN 2237-0137

Extensão universitária e psicologia comunitária: ações do Projeto Rondon no empoderamento da comunidade de Alto Alegre dos Parecis-RO 287

Marcos Henrique Figueira de Mello

Stéfane Christie Ferreira de Lima

Significados sobre plantas medicinais para jovens de uma comunidade ribeirinha amazônica 289

Thaline Castro de Lima

Marcelo Gustavo Aguilar Calegare

Dayana Kellen Onofre dos Santos



ISSN 2237-0137

APRESENTAÇÃO

O **Seminário de Psicologia (SEP)**, evento regular anual do **Programa de Pós-Graduação e da Graduação em Psicologia (PPGPSI)**, que se encontra em sua 6ª edição, tem contribuído para fomentar a articulação da formação de psicólogos/os profissionais e pesquisadoras/es. Também se constitui como oportunidade fundamental para divulgação das pesquisas desenvolvidas na **Universidade Federal de Rondônia (UNIR)** e em outras instituições da região, abrindo espaço também para intercâmbio entre os pesquisadores e estudantes possibilitando a criação de redes de pesquisa e estudos, necessárias para elevar a qualidade da produção do conhecimento em Psicologia em nossa região, cuja localização geográfica dificulta a aproximação com grandes centros produtores de conhecimento no país.

Nesta edição, o PPGPSI se propôs realizar o SEP em parceria com a **Regional Norte da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO)** e com o **Núcleo Rondoniense da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)** com o apoio do **CRP-20**. Dada a abrangência e relevância do tema do evento - **“Psicologia, democracia e direitos humanos na Amazônia”** - houve convergência dos interesses institucionais e das entidades parceiras, promovendo discussões de temas fundantes sobre o cenário nacional e local.

Assim, apresentamos esses Anais que sistematizam os trabalhos apresentados nos três eventos que ocorreram



ISSN 2237-0137

simultaneamente: **VI Seminário de Psicologia (DEPSI/PPGPSI/UNIR)**, do **I Encontro Regional Norte da ABRAPSO** e do **V Encontro Rondoniense de Psicologia Escolar/Educacional da ABRAPEE**, os quais se caracterizaram como oportunidades singulares de ampliação dos diálogos, do encontro de militantes sociais, profissionais e especialistas de diversas instituições e áreas do conhecimento e que puderam contribuir para a análise conjuntural dos impactos e conflitos provenientes da efetivação, ausência e/ou fragilidade das políticas públicas, dos processos de ocupação e urbanização em permanente confronto e violação dos direitos humanos das populações amazônicas.

Em sua VI edição, o **SEP** buscou firmar-se como espaço de articulação entre os campos de produção do conhecimento e de atuação profissional, expandindo também suas fronteiras e buscando o diálogo com pesquisadores de instituições de todo o país, com vistas a potencializar novas possibilidades de intercâmbio e de formação aos estudantes.

A **ABRAPSO** Norte/Nordeste formava um único núcleo regional que já havia realizado cinco encontros. Considerando as especificidades da região amazônica, em 2018 aprovou-se o desmembramento do referido Núcleo sendo este o primeiro encontro da **ABRAPSO/Norte**.

A **ABRAPEE/RO** teve suas atividades iniciadas em final de 2005 com 20 associados, com o objetivo de representar a Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional em nosso estado,



ISSN 2237-0137

divulgando as ações dessa Associação, bem como, buscando contribuir para o desenvolvimento da Psicologia Escolar e Educacional em Rondônia. Até o momento foram realizados quatro Encontros Rondonienses de Psicologia Escolar/Educacional.

A aproximação entre associações e instituições formadoras que caracterizaram a organização deste encontro acena para a formação de uma rede de pesquisadores e pesquisadoras comprometidos com as demandas dos diferentes grupos que constituem o povo amazônida e claramente engajados na produção de conhecimento e de intervenções sintonizados com as necessidades dessas populações.

A Comissão Organizadora

VISEP
SEMINÁRIO DE PSICOLOGIA
I Regional Norte - ABRAPSO
V ABRAPES Rondônia
Município
RAPSI | ABRAPSO | ABRAPES



PSICOLOGIA, DEMOCRACIA
E DIREITOS HUMANOS
NA AMAZÔNIA

06 a 09 de Novembro de 2018
Local: Campus José Ribeiro Filho
Porto Velho - RO

apoio:  

ISSN 2237-0137

MINICURSOS



ISSN 2237-0137

ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS PSICOSSOCIAIS EM PSICOLOGIA JURÍDICA: DIÁLOGO INTERDISCIPLINAR ENTRE PSICOLOGIA, SERVIÇO SOCIAL E DIREITO

Zeno Germano de Souza Neto

Psicólogo do Tribunal de Justiça do
Estado de Rondônia

Professor do ILES ULBRA Porto Velho e
da Faculdade Católica de Rondônia

OBJETIVOS

- 1) Proporcionar a compreensão dos conceitos elementares para elaboração de relatórios frutos da práxis do psicólogo jurídico;
- 2) Estimular a reflexão crítica sobre a produção de relatórios;
- 3) Facilitar a percepção dos participantes do minicurso quanto às aplicabilidades do trabalho psicológico no campo da psicologia jurídica.

JUSTIFICATIVA

O psicólogo na condução do seu trabalho no campo psicojurídico tem como uma de suas atribuições ao dialogar com o direito, a elaboração de documentos técnicos. Nessa função, o psicólogo contribui fundamentalmente com os atos decisórios de magistrados na realização de processos em que direitos precisam ser garantidos, incluindo-se questões de guardas de filhos, adoção, maus tratos e outras violências. Nesse sentido é importante esclarecer que a Psicologia Jurídica não se restringe em sua área de atuação, apenas aos psicólogos que trabalham no Poder Judiciário, mas



necessariamente envolvem todos os profissionais da Psicologia que dialogam com o Direito por meio de documentos técnicos e isto inclui aqueles que atuam no Poder Executivo também (Shine, 2010; Germano, 2017; Souza Neto, 2018).

Os documentos que o psicólogo pode realizar estão previstos na resolução nº 007/2003 do Conselho Federal de Psicologia e são denominados, declaração, atestado, relatório ou laudo e parecer (Conselho Federal de Psicologia, 2003; 2005). Tais documentos são da atuação específica do profissional da psicologia e acabam por não prever a atuação dita psicossocial, comumente caracterizada pelo trabalho em parceria com profissionais do Serviço Social (Shine e Strong, 2006).

Ademais, este trabalho em parceria, também denominado trabalho *psicossocial*, tem em algumas áreas a necessidade de elaboração de documentos técnicos específicos previstos em legislação própria e que não estão minimamente contemplados na resolução 007/2003 do Conselho Federal de Psicologia (Germano, 2017). É o que se prevê na atuação de psicólogos no sistema prisional quanto ao exame criminológico, em medidas socioeducativas e nas situações de adoção quanto aos planos individuais de atendimentos (PIA).

Por fim, o trabalho de elaboração de relatórios técnicos é fruto de uma intervenção maior e irá retratar o entendimento do psicólogo diante dos fenômenos avaliados. Nesse sentido tem no campo específico da Psicologia Jurídica, o papel de influenciar a tomada de decisões dos magistrados que julgam processos judiciais. Independente de isso poder a colocar a Psicologia Jurídica como



ISSN 2237-0137

subalterna ao Direito (Trindade, 2014), não há como negar que também a partir dessa função, o psicólogo se torna um profissional relevante na seara jurídica e irá contribuir sobremaneira, atuando sozinho ou de forma interdisciplinar, no futuro de pessoas por ele, psicólogo, atendidas. Uma grande responsabilidade técnica e principalmente ética.

METODOLOGIA

Para alcançar seus objetivos, o minicurso trabalhará em uma perspectiva de metodologia ativa tal como propõe Lima (2017). A primeira parte do minicurso será feita por meio da explanação oral dos conceitos de “psicologia jurídica, perícia, avaliação psicológica em âmbito jurídico, demandas em contexto jurídico, áreas de atuação em psicologia jurídica, a resolução 007/2003 que estrutura os documentos frutos da atuação do psicólogo, conceito de psicossocial e interdisciplinaridade em psicologia jurídica”.

Na segunda parte, serão apresentados métodos de casos envolvendo cópias de relatórios realizados por psicólogos jurídicos em atuação tanto no Poder Judiciário quanto no Poder executivo, devidamente preservados quanto ao sigilo. Os participantes deverão analisar os relatórios de acordo com os aspectos teóricos elencados na primeira parte.

RECURSOS

Data show, quadro branco, pincel atômico, quantitativo de xerox dos relatórios aos participantes.



ISSN 2237-0137

REFERÊNCIAS

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de ética do psicólogo**. Brasília, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução nº 007/2003**. Brasília, 2003. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2003/06/resolucao2003_7.pdf>.

LIMA, V. V. Espiral construtivista: uma metodologia ativa de ensino-aprendizagem. **Interface (Botucatu) [online]**, vol.21, n. 61, pp.421-434, 2017. Epub Oct 27, 2016. ISSN 1807-5762. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1807-57622016.0316>>.

GERMANO, Z. **Psicologia jurídica e psicanálise: Reflexões teóricas e práticas**. São Paulo: Baraúna, 2017.

SHINE, S. K. **A espada de Salomão: A Psicologia e a disputa de guarda de filhos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

SHINE, S.K. e STRONG, M. I. O laudo pericial e a interdisciplinaridade no poder Judiciário. In: SHINE, S. K. (Org). **Avaliação Psicológica e Lei: Adoção, Vitimização, Separação conjugal, dano psíquico e outros temas**. São Paulo. Casa do Psicólogo, 2006.

SOUZA NETO, Z. G. (Org). **Olhares e fazeres: teoria e pesquisa em Psicologia Jurídica**. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2018.

TRINDADE, J. **Manual de Psicologia Jurídica para operadores do Direito**. 7. ed. Porto Alegre: Casa do Advogado, 2014.



ISSN 2237-0137

PRÁTICAS DE ACOlhIMENTOS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES SOB MEDIDAS PROTETIVAS

Vanuza Marchioli Lopes

Psicóloga pelas Faculdades Integradas Aparício Carvalho /
Coordenadora do Serviço de Acolhimento Familiar da Secretaria Municipal
de Assistência Social e da Família - SEMASF

Halanderson Raymisson da Silva Pereira

Doutorando em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do
Rio Grande do Sul – PUC RS/ Docente do Curso de Psicologia ULBRA

OBJETIVOS

Este minicurso pretende apresentar e discutir as modalidades de acolhimento para crianças e adolescentes que foram afastadas do convívio familiar e comunitário por medidas protetivas no município de Porto Velho.

JUSTIFICATIVA

No Brasil, o acolhimento institucional (em abrigos) constitui-se historicamente a medida de proteção mais utilizada em prol de crianças e de adolescentes em grave situação de vulnerabilidade, pois desde a criação das Rodas de Expostos ou Rodas de Enjeitados, as políticas de assistência social priorizaram o “internamento” dos infantes. Contudo, a literatura descreve que crianças e adolescentes afastados de seu convívio familiar podem apresentar consequências negativas quanto ao seu desenvolvimento se o serviço de acolhimento não for de qualidade e prolongado desnecessariamente. Nesse contexto, a fim de garantir o direito fundamental de convivência



ISSN 2237-0137

familiar e comunitária, o artigo 19 da Lei nº 8.069/90 (ECA) prescreve que “[...] toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária [...]”. Entretanto, até 2009, a referida lei não definia critérios para o prazo de acolhimento que atendesse ao princípio da provisoriedade por ela apregoado. Por inúmeras razões, crianças e adolescentes permaneciam em Unidades de Acolhimento durante anos aguardando providências que permitissem seu retorno à família de origem ou sua colocação em famílias substitutas, ou seja, ao invés do acolhimento ter um caráter provisório e transitório na vida das crianças/adolescentes, acabava se tornando um local permanente de moradia para muitos deles, pelo menos até a idade limite em que eram aceitos pela instituição.

METODOLOGIA

Nesse sentido, este minicurso pretende apresentar os marcos históricos e legais das práticas de acolhimento para crianças e adolescentes, destacando, por meio da utilização de estudos de casos e recursos audiovisuais, as contribuições da psicologia nesse campo de atuação, tendo em vista a inserção desse profissional na Política Nacional de Assistência Social.

RECURSOS

Data show, caixa de som, textos para estudo de caso, pincéis e quadro branco.



REFERÊNCIAS

BRASIL. Código de Menores de 1927. Decreto nº 17.943 – A, de 12 de outubro de 1927.

_____. Código de Menores de 1979. Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de Dezembro de 1988.

_____. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei 8.069/90, de 13 de julho de 1990.

DELGADO, Paulo et al . Acolhimento Familiar em Portugal e Espanha: Uma Investigação Comparada sobre a Satisfação dos Acolhedores. **Psicol. Reflex. Crit.** Porto Alegre , v. 28, n. 4, p. 840-849, Dez. 2015. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722015000400024&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 2 out. 2018.

DELGADO, Paulo. A experiência da vinculação e o acolhimento familiar: reflexões, mitos e desafios. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto , v. 18, n. 2, p. 457-467, 2010. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413389X2010000200019&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 2 out. 2018.

LIRA, Pedro Paulo Bezerra de; PEDROSA, Maria Isabel. Processos de Significação sobre Família em Brincadeiras de Crianças em Acolhimento Institucional. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília , v. 32, n. 3, e323214, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722016000300239&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 8 out. 2018.



MORE, Carmen Leontina Ojeda Ocampo; SPERANCETTA, Andressa. Práticas de pais sociais em instituições de acolhimento de crianças e adolescentes. *Psicol. Soc.*, Florianópolis v. 22, n. 3, p. 519-528, Dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822010000300012 &lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 2 out. 2018.

MOREIRA, Maria Ignez Costa. Os impasses entre acolhimento institucional e o direito à convivência familiar. *Psicol. Soc.*, Belo Horizonte , v. 26, n. spe2, p. 28-37, 2014 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822014000600004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 8 Out. 2018.

MOURA, Gabriella Garcia; AMORIM, Kátia Souza. A (in)visibilidade dos bebês na discussão sobre acolhimento institucional. *Psicol. estud.*, Maringá , v. 18, n. 2, p. 235-245, Junho 2013. Disponível em: >www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722013000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 8 out. 2018.

NERY, Maria Aparecida. A convivência familiar e comunitária é direito da criança e do adolescente e uma realidade a ser repensada pela escola. *Cad. CEDES*, Campinas , v. 30, n. 81, p. 189-207, Ago. 2010. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622010000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 2 out. 2018.

POKER, Thalita Catarina Decome. Políticas de identidade no sistema de acolhimento a crianças: a história de vida de uma pós-abrigada. *Psicol. Soc.*, Belo Horizonte, v. 29, e171345, 2017. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822017000100408&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 8 out. 2018.



VALENTE, Jane. Acolhimento familiar: validando e atribuindo sentido às leis protetivas. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 111, p. 576-598, Set. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010166282012000300010&lng=en&nr=iso>. Acesso em: 3 out. 2018.



ISSN 2237-0137

INTRODUÇÃO À ATENÇÃO PLENA E TÉCNICAS CONTEMPLATIVAS

Sáimon Felipe da Silva Lucas

Psicólogo – CRP 20/7593

Elifal José Mojalott Kallid

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

OBJETIVOS

Geral

- Introduzir acadêmicos, em especial das áreas da saúde, em conhecimentos iniciais sobre atenção plena e técnicas contemplativas no contexto da saúde mental.

Específicos

- Explanar conceitos e definições para a atenção plena no contexto da saúde mental.
- Abordar as principais técnicas contemplativas.
- Auxiliar na iniciação à prática contemplativa.

JUSTIFICATIVA

As técnicas contemplativas, como definem Vorkapic e Rangé (2013, p. 24), são as chamadas intervenções mente-corpo, compreendendo as diferentes escolas de meditação, como yoga e algumas técnicas de relaxamento. A atenção plena é definida como uma “consciência sincera, de momento a momento, não julgadora” (Kabat-Zinn apud Vorkapic e Rangé, 2013, p. 11). Em outras palavras, é o ato de conscientemente focar a mente no momento presente, sem



jugamento e sem se apegar ao momento. É estar consciente e atento ao momento presente.

A presente proposta de minicurso destina-se a oferecer conhecimento introdutório a prática da atenção plena e técnicas contemplativas como recurso auxiliar e complementar no tratamento de diversos transtornos. Segundo Vorkapic e Rangé (2013, p. 24-25), desde a década de 1970 as pesquisas acerca das técnicas contemplativas colhem resultados que evidenciam sua eficácia no tratamento de diversas enfermidades, como hipertensão, insônia, fibromialgia e câncer; e em transtornos mentais, essas práticas têm sido particularmente eficazes no tratamento de depressão e transtornos de ansiedade. Essas intervenções são recomendadas no tratamento de transtornos mentais, pois são recursos de ordem não farmacológica e conseqüentemente não apresentam efeitos colaterais adversos.

Programas de prevenção à recaídas baseadas em meditação (PRBM) também apresentam resultados significativos na da intervenção de comportamentos adictos. De acordo com Bowen, Collins et al. (apud Vorkapik e Rangé, 2013, p. 20), foi observada em um grupo indivíduos dependentes de variadas substâncias psicoativas, que após o PRBM, o grau de consciência e aceitação aumentou, a incidência de recaída e fissuras diminuíram, bem como a taxa de sintomas depressivos relacionadas ao uso de substâncias também diminuiu.

Tendo em vista os aspectos mencionados, a proposta desse minicurso se volta a levar o conhecimento dos benefícios e vantagens



acerca da aplicação de atenção plena e técnicas contemplativas no contexto clínico.

CONTEÚDO

- Origens históricas da atenção plena e técnicas contemplativas.
- Bases psicológicas da atenção plena.
- Conceito de aceitação, piloto automático e mente de principiante.
- Introdução à prática da atenção plena.

METODOLOGIA

- A exposição de conteúdos será por meio de aula expositiva baseada na literatura consultada, abordando os principais conceitos das origens históricas da prática da atenção plena e técnicas contemplativas como aceitação, piloto automático, mente de principiante, habilidades de o que fazer e habilidades de como fazer como presentes na obra de Lineham (2018). (Sáimon, 1h e 15 min)
- Aula expositiva sobre as bases psicológicas da atenção plena (Elifal, 1h e 15 min)
- Vídeos de curta duração disponíveis nas mídias da internet e também haverá uma parte vivencial, no qual os participantes estarão livres para participar ou não, de duas técnicas contemplativas (uva passa e body-scan). (Sáimon e Elifal, 1h)



ISSN 2237-0137

RECURSOS

- Datashow para apresentação de vídeos e alguns conteúdos.
- Notebook (próprio).
- Caixas de som (próprio).
- 15 lápis (próprio).
- 15 folhas de papel A4 (próprio).
- Pacote de uva passa (próprio).

AVALIAÇÃO

Avaliação da aprendizagem do minicurso será realizada através de feedback verbal de como cada participante percebeu a importância do tema, bem como críticas e sugestões para o aperfeiçoamento. Também será entregue aos participantes uma ficha avaliativa com uma escala Likert, no qual assinalarão de um (para ruim) a cinco (para ótimo), sobre o quanto ficarão satisfeitos com a experiência do minicurso.

REFERÊNCIAS

LINEHAM, Marsha. **Treinamento de Habilidades em DBT. Manual de terapia comportamental dialética**. 2. ed. Porto Alegre: Editora Artmed, 2018.

ROEMER, Orsillo. **A Prática da Terapia Cognitivo-comportamental Baseada em Mindfulness e Aceitação**. Porto Alegre: Editora Artmed, 2017.



ISSN 2237-0137

VORKAPIC, Camila Ferreira; RANGÉ, Bernadad. **Mindfulness, meditação, yoga e técnicas contemplativas: Um guia de aplicação pessoal para profissionais de saúde.** Rio de Janeiro: Editora Cognitiva, 2013.



ISSN 2237-0137

UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS PARA DETECÇÃO DO USO ABUSIVO E DEPENDÊNCIA DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS

Raiol Marcelo de Almeida Lima

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Paulo Renato Vitória Calheiros

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Apresentar a aplicabilidade de instrumentos de triagem e rastreio que possam ser utilizados na prática profissional referente à detecção do padrão de uso e abuso de substâncias psicoativas (SPAs).

Objetivos Específicos

- a) Contribuir com profissionais da saúde que utilizem instrumentos de triagem para facilitar no diagnóstico da dependência química;
- b) Fornecer diferentes níveis de padrões de uso das SPAs através do rastreio com a instrumentalização (CAGE, AUDIT, ASSIST) específica;
- c) Identificar possibilidades e práticas dos instrumentais no campo da pesquisa.

JUSTIFICATIVA

A problemática do uso de substâncias psicoativas (SPAs) tem sido debate de muitos setores ligados a saúde, religião, instituições governamentais, não-governamentais e o meio científico. Tudo indica



ISSN 2237-0137

que a pauta do uso e abuso de drogas, ainda será motivo de discussão entre os diferentes setores que abordam essa temática por muito tempo. O uso abusivo e dependência de SPAs requer uma necessidade de rastreio sobre o processo de como a dependência surgiu na vida desse indivíduo, lembrando que cada pessoa quando chega a “pedir ajuda” passou por diversos momentos ou diferentes padrões de uso.

A dependência de substâncias como a própria Organização Mundial de Saúde (OMS) salienta trata-se de um estado psíquico muitas vezes físico da interação do organismo vivo com uma substância, na qual, provoca alterações no comportamento, desejo contínuo da mesma substância com o intuito de evitar o desconforto da falta da mesma capaz de gerar tolerância no organismo vivo (OMS, 1969).

No entanto, grande parte dos profissionais de saúde tem a tendência de se preocupar com o problema do Transtorno relacionado a Substância e o Transtorno Aditivo somente quando o usuário já é dependente da substância, deixando de lado a utilização de instrumentos de rastreio que o ajude com uma compreensão melhor da história desse indivíduo, bem como, o que o levou a desenvolver tais transtornos. Nesse sentido, esse minicurso se justifica, pois utilizar instrumentos de triagem serve como uma ferramenta de trabalho que visa facilitar a identificação do tipo de intervenção necessária para a melhoria da condição de saúde e qualidade de vida do usuário; funcionar como uma forma de não “rotular” e não estigmatizar os pacientes; e por fim, mecanismo de interação na forma de abordar o dependente químico (Brasil, 2006).



METODOLOGIA

O minicurso que tem por objetivo apresentar a aplicabilidade de instrumentos de triagem e rastreio que possam ser utilizados na prática profissional referente à detecção do padrão de uso e abuso de substâncias psicoativas (SPAs), utilizará a metodologia da aprendizagem vivencial que permite o desenvolvimento de atitudes, conhecimentos e habilidades a partir de um processo de aprendizagem crítico que prevê a ação, a reflexão, a concepção abstrata e a experimentação ativa (Kolb, 1984).

Neste sentido, considerou-se que a metodologia de aprendizagem vivencial oportuniza aos participantes o desenvolvimento de competências no gerenciamento de projetos e no trabalho em equipe para atuar sobre os fatores relacionados à saúde coletiva, possíveis a implantação de sistemas de informação. Sendo, assim, pretendem-se desenvolver essa metodologia objetivando o envolvimento das pessoas em uma atividade, além da vivência, eles terão a oportunidade de analisar o processo de forma prática e aplicar o conhecimento adquirido em seu cotidiano.

Busca-se alcançar uma socialização das experiências em triagem voltada a detecção do uso abusivo de substâncias psicoativas; fortalecimento das práticas diagnósticas em dependência química e a sistematização de dados objetivando estudos e pesquisas. Dessa forma espera-se que os conhecimentos técnico-científicos adquiridos neste curso permitam o aperfeiçoamento do trabalho desenvolvido pelos profissionais de psicologia frente às demandas de diagnóstico na atenção com usuário de álcool e outras drogas.



ISSN 2237-0137

RECURSOS

Os recursos pedagógicos a serem utilizados para realização do minicurso são: notebook (Pessoal), Datashow, quadro branco ou flip chart e pincéis, impressões/cópias dos testes (40 AUDIT, 40 ASSIST).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Detecção do uso e diagnóstico da dependência de substâncias psicoativas: módulo 3. - 7. ed. – Brasília: Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2014. 68 p. – **SUPERA: Sistema para detecção do Uso abusivo e dependência de substâncias Psicoativas: Encaminhamento, intervenção breve, Reinserção social e Acompanhamento** / coordenação [da] 7. ed. Maria Lucia Oliveira de Souza Formigoni.

BABOR TF, HIGGINS J., SAUDERS JB, MONTEIRO MG – **Teste para identificação de problemas relacionados ao uso de álcool**. Roteiro para uso na atenção primária; Tradução Clarissa Mendonça Corradi – Ribeirão Preto: PAIPAD, 2003.

HUMENIUK, R & PONZNYAK – **V ASSIST. Teste de triagem para álcool, tabaco e substâncias**: Guia para uso na atenção primária a saúde: Versão preliminar 1.1; Tradução Telmo Mota Ronzani; OMS, 2004.

HENRIQUE, Iara Ferraz Silva, MICHELLI, Denise. **Validação da versão Brasileira do Teste de Triagem do envolvimento com álcool e outras drogas substâncias** (ASSIST). Revista da Associação Médica Brasileira, v. 50, nº 2, p.199-206, 2004.



KOLB, D. A. **Experiential learning**: experience as the source of learning and development. EUA: Prentice-Hall, 1984

OMS – Organisation Mondiale de la Santé. **Comité OMS de la pharmacodépendance**. Genève: OMS; 1969.



ISSN 2237-0137

MÉTODOS E TÉCNICAS EMPREGADAS NO ACONSELHAMENTO PSICOLÓGICO PARA ATUAÇÃO EM CONTEXTOS SEM MUROS

Neffretier Cinthya Rebello Andre dos Santos Clasta
Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Ishtar Nichole Schmitz Michels Dantas
Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Mariana Oliveira da Silva
Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Rafael Batista da Silva
Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

INTRODUÇÃO

A proposta do minicurso é resultado da prática educativa desenvolvida na disciplina de Técnicas de Aconselhamento Psicoterápico, ministrada e orientada pela professora Doutora Neffretier Cinthya Rebello André dos Santos Clasta e intermediado pela Clínica de Psicologia Aplicada da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), os atendimentos foram realizados no Serviço de Psicologia Aplicada da UNIR (SPA) e em uma Comunidade Terapêutica localizada na zona rural de Porto Velho-RO, nos meses de junho e julho de 2017.

O aconselhamento psicológico, de acordo com Santos (1982), refere-se ao processo de indicar ou prescrever caminhos e direções, de forma que a própria pessoa julgue como mais adequada e eficiente para si, a solução a ser tomada diante de sua queixa. Existem alguns



métodos e procedimentos que são adotados para o atendimento psicológico. Daremos ênfase ao método apresentado por Santos (1982), sendo este método o norteador da prática acadêmica realizada e base teórica para o minicurso.

O aconselhamento, enquanto processo, se distingue de uma orientação ou da psicoterapia, pois possui métodos diferentes para a atuação. É um instrumento que pode ser utilizado pelo psicólogo, e tem se mostrado eficaz nas resoluções de conflitos de um cliente. Por se tratar de um processo breve, permite que o sujeito reflita sobre um ou mais temas em um curto espaço de tempo, sendo extremamente útil na reflexão e no desenvolvimento de ações voltadas a determinadas situações e em resoluções práticas de problemas contextuais e situacionais. Nota-se, portanto, a importância de acadêmicos de psicologia terem a oportunidade de conhecer e compreender ferramentas profissionais que poderão utilizar após o processo de formação, visto que são poucos ou inexistentes os espaços para a discussão dessa temática. (Santos, 1982).

A atual sociedade tem passado por transformações rápidas e circunstanciais, em decorrência da tecnologia, e, principalmente, do avanço da ciência. Desse modo, alguns conceitos e paradigmas tem sido modificados, em decorrência do surgimento de outros, o que tem produzidos choques entre gerações, além de situações conflituosas. É uma nova realidade, permeada pela velocidade, ansiedade, angústia, pois tudo deve ser resolvido logo.

Assim, alguns indivíduos se encontram sem direção ou capacidade para estabelecer um foco de vida, em uma sociedade na



qual tempo é dinheiro, e diálogo não existe, além da intolerância pelo diferente. Essas características têm aumentado os casos de depressão, suicídio, envolvimento com álcool e outras drogas, dentre outras problemáticas. Com isso, o objetivo da modalidade psicológica de aconselhar, conforme Patterson e Eisenberg (1995), é capacitar o cliente a dominar situações da vida, a engajar-se em atividade que produza crescimento e dessa forma, tomada de decisões eficazes.

O Aconselhamento promove, dentro outras coisas, que o indivíduo consiga enxergar suas potencialidades e fortalecer seu ego, na busca de vencer os conflitos que impedem seu crescimento, sendo capaz de estabelecer novas perspectivas de futuro.

OBJETIVOS

Objetivo geral:

Promover o conhecimento referente aos métodos de aconselhamento psicológico e as técnicas empregadas no processo e como trabalhar a queixa principal, e, ou secundária do indivíduo para a resolução de sua situação conflituosa, a partir da experiência vivenciada na prática da Disciplina de Técnicas de Aconselhamento Psicológico.

Objetivos específicos:

A partir do minicurso os participantes serão capazes de:

- Definir Aconselhamento;
- Diferenciar Aconselhamento de Orientação e Psicoterapia;



- Identificar os variados métodos de Aconselhamento Psicológico;
- Reconhecer as diferentes técnicas empregadas no processo de aconselhamento;
- Empregar técnicas em situações de aconselhamento em suas várias fases;
- Problematizar situações em diferentes contextos de aconselhamento.

JUSTIFICATIVA

Esse minicurso tem o intuito de fornecer técnicas empregadas no aconselhamento psicológico, como estratégia de ampliar e contribuir na atuação profissional de psicólogos, bem como, proporcionar aos acadêmicos o contato com esses instrumentos metodológicos através das experiências e vivências obtidas no desenvolvimento da atividade prática na disciplina, sendo fundamental em virtude da atualização da grade do curso de Psicologia da UNIR que suprimiu a referida disciplina.

MÉTODO

O método empregado no Minicurso “Métodos e Técnicas empregadas no Aconselhamento Psicológico para atuação em contextos sem muros” busca a exposição teórica mediada pela descrição e partilhamento da experiência direta, como ela é. A



ISSN 2237-0137

realidade é construída socialmente e entendida a partir dos sentidos do indivíduo que a interpreta de forma particular e subjetiva. O método, portanto, empregado para a condução do minicurso está embasado no Método Fenomenológico de Husserl (Bello, 2006), que consta de duas fases: a redução eidética, que requer a suspensão das crenças e atitudes pessoais a fim de centrar-se na experiência em foco; e a redução transcendental, que traz o sentido atribuído à realidade.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A estrutura da sala estará organizada em um semicírculo, para facilitar a interação entre o mediador do minicurso e seus participantes. No primeiro momento, será fornecido um espaço de diálogo, com o intuito de questionar sobre a diferenciação do que seria um processo de aconselhamento psicológico e a importância de sua utilização na resolução de situações conflituosas do cotidiano de um indivíduo.

Em seguida, será explanado o conteúdo programático sobre os métodos e técnicas utilizados no processo de aconselhamento; as concepções que diferenciam o aconselhamento psicológico da orientação e da psicoterapia; as variadas técnicas que podem ser utilizadas durante o processo; o trabalho na queixa principal, e, ou secundária do indivíduo para a resolução de sua situação conflituosa e as etapas de todo o processo de aconselhamento que compreende a descoberta inicial, exploração em profundidade, preparação para a ação e o término eficaz (Patterson; Eisenberg, 1995).



ISSN 2237-0137

Será apresentado, os relatos de experiências da prática realizada por acadêmicos durante o sétimo período de Psicologia, na disciplina Técnicas de Aconselhamento Psicológico, da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), desenvolvida em uma Comunidade Terapêutica de recuperação de dependentes químicos na cidade de Porto Velho-RO e no Serviço de Psicologia Aplicada (SPA). Os atendimentos foram realizados entre o período de 02 de junho a 21 de julho de 2017, sob a supervisão da Prof^a. Dr^a. Neffretier Cinthya Rebello André dos Santos Clasta.

Dessa forma, será explanado algumas características do atendimento realizado, como condições ambientais, estratégias e ações utilizadas para trabalhar a queixa, resultados alcançados, bem como os desafios e aprendizados obtidos através da experiência.

O conteúdo ministrado no minicurso será apresentado através de exposição oral, recursos audiovisuais, dramatizações, além dos relatos de casos e apresentação de questões-problemas. Por último, será aberto um espaço de tempo que privilegie o diálogo e as dúvidas acerca do que foi apresentado.

RESULTADOS

A finalidade do minicurso é proporcionar aos participantes, a oportunidade de terem o contato com essa temática, ampliando seus conhecimentos e contribuindo para uma formação mais sólida e ampla no campo da atuação profissional.

Observa-se também, a necessidade de conscientizar os participantes sobre a importância de adentrar neste campo de atuação



profissional em diferentes contextos, apresentando resultados significativos na resolução de conflitos. Pretende-se também avaliar o minicurso através de um instrumento sistematizado (questionário estruturado com 6 perguntas) entregue para cada participante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com Santos (1982), o sujeito busca, além de reduzir seu sofrimento, obter prazer, demonstrando ser uma necessidade básica. Esse sentimento de satisfação é indefinido, podendo ser de autorrealização ou autodestruição, sendo resultado da ação tomada pela pessoa. Por isso, o aconselhamento serve como ferramenta para conscientizar e preparar o indivíduo para agir de forma responsável e madura diante de situações do cotidiano.

Em uma sociedade moderna, permeada por relações superficiais, inexistência de diálogo, além da dificuldade que os indivíduos possuem em definir e saber qual o seu papel social. Nota-se que é crescente o aumento de problemáticas de ordem psicológica nas pessoas, além de agravantes sociais, e, principalmente, refletindo nas políticas públicas, como gravidez indesejada, envolvimento com álcool e outras drogas, violência, acidentes, que permeiam a vida de adolescentes e jovens, entre outras faixas etárias.

Assim, por se tratar de uma sociedade que a falta de tempo, e a corrida em busca da sobrevivência e dinheiro, é o que rege o comportamento, devido ao sistema capitalista. Observa-se a necessidade de ações e atuações breves e efetivas que possam contribuir para que o indivíduo resolva seus conflitos, e fortaleça seu



ISSN 2237-0137

ego, em busca da realização e crescimento pessoal. O aconselhamento psicológico tem se apresentado como um instrumento eficiente, que o profissional de psicologia pode estar fazendo uso para intervenções, que promovam saúde e qualidade de vida.

Com isso, vale ressaltar o compromisso social que o futuro profissional de psicologia tem para com a sociedade: atuar sobre os agravantes, promovendo ações que ofertam resultados significativos, mediante as situações problemas dos indivíduos, como falta de perspectiva, baixa autoestima, fragilidade do ego, entre outros; além de apontar estratégias que promovam melhores condições de vida das pessoas, dados que são obtidos através do atendimento, fornecendo informações sobre as principais características que levam determinado sujeito a se comportar daquele modo.

REFERÊNCIAS

BELLO, A. A. **Introdução à fenomenologia**. Bauru: Edusc, 2006.

PATTERSON, L. E; EISENBERG, S. **O processo de aconselhamento**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 1995.

SANTOS, O. B. **Aconselhamento Psicológico & Psicoterapia**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1982.



ISSN 2237-0137

ANÁLISE DAS ESTRUTURAS COGNITIVAS: CONTRIBUIÇÕES PARA ELABORAÇÃO DE INTERVENÇÕES COM QUEIXAS DE DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM

Fátima Queiroga

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Hugo Domingos Gomes

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Nayara Emanuele da Silva Freitas

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Sara Victor Pereira

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

OBJETIVOS

1. Definir aprendizagem e dificuldades de aprendizagem conforme teóricos relacionados ao tema;
2. Descrever segundo a teoria piagetiana os estágios do desenvolvimento humano;
3. Apresentar a aplicabilidade das Provas do Diagnóstico Operatório como forma de avaliação das estruturas cognitivas de sujeitos em idade escolar que apresentam queixas de dificuldades de aprendizagem;
4. Demonstrar de forma prática a aplicação das Provas do Diagnóstico Operatório.

JUSTIFICATIVA

Devido à escassez e, muitas vezes, ao desconhecimento de técnicas e instrumentos que possam identificar as dificuldades de



aprendizagem que estão presentes no contexto escolar, apresentamos a proposta do minicurso. Visa também promover aos participantes discussões que intensifiquem, de maneira coerente, acerca das contribuições da prática que auxilia os processos de ensino-aprendizagem.

METODOLOGIA

Definições de aprendizagem e dificuldades de aprendizagem (20 minutos).

Os estágios do desenvolvimento humano segundo Piaget no decorrer das diversas faixas etárias:

1º período: Sensório-motor (0 a 2 anos)

2º período: Pré-operatório (2 a 7 anos)

3º período: Operações concretas (7 a 11 ou 12 anos)

4º período: Operações formais (11 ou 12 anos em diante)

Apresentação das provas

Aplicação das provas

Constatação da idade cronológica e idade mental

Considerações finais e fechamento.

RECURSOS

Data show; telão; material das Provas do Diagnóstico Operatório.



ISSN 2237-0137

REFERÊNCIAS

CHAMAT, L.S.J. (2004). **Técnicas de diagnóstico psicopedagógico**. São Paulo. Vetor.

MACDONELL, J. J. C. (1994) **Manual de diagnóstico operatório**. Centro de material Educativo, Curitiba. Apostila

SAMPAIO, S. (2010). **Manual prático do Diagnóstico Psicopedagógico Clínico**. Rio de Janeiro. Wak Editora.

WEISS, M.L. (2000). **Psicopedagogia clínica: uma visão diagnóstica**. Artes Médicas: Porto Alegre.



FORMAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO DO PROTOCOLO DE DIAGNÓSTICO DA DEPRESSÃO EM ADULTO (PDDA)

Fagner Alfredo Ardisson Cirino Campos
Governador do Estado do Acre

Fábio Biasotto Feitosa
Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

OBJETIVOS

- Introduzir conceitos históricos, clínicos e fisiopatológicos da depressão;
- Apresentar pressupostos teórico-práticos do PDDA;
- Ensinar os participantes a aplicar o PDDA.

JUSTIFICATIVA

A estatística da Organização Mundial da Saúde é assustadora, pois aponta, que a prevalência de depressão na população mundial é 350 milhões, estando entre 3 a 11%. Além disso, a depressão é uma patologia subdiagnosticada no serviço de saúde, provavelmente porque os profissionais de saúde têm frequentemente dificuldade em rastreá-la. Há diferença entre tristeza e depressão, e as taxonomias de padrão diagnóstico são de difícil manuseio para profissionais da saúde generalistas. Por isso, a necessidade de capacitar profissionais de saúde e estudantes em relação ao manuseio de protocolos de diagnósticos para depressão, em especial, o PDDA.



ISSN 2237-0137

MÉTODO

Será utilizada a aula expositiva para ministrar o minicurso. A exposição será teórico-prática, desenvolvida de forma a apresentar o conteúdo, promover o diálogo com os participantes e ensiná-los na prática simulada a aplicar o PDDA. O conteúdo apresentado será:

- 1) Breve história da depressão;
- 2) Fisiopatologia da depressão;
- 3) Avaliação psicossocial da depressão;
- 4) Protocolo do diagnóstico da depressão;
- 5) Aplicação do protocolo de diagnóstico da depressão.

RECURSOS

PowerPoint para ministrar curso (recurso visual), pincel atômico e impressos.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, Fagner Alfredo Ardisson Cirino; FEITOSA, Fabio Biasotto. Elaboração de um protocolo para o diagnóstico da depressão. **Enfermería: Cuidados Humanizados**, [S.l.], v. 6, n. 2, oct. 2017.

CAMPOS, Fagner Alfredo Ardisson Cirino; FEITOSA, Fabio Biasotto. **Protocolo de diagnóstico da Depressão em Adultos (PDDA)**. Curitiba: Aprris, 2018.



INTERFACES DO ATENDIMENTO PSICOLÓGICO NO CONTEXTO HOSPITALAR SOB A ÓTICA DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO

Cristiano de Almeida Fernandes
Faculdades Integradas Aparício Carvalho (Fimca)

OBJETIVOS

- a) Refletir acerca do atendimento psicológico no âmbito hospitalar a luz da ciência do comportamento;
- b) Referenciar a psicologia hospitalar como área estável e crescente de atuação profissional. Explicar os conhecimentos produzidos pela análise do comportamento que auxiliem psicólogos hospitalares em suas práticas diárias;
- c) Apresentar estudos de caso onde foram aplicadas técnicas e intervenções possibilitadas pelo viés analítico comportamental e que serviram para a minimização do sofrimento no processo de internação de pacientes e familiares, em hospitais de Porto Velho.

JUSTIFICATIVA

O contexto hospitalar é um ambiente extremamente dinâmico, capaz de subverter as expectativas de quem por ele passe, seja um veterano profissional de saúde, um paciente recém-admitido, ou mesmo um visitante esporádico, todos estão sujeitos a se deparar com situações trágicas e inesperadas.



Em geral o hospital é uma instituição de sofrimento, onde o necessário, porém abrupto, processo de internação interrompe o curso natural da vida sem aviso prévio, de maneira temporária ou em muitos casos definitiva. Em meio a esse turbilhão de desespero, dor e aflição que acometem familiares, cuidadores e pacientes surge a psicologia hospitalar para abordar os aspectos idiossincráticos que contribuem com o processo do adoecimento. De acordo com Meiado e Fadine (2014, p. 1) “A psicologia hospitalar é uma área do conhecimento que visa fornecer suporte ao sujeito em adoecimento, com o intuito de que este possa atravessar essa fase com maior resiliência”.

Para essa árdua missão de minimizar o sofrimento proporcionado pela hospitalização, se apresenta a Análise do Comportamento, ciência pautada na filosofia do Behaviorismo Radical, que estuda as interações entre o organismo, multideterminado por fatores filogenéticos, ontogenéticos e culturais, e seus ambientes, físico, social, histórico e biológico, demonstrando como as consequências dessas interações retroagem sobre o comportamento, e de que maneira o ambiente com os quais interagimos influenciam em nossos sentimentos, emoções e ações, isto é, variáveis de controle do comportamento (Moreira; Medeiros, 2007).

Através do método de análise funcional, a ciência do comportamento proporciona um viés apurado das contingências que controlam os comportamentos de sofrimento dos indivíduos possibilitando eficácia na compreensão das interações e no planejamento de ações em prol da saúde psicológica do paciente.



ISSN 2237-0137

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento do conteúdo será utilizado o recurso de aula expositiva, com apresentação de vídeos temáticos e discussão de situações problema. O minicurso está dimensionado para quatro horas.

RECURSOS

Data show, quadro branco, pincéis.

REFERÊNCIAS

MEIADO, A, C; FADINE, J. P. O papel do psicólogo hospitalar na atualidade: um estudo investigativo. **Revista Científica das Faculdades Integradas de Jaú** - Jaú-SP Vol. 11, n. 1, 2014. Disponível em: <www.fundacaojau.edu.br/revista11/artigos/7.pdf>. Acesso em: 25 set. 2018.

MOREIRA, M. B; MEDEIROS, C. A. **Princípios básicos da análise do comportamento**. Porto Alegre: Artmed, 2007.



ISSN 2237-0137

PLANTÃO DE ESCUTA PSICOLÓGICA: OFERTA DE SERVIÇO PARA DEMANDAS EMERGENCIAIS, DA TEORIA A PRÁTICA

Anne Emanuelle Cipriano da Silva

Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Isabella Carvalho T. Lemes da Fonseca

Faculdades Integradas Aparício Carvalho (Fimca)

Mírian Oliveira de Souza Simões

Faculdades Integradas Aparício Carvalho (Fimca)

INTRODUÇÃO

A Abordagem Centrada na Pessoa (ACP) é vista como um jeito de ser e a psicoterapia é uma das aplicações da abordagem, visto que essa abordagem pode ser aplicada em muitos outros setores da atividade humana (Amattuzi, 2010). O “jeito de ser” é pautado em valores e não em métodos, logo isso implica em um “jeito de fazer” e para tal utiliza-se das atitudes rogerianas sendo uma atitude de acolhimento que implica na consideração positiva incondicional, através de palavras de compreensão, exercitando o conceito de empatia proposto por Rogers (2012) e utilizando no encontro palavras que façam o cliente pensar sem se valer de curiosidades e uma condução superficial do momento da escuta demonstrando abertura real ao momento e, desse modo, exercitando a autenticidade (congruência) esperada do terapeuta nessa abordagem por meio de um conjunto de gestos e palavras (Amattuzi, 2010; Cury, 2012; Rogers, 2012).

O Plantão Psicológico é uma modalidade de atendimento clínico-psicológico do tipo emergencial, aberto à comunidade (CURY,



2012), cuja função é proporcionar uma escuta e um acolhimento à pessoa no momento de crise. Sendo este um encontro único ou com mais alguns encontros combinados (Amattuzi, 2010) que não substitui o processo terapêutico para quem necessita e que não tem como finalidade a resolução da queixa apresentada, sendo a oferta de um momento de compreensão da angústia ou sofrimento apresentado.

OBJETIVOS

O objetivo geral é oportunizar aos participantes a compreensão desta modalidade de atendimento clínico psicológico através da apresentação de referencial teórico e recursos sobre o tema a fim de possibilitar a prática deste formato de atendimento psicológico. E como objetivo secundário apresentar a diferença entre as modalidades de triagem, aconselhamento, processo psicoterápico e escuta psicológica e orientar a estruturação do serviço a ser oferecido.

JUSTIFICATIVA

Este minicurso se justifica pela importância da escuta como instrumento utilizado na Psicologia e como uma alternativa de modalidade de atendimento breve a uma necessidade pontual de escuta psicológica em decorrência de uma situação urgente e/ou emergente para quem busca o serviço sendo pertinente como para profissionais interessados na temática. Considerando que esta modalidade de plantão de escuta tem crescido no país.

Na prática é possível observar o desenvolvimento das competências acadêmicos envolvidos no projeto, visto que as



ISSN 2237-0137

supervisões dos atendimentos são realizadas viabilizando a troca de experiência e o crescimento em conjunto no grupo que constitui a extensão. Levando em conta a subjetividade dos participantes plantonistas e das demandas assistidas no plantão, consideramos que a extensão tem contribuído para a formação profissional dos envolvidos.

Presumimos contribuir com este minicurso para ampliar a visão dos participantes acerca do tema abordado e o oferecer mecanismos de realização desta modalidade para as demandas contemporâneas reforçando habilidades para iniciantes e para profissionais o aprimoramento da escuta clínica.

MÉTODO

Apresentação do conteúdo de forma expositiva e dialógica a fim de favorecer a interação entre os participantes por meio de uso de recursos didático-pedagógico como quadro branco, pincel para quadro, Datashow, notebook, folder informativo e material de apoio (caneta e folha de em branco). Primeiramente será abordado o conceito de escuta psicológica enquanto modalidade e apresentação do aporte teórico da Abordagem Centrada na Pessoa (ACP) utilizada comumente nesta prática, em seguida será apresentada a diferença entre a escuta, triagem, aconselhamento e processo psicoterápico e a possibilidades de estruturação deste serviço por meio de orientação verbal e apresentação das locais onde pode ser oferecida esta modalidade. Posteriormente será realizada uma discussão em torno da escuta psicológica em formato de plantão utilizando a experiência



ISSN 2237-0137

das mediadoras na prática como plantonistas. E finalmente será entregue um informativo que sintetiza a temática propostas e será aberto um espaço para esclarecimento de dúvidas e uma rápida avaliação sobre a atividade realizada no minicurso. Pretende-se com isso alcançar com tema estudantes e profissionais da área da Psicologia, e/ou áreas afins que demonstram interesse pelo tema, sendo entre 15 e 20 integrantes.

RECURSOS

- Datashow, suporte para banner, quando branco e pincel para quadro.

REFERÊNCIAS

AMATUZZI, M. M. Rogers: **Ética humanista e psicoterapia**. Campinas: Editora Alínea, 2010.

CHAVESA, P. B; HENRIQUES, W. M. **Plantão psicológico: de frente com o inesperado**. *Psicol. Argum.* v. 26, n. 53, abr./jun., p. 151-157, 2008. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/viewFile/19831/19133>> Acesso em 1 out. 2018.

CURY, V. Plantão psicológico em clínica-escola. In: MAHFOUD, M, (Org.), **Plantão psicológico: Novos horizontes**. São Paulo: Companhia Ilimitada. 2012.



FURIGO, R. C. P. L, et al., **Plantão Psicológico: uma prática que se consolida**. *Boletim de Psicologia*, v. LVIII, n. 129, p. 185-192, 2008.

Disponível em: <

<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/bolpsi/v58n129/v58n129a06.pdf>.

Acesso em 30 set. 2018.

MACÊDO, S; SOUZA, G. W; LIMA M. B. Oficina de desenvolvimento da escuta: prática clínica na formação em psicologia. *Phenomenological Studies - Revista da Abordagem Gestáltica* – v. 24, n. 2, mai./ago., p. 123-133, 2018. Disponível em:<

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672018000200002>Acesso em 27 set. 2018.

MAHFOUD, M. (Org). **Plantão Psicológico: novos horizontes** – 2ª ed. São Paulo: Companhia Ilimitada, 2012.

OLIVEIRA, R. G. **Uma experiência de plantão psicológico à polícia militar do Estado de São Paulo: reflexões sobre sofrimento e demanda**. 2005, 141f. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, SP, 2005.

ROGERS, C. R. **Um jeito de ser**. Tradução Maria Cristina Machado Kupfer, Heloisa Lebrão, Yone Souza Patto. São Paulo: E.P.U., 2012.

SILVA NETO, W. M. F.; OLIVEIRA, W. A. O.; GUZZO, R. S. L. Discutindo a formação em Psicologia: a atividade de supervisão e suas diversidades. *Psicologia Escolar e Educacional*, SP. v. 21, n. 3, set./dez., p. 573-582, 2017.



ISSN 2237-0137

COMUNICAÇÕES ORAIS

EIXO I - PSICOLOGIA, POLÍTICAS PÚBLICAS E TRABALHO



VIVÊNCIAS DE PRAZER E SOFRIMENTO NO TRABALHO DE ESTAGIÁRIOS

Bruna Suyane Fernandes Vilela

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Natasha Souza Matos

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Vanderléia de L. Dal Castel Schindwein

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Na atual conjuntura política, econômica e social, as exigências em relação às competências profissionais do trabalhador são maiores, sendo assim, muitas pessoas procuram aprimorar-se por meio de cursos de graduação. O estágio surge nesse contexto, como uma forma de obter experiência para inserção no mercado de trabalho competitivo, ao mesmo tempo em que pode ocupar o lugar de fonte de renda, auxiliando a manutenção do estudante na IES. Ainda, a oportunidade se efetiva pelas facilidades, flexibilizações e redução de custos por parte do contratante. Nesta perspectiva, o estudo se constitui como uma forma de entender a realidade vivenciada por estagiários a partir das contribuições da Psicodinâmica do trabalho/PdT, que se apresenta como um referencial teórico voltado para a compreensão das vivências subjetivas que cada trabalhador experimenta durante sua trajetória profissional. Trata-se de um estudo fundamentado na abordagem qualitativa. O instrumento utilizado para a coleta de dados foi a entrevista semiestruturada. Foram realizadas duas entrevistas com estagiários que conciliam a graduação com o trabalho, sendo um remunerado e outro não remunerado.

Como procedimento ético foi apresentado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido/TCLE. Os resultados demonstram que o lugar ocupado por estagiários dentro da instituição é de menor importância, embora possam assumir tarefas de grande responsabilidade. A categoria é menos valorizada em comparação ao quadro de funcionários efetivos de cada instituição, e por esse motivo, o estágio pode se apresentar como um momento delicado na formação profissional. É possível perceber a precarização do trabalho do estagiário, bem como o não reconhecimento e valorização das pessoas que ocupam esse lugar. Logo, a atividade toma um caráter ambivalente para quem a desempenha, pois na medida em que aprende e coloca em prática o arcabouço teórico que é exposto na graduação, gerando prazer e satisfação, pode desencadear um quadro de sofrimento psíquico pelas condições às quais é submetido. A partir das reflexões suscitadas dos relatos de trabalhadores estagiários, considera-se que as vivências apreendidas durante as experiências iniciais de atuação profissional são de fundamental importância para as futuras relações de trabalho que os mesmos irão estabelecer. Foi possível perceber, também, que desde muito cedo, quanto ao ingresso no mercado de trabalho, os estagiários são imersos em uma alta demanda de trabalho e exigências profissionais, o que tem profundo impacto no tempo que sobra para exercer outras atividades, entre elas, o estudo. Além disso, deixando de lado também a família, o lazer e os amigos. Diante do exposto, é possível perceber a importância do olhar da psicodinâmica do trabalho. No sentido de ir além do que é verbalizado, observando com atenção, as relações desencadeadas pelo exercício profissional e os impactos que as mesmas geram na saúde física e psíquica dos sujeitos.

Palavras-chave: Psicologia do trabalho. Estágio. Sofrimento e prazer no trabalho.



ISSN 2237-0137

“OLHARES TORTOS” - UM ESTUDO COM MULHERES MOTORISTAS DE ÔNIBUS DA CIDADE DE PORTO VELHO-RO

Gabrielle Selleri Bezerra

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Vanderléia de Lurdes Dal Castel Schindwein

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

As mulheres se deparam com diferentes formas de práticas discriminatórias ao longo da vida, seja no mundo do trabalho, seja em outras esferas sociais, apenas por serem mulheres. Estas práticas discriminatórias derivam do preconceito relacionado ao gênero feminino, pois foram criados papéis e personagens para homens e mulheres, os quais são transmitidos pelos agentes de socialização (pais, escola, meios de comunicação) e reproduzidos e cobrados pela sociedade como um todo. Portanto, quando as mulheres assumem uma ocupação que não está de acordo com o papel que lhes foi atribuído, elas enfrentam dificuldades no contexto do trabalho. Considerando o que foi dito acima, este estudo teve como objetivo compreender as dificuldades das mulheres que trabalham como motorista de ônibus na cidade de Porto Velho – RO, suas condições de trabalho e enfrentamentos com os colegas homens. Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo com cinco mulheres motoristas de ônibus de uma empresa de transporte coletivo da cidade de Porto Velho. Para a realização das entrevistas, foi utilizado um roteiro de questões semiestruturadas. As motoristas descreveram que já vivenciaram situações de discriminação de gênero por parte de passageiros em suas rotinas de trabalho e que por parte dos colegas de

trabalho, os preconceitos mostram-se velados nas brincadeiras. Das condições de trabalho das mulheres motoristas, observou-se que elas trabalham em condições extenuantes, submetidas ao calor diário conduzindo ônibus sem climatização no trânsito de condições precárias. Por outro lado, as participantes da pesquisa expressaram terem adquirido familiaridade com a atividade de motorista ao longo do tempo e que apesar das diversas expressões de discriminação de gênero, elas têm confiança em suas capacidades de assumirem esta ocupação. Conclui-se que as condições de trabalho e os turnos de trabalho extensos são os principais fatores causadores de estresse na rotina das motoristas do transporte público de Porto Velho-RO. Além disso, as motoristas relatam que os relacionamentos que se estabelecem com os passageiros são fonte de sobrecarga e estresse constante. As brincadeiras e as piadas enfrentadas no cotidiano de trabalho das motoristas de ônibus, por passageiros (mulheres e homens) e por colegas de atividade, revelam formas de violências ocultas pelas relações de gênero no trabalho.

Palavras-chave: Trabalho. Gênero. Motoristas de ônibus.



ISSN 2237-0137

COMUNICAÇÕES ORAIS

EIXO II - PSICOLOGIA, POLÍTICAS PÚBLICAS E SAÚDE



O EDUCADOR NAS INSTITUIÇÕES: A NECESSIDADE DA HUMANIZAÇÃO NAS RELAÇÕES COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES INSTITUCIONALIZADOS

Adrielle Joventina Ferreira Barroso

Faculdades Integradas Aparício Carvalho (Fimca)

Eliane Gamas Fernandes

Faculdades Integradas Aparício Carvalho (Fimca)

Railane de Oliveira Marinho

Faculdades Integradas Aparício Carvalho (Fimca)

Pensar sobre as unidades de acolhimento implica em analisar a relação que se estabelece no dia a dia do educador e dos institucionalizados. A institucionalização das crianças e adolescentes no Brasil perpassou por significativas mudanças produzindo um novo olhar para estes sujeitos que outrora tiveram os direitos negados, trazendo no novo cenário o educador como importante referência de melhoria na instituição e no processo de acolhimento, pois como aponta Paulo Freire (2013) o educador tem papel primordial para mudanças sociais estando inserido ou não na docência, uma vez que possui a capacidade de proporcionar autoconhecimento e conscientização pessoal, social e coletiva. Nessa perspectiva, o acolhimento preconizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990) qualifica-se como um dispositivo interventivo de auxílio à escuta ativa e construção de vínculo como pontes para resolução dos problemas encontrados, apresentando-se como meio de proteção e garantia de direitos. Objetiva-se analisar a importância da humanização aos educadores na relação com estes indivíduos



ISSN 2237-0137

institucionalizados, sendo ela ferramenta estratégica de mobilização para qualificação empática nas práticas institucionais, bem como a criação de espaços de interação e saberes levando em consideração todos os membros do grupo e suas diferentes necessidades. Nesse sentido, essa pesquisa respalda-se no arcabouço teórico psicanalítico, posto que esse viés possibilita olhar para os fenômenos sociais presentes no âmbito da institucionalização e as problemáticas que podem influenciar o distanciamento do educador para com os institucionalizados, como os sentimentos ambivalentes desencadeados nessa relação, relacionados a história do outro e à própria história pessoal, suscitando sentimentos que mobilizam e incidem na forma como se dará o investimento afetivo a este que demanda tanto. Os pressupostos metodológicos são de caráter bibliográfico realizando-se, para tanto, uma revisão histórica acerca do processo de institucionalização, acolhimento e o papel do educador segundo a perspectiva winnicottiana (1994) que o vê como objeto transicional para os acolhidos, ocupando muitas vezes o lugar de principal referência afetiva na constituição desses sujeitos no momento de ressignificar os vínculos fragilizados. Os resultados observados apontam que o processo de institucionalização tem consequências diretas e indiretas para estes indivíduos, refletindo na sua identidade e a forma como comporão suas relações futuras. Logo, olhar para a relação do educador para com os institucionalizados de forma crítica é de suma importância uma vez que a partir dela se propicia o imaginário dado ao local, como também influencia no processo de constituição psíquica frente aos traumas e desamparos. Desta forma,



ISSN 2237-0137

nota-se a necessidade de viabilizar a humanização a fim de possibilitar um caminho de ressignificações, pertencimento e via de acesso a palavra para os que têm como papel promover este acolhimento, visto que se feito de forma contraproducente pode suscitar na reatualização das experiências negativas, quando o que é preconizado é que estas relações ocorram de forma a resultar em possibilidades positivas para elaborar suas experiências e em mecanismos de ressignificações para a vivência de novos ciclos.

Palavras-chave: Educador. Instituição de acolhimento. Psicanálise. Humanização.



ISSN 2237-0137

MORTE AUTOPROVOCADA: QUANDO A TENTATIVA E A IDEAÇÃO SUICÍDA COMUNICAM O ABANDONO E O NÃO PERTENCIMENTO

Anna Carolina Gomes Freire Filgueiras
Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Neffretier Cinthya Rabello André dos Santos Clasta
Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

O Relatório da Organização Mundial de Saúde - OMS (2016) informa que a cada 40 segundos uma pessoa no mundo morre vítima do suicídio. Isso implica dizer que, ao finalizar a leitura desse resumo uma morte autoprovocada ocorreu. A estratégia de prevenção encontra-se sustentada em três questões prioritárias: ampliação do conhecimento dado à população sobre os transtornos mentais, serviços e tratamentos disponíveis e eficazes; oferecer esperança em forma de apoio e acolhimento e restrição do acesso aos meios letais. A partir da análise da história de vida do sujeito, a psicoterapia é um processo rico e eficaz que colabora na prevenção do suicídio tanto como processo de atendimento especializado, como na produção de conhecimento. O presente trabalho refere-se a um estudo de caso de uma jovem mulher de 33 anos, cujo nome fictício é Amanda, atendida entre os meses de abril e outubro de 2018, no estágio em Psicologia Breve do curso de Psicologia da Universidade Federal de Rondônia. Amanda veio em busca de socorro por ter atentado, por duas vezes, contra a própria vida e pela presença constante das ideias suicidas. Neste caso específico, o motivo manifesto apresentado era a ideiação



suicida recorrente, mas o conteúdo latente emergido estava relacionado a dificuldades de vinculação e não pertencimento. De acordo com Edward John Mostyn Bowlby (1951), o luto e o desgosto aparecem sempre que comportamentos de vinculação são ativados e a figura de vinculação continua não disponível, contribuindo para as ideias suicidas. A abordagem foi de orientação analítica com foco em *insights*, sendo utilizada técnicas de anamnese, confrontação, teste projetivo (HTP), desenho da família, carta, avaliação nosográfica, diagnóstica e prognóstica, planificação do tratamento, desenvolvimento de metas terapêuticas, objetivos e devolutivas. No término do atendimento foram feitos encaminhamentos finais para o acompanhamento psicoterápico e psiquiátrico sistemático e contínuo. Amanda conseguiu estabelecer o vínculo terapêutico, após um trabalho profundo de suas resistências, o que permitiu a ressignificação de parte de sua história de abandono e não pertencimento familiar e social. O contato profundo com sua história de vida ampliou a compreensão sobre a dinâmica em relação às ideias, tentativas de suicídio e seu histórico de vínculos. A partir daí os resultados obtidos foram: a redução da tensão vivida; a diminuição dos episódios de ideação; a comunicação à família de seu estado de saúde e de suas necessidades pessoais; compreensão da necessidade de elaborar eventos infantis significativos para o fortalecimento de suas relações interpessoais; melhora nas relações com a família e diminuição do gasto de energia nas relações amorosas em que era projetado muito de seus conteúdos inconscientes. Algumas das metas terapêuticas estabelecidas no contrato terapêutico



ISSN 2237-0137

não foram alcançadas em virtude do tempo e das próprias resistências não elaboradas pela paciente. O caso foi extremamente enriquecedor promovendo resultados relevantes e contribuindo para a ampliação do entendimento dos fatores desencadeadores do suicídio e sua relação com fatores interpessoais de vínculos e o manejo preventivo. O processo psicoterápico em psicologia breve ampliou o estado de esperança de Amanda, nisso reside sua relevância.

Palavras-Chave: Psicoterapia Breve. Morte autoprovocada. Vínculo. Psicoterapia Breve.



ISSN 2237-0137

A INTERDISCIPLINARIDADE EM QUESTÃO: A ARTICULAÇÃO DA PSICANÁLISE COM A GENÉTICA

Lucélia Maria Gonçalves

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

José Juliano Cedaro

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Vivian Susi de Assis Canizares

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

O objetivo deste trabalho é de apresentar a proposta de intervenção do Serviço de Psicologia do Laboratório de Genética Humana (LGH) da Universidade Federal de Rondônia (UNIR/RO) na atenção às pessoas acometidas por doenças neurodegenerativas. As doenças neurodegenerativas são patologias incuráveis e que consistem no padrão de herança autossômica dominante, ou seja, a geração vindoura de uma família acometida por uma DNR tem a possibilidade de transmissão, na probabilidade de 50% das gestações. Para o atendimento a essas famílias, a equipe do LGH é composta por profissionais da Medicina, Enfermagem, Biologia, Psicologia e Serviço Social. A oferta de atendimentos psicológicos são estratégias para articular ações que corroborem o campo da pesquisa pautado pelo diálogo interdisciplinar e se constitui como um dos eixos de assistência especializada oferecida. A proposta surgiu do projeto de mestrado da profissional sustentado na psicanálise como método de pesquisa e intervenção. Com o dispositivo psicanalítico ampliado, os atendimentos foram realizados nas residências dos dois sujeitos com histórico familiar da doença de Huntington. Seguiu-se dois princípios



ISSN 2237-0137

para nortear a prática: 1) a psicanálise como um dispositivo de estrutura discursiva, na qual não há protocolos de investigação, mas segue a regra fundamental da associação livre. 2) as diretrizes da Política Nacional de Atenção às Pessoas com doenças raras. A escuta analítica foi a via possível de ressignificação da história do sujeito, na qual houve a possibilidade de traduzir em palavras seus modos de enlace com a vida e as vicissitudes da degenerescência. Concluiu-se que a psicanálise transporta o olhar além daquilo que é objetivável e, por não se reduzir somente as descrições dos fatos, pode endereçar para a subjetividade implicada no sujeito. Além disso, a experiência analítica produz um saber diante do que ultrapassa a ciência médica e constrói possibilidades na direção de tratamento articulados a interdisciplinaridade. Assim, na medida em que o sujeito traduz em palavras o sofrimento decorrente do diagnóstico da DNR, encontra caminhos e um lugar possível para fazer amarrações com a vida diante do que resta dessa marca mortífera.

Palavras-chave: Doenças Neurodegenerativas. Associação Livre. Inconsciente. Interdisciplinar.



O ÓRGÃO ELEITO NA PSICOSSOMÁTICA

Daniele Mejia Cavalcante

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Mirian Rocha de Almeida

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Paulo Vitor Alves de Freitas

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

A medicina convencional vê a doença como uma perturbação indesejada do estado natural de saúde no entanto, a doença é muito mais que uma disfunção natural, ela faz parte do sistema de controle do indivíduo. A psicossomática é a área do conhecimento que estuda a relação de significado que existe entre as doenças e as emoções, sobretudo a simbologia transcrita em cada órgão do corpo. O adoecer somático, traz uma mensagem inconsciente de uma vivência emocional que não encontrou vias de escoamento. Atualmente, a sociedade vive um engessamento no que se refere à expressão das emoções, devido às rotinas que se estabelecem no dia a dia e também no que concerne às relações familiares e profissionais, onde cada vez mais as pessoas se tornam mais apáticas e manifestam cada vez menos as suas emoções e, desse modo, convertem no corpo aquilo que deveria ser expresso de outra forma. Diante do exposto o estudo pretendeu responder a seguinte indagação: Qual a relação de significado presente no adoecer somático de algumas doenças bem como problemas aparelho digestivo, doenças do coração, dos ossos e da coluna? Quanto aos procedimentos metodológicos trata-se de uma



pesquisa bibliográfica do tipo revisão de literatura, descritiva e exploratória que visa avaliar o conhecimento produzido em obras científicas prévias/pregressas, destacando nestas conceitos, discussões e conclusões nas relações de significado presente no adoecer psicossomático. Os resultados abordados por diversos autores demonstram o simbolismo de cada órgão acometido pela somatização apontando para dificuldades de digerir, assimilar (medos, culpas, derrotas, acontecimentos da vida) que não foram adequadamente elaboradas ao longo de sua história de vida e a emoção acabou por ser estrangulada e instalada em algum órgão vital do corpo. O papel da psicologia frente a essas demandas é de auxiliar o paciente no processo de mudança no investimento dos afetos. Para que essa transformação se operacionalize é necessário que haja uma reorganização no aparelho psicológico, pois as portas do inconsciente serão abertas, e dele serão retirados os afetos reprimidos para que o paciente possa nomeá-los e atribuir novos significados, reduzindo as ansiedades e angústias. É importante ter em mente que a intervenção na clínica é complexa, deve-se oportunizar ao paciente, momentos de ab-reação, no qual o sujeito pode externalizar seus sentimentos e emoções a fim de nomear os afetos e ressignificar os traumas e auxiliá-lo na elaboração das vivências marcantes, buscando reagir com uma riqueza simbólica que preserve o seu corpo real do adoecimento.

Palavras-chave: Psicossomática; Simbolismo; Órgão.



ISSN 2237-0137

CÂNCER E PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL: LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

Elis Monique de Vasconcelos Galvão
Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Na sociedade ocidental os processos de saúde-doença são geralmente analisados a partir de uma perspectiva biologizante, desconsiderando partes essenciais da constituição do ser humano, como sua história e as experiências vivenciadas nas relações sociais. A Psicologia Histórico-Cultural volta-se para o estudo da pessoa a partir da história que antecede e acompanha as vivências desta e da cultura em que está se insere, tratando-a como sujeito. Boa parte dos trabalhos realizados a partir da perspectiva histórico cultural se voltam para a área da educação, como pesquisadora da área da saúde intenciona-se conhecer o que foi produzido a partir da articulação da Psicologia Histórico-Cultural com a área da saúde. Assim, o objetivo deste trabalho é analisar como os trabalhos da Psicologia Histórico-Cultural têm abordado a questão do câncer. Como método realizou-se um levantamento de literatura, buscou-se trabalhos disponíveis nas plataformas online Google Acadêmico e Portal de Periódicos Capes, utilizando os descritores “Psicologia Histórico Cultural e/and câncer”. A busca foi realizada em junho de 2018 e compreendeu publicações de 2006 a 2016. Foram encontrados nove trabalhos. De modo geral a Psicologia Histórico-Cultural aborda a temática do câncer a partir de um viés da Teoria da Subjetividade proposto González Rey, em que o ser humano é visto como constituído pelo social e individual e como sujeito no processo saúde-doença. Os trabalhos revisados



ISSN 2237-0137

apresentaram que a constituição histórica, social e individual da pessoa tem influência na forma como esta convive e significa com a doença. Os autores relatam a importância de olhar para os aspectos subjetivos envolvidos no processo de adoecimento, pois, possibilitam o reconhecimento da maneira que a pessoa enfrentará a patologia, promovendo um olhar singular de suas dificuldades e potencialidades, auxiliando no fortalecimento das qualidades que ajudarão na busca por saúde. Portanto, ainda que a doença carregue características próprias, a maneira como essa doença afetará o indivíduo será particularizada dependendo da produção subjetiva deste.

Palavras-Chave: Psicologia Histórico-Cultural. Saúde. Doença. Câncer.



ISSN 2237-0137

DEPRESSÃO E ANSIEDADE EM PACIENTES ONCOLÓGICOS

Elis Monique de Vasconcelos Galvão
Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Paulo Renato Vitória Calheiros
Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Conhecido como patologia do excesso, o câncer, doença causada pelo crescimento descontrolado de células no organismo impacta a qualidade de vida de milhares de pessoas. Um dos fatores que podem ser considerados como de risco na condução do tratamento são os estados de humor, dentre estes a ansiedade e a depressão. Depressão e ansiedade são estados de humor comuns aos indivíduos, podendo ser funcionais ou disfuncionais. Quando estes apresentam-se de forma funcional auxiliam o indivíduo a se manter em segurança, agora de forma disfuncional pode gerar prejuízos graves a saúde. Este estudo tem como objetivo avaliar a prevalência de sintomas de ansiedade e depressão em pacientes oncológicos de um hospital da Amazônia, bem como descrever as características sociodemográficas e clínicas da amostra estudada; avaliar a prevalência de sintomas de ansiedade através da escala hospitalar para ansiedade; avaliar a prevalência de sintomas de depressão através da escala hospitalar para depressão; verificar associações entre as variáveis clínicas do câncer e sintomas de depressão e ansiedade. Trata-se de uma pesquisa quantitativa, transversal delineada, participarão da pesquisa pessoas com diagnóstico de câncer que estejam em processo de tratamento em hospital ambulatorial, maiores de 18 anos e que tenham condições de



ISSN 2237-0137

responder aos instrumentos da pesquisa. Para coleta de dados serão utilizados questionário sociodemográfico e clínico, escala de ansiedade e depressão. Os dados serão registrados em uma planilha do Statistical Package for Social Science (SPSS) e processados de acordo com os objetivos desse estudo. Quando realizadas a análise bifatorial, para avaliação de relação entre variáveis, utilizar-se-á o teste estatístico qui-quadrado com $gl=1$ e nível de significância de 0,05. Espera-se encontrar relações de características que auxiliem nas indicações das pessoas que possam estar mais propensas a desenvolver ansiedade e depressão no contexto da oncologia, podendo assim auxiliar para que os profissionais tenham maior atenção voltada a esses casos, com o fim não apenas de tratar, mais principalmente de agir de forma preventiva.

Palavras-chave: Câncer. Estados de humor. Depressão. Ansiedade.



CLÍNICA PSICANALÍTICA NO SISTEMA PRISIONAL: ESCUTA E INTERVENÇÕES (IM)POSSÍVEIS

Halanderson Raymisson da Silva Pereira

Instituto Luterano de Ensino Superior de Porto Velho (ULBRA)

Carine Fernanda

Instituto Luterano de Ensino Superior de Porto Velho (ULBRA)

Raquel Nichole Nickson Lee Diniz da Silva

Instituto Luterano de Ensino Superior de Porto Velho (ULBRA)

A psicanálise fora do contexto da clínica recebeu diferentes denominações. Em Freud foi nominada psicanálise aplicada, em Laplanche de psicanálise extramuros e, em Lacan, de psicanálise em extensão. Nesse sentido, falar do sujeito em psicanálise é falar de uma concepção ético-política e não de uma faceta do indivíduo recortado por múltiplos discursos, que propõe saberes sobre seu desenvolvimento. Considerando a possibilidade da escuta do sujeito inconsciente fora do *setting* clínico tradicional, o Serviço de Psicologia Aplicada da ULBRA, estendeu no ano de 2018 o estágio em clínica psicanalítica à Associação Cultural de Desenvolvimento do Apenado e Egresso – ACUDA. Essa associação, por sua vez, é o resultado de um trabalho iniciado no ano de 1999, que executa práticas diárias de atuação junto ao sujeito privado de liberdade e ao egresso do sistema prisional. Inicialmente, quatro estagiárias se voluntariaram a realizar atendimentos semanais aos sujeitos que estavam em regime de privação de liberdade e eram provenientes das unidades penitenciárias Vale do Guaporé, Ênio Pinheiro e Aruana. Convém destacar que a escuta individual foi uma solicitação dos próprios



ISSN 2237-0137

sujeitos que participavam das atividades da ACUDA, os quais tiveram contato com atendimentos psicológicos primeiramente através de projetos de extensão do curso de Psicologia da Universidade Federal de Rondônia. Embora a ACUDA ofereça outras práticas terapêuticas, como Reiki, massoterapia, práticas de constelação familiar, entre outras, os sujeitos atendidos por meio da clínica psicanalítica trouxeram a necessidade de falar sobre “assuntos” que não poderiam expor em outros espaços ou nas atividades grupais que realizavam periodicamente. Os conteúdos oriundos da escuta dos sujeitos apontaram para fragilidade e ruptura dos vínculos familiares/comunitários, impactos na saúde mental decorrentes do encarceramento, dos processos de exclusão e da despersonalização, como resultante da disciplina e vigilância constante de condutas cotidianas. A possibilidade de ser ouvido sem ser avaliado trouxe conforto a “loucura prisional” e produziu uma fala de excessos: de violências, sofrimentos, torturas e desamparo. Nas entrevistas preliminares, os aspectos transferenciais e contratransferenciais surgiam em torno da emergência da verdade. Contudo, de qual verdade se tratava? Nas primeiras supervisões dos atendimentos, não raramente as estagiárias verbalizavam: “acho que ele me falou a verdade” ou “desconfio que ele tenha mesmo cometido o crime”. Um duplo trabalho é empreendido ao considerar essas formações discursivas: identificar os movimentos e discursos institucionais que tentam apagar a possibilidade da fala dos sujeitos e observar a ética da psicanálise, que não propõe regras ou juízos de valor. O encontro com o analista é necessário, mas não suficiente para construção da



ISSN 2237-0137

demanda da análise. Nesse aspecto, a supervisão, o estudo teórico e a análise pessoal são condições necessárias para que seja possível sustentar o desejo do analista. A proposta de escuta e intervenção psicanalítica no contexto prisional torna-se possível quando o tratamento produz implicação subjetiva, que permite ao sujeito separar-se de seu ato pela fala, situando-o na dimensão da responsabilidade e não da culpabilização.

Palavras-chave: Clínica Psicanalítica. Sujeito do inconsciente. Sistema Prisional.



CRIME, LOUCURA E TRATAMENTO: UMA PROPOSTA DE ESCUTA E PRÁTICAS A PARTIR DA CLÍNICA AMPLIADA EM UMA UNIDADE DE CUSTÓDIA

Halanderson Raymisson da Silva Pereira

Instituto Luterano de Ensino Superior de Porto Velho (ULBRA)

H yla Verena de Sousa Ferreira

Instituto Luterano de Ensino Superior de Porto Velho (ULBRA)

M lca Isabelle Santos Carvalho

Instituto Luterano de Ensino Superior de Porto Velho (ULBRA)

Este trabalho objetiva comunicar a experiência de um projeto de extensão desenvolvido na unidade de Internat o Masculina Medidas de Segurança na cidade de Porto Velho no ano de 2018. Destaca-se que a medida de segurança de acordo com o Art. 97 do Código Penal, refere-se a interven o estatal na liberdade do indivíduo que cometeu crime em razão de “doença”/ transtorno mental, o qual a periculosidade   presumida. Inicialmente, discentes do curso de psicologia da Ulbra do estágio em psicologia social, realizaram visitas a unidade para conhecer seu funcionamento, as quais foram registradas em diário de campo. Além desse recurso, foram realizadas entrevistas individuais juntamente aos trabalhadores e internos da unidade. Esta primeira etapa possibilitou a constru o de dados preliminares com rela o aos desafios e potencialidades da unidade. De acordo com o relato dos trabalhadores, o atendimento dispensado aos internos   executado com dificuldades, pois não dispõe de estrutura física, recursos humanos e recursos terapêuticos adequados. Foi ainda apontado como dificuldade a ausência do profissional de psicologia e do serviço social na composi o da equipe. A fragilidade



da intersectorialidade e matriciamento com a rede de saúde também foi destacada como desafio, sendo que o tratamento medicamentoso é o principal recurso disponível. Quanto aos internos, ressaltaram em suas falas que a ausência de atividades na unidade, de visitas de familiares, os preconceitos e a incerteza quanto ao futuro intensificam o sofrimento e abandono sentidos. Em um segundo momento do projeto, considerando a leitura e análise preliminar dos dados construídos, foram propostos encontros no formato de rodas de conversa e oficinas de história de vida juntamente aos sujeitos internos. Foram criados dois grupos, um com 10 e outro com 7 internos. Os resultados desses processos de escuta corroboraram o que havia sido inferido nas entrevistas: a ausência de atividades na unidade, a fragilidade dos laços familiares e comunitários, a institucionalização e como consequência a despersonalização dos sujeitos, como agravantes para o quadro de sofrimento psíquico. A terceira etapa, ainda a ser executada, consistirá na discussão juntamente aos internos, trabalhadores da unidade e da rede de saúde sobre a (re)construção do projeto terapêutico familiar como um recurso terapêutico no contexto da clínica ampliada e de atenção psicossocial. A psicologia social, alinhada aos objetivos da luta antimanicomial e da Reforma Psiquiátrica, possibilitam nesse contexto repensar a participação, reinserção e construção de autonomia dos internos em relação as práticas de cuidado por meio da participação ativa na (re)elaboração do Projeto Terapêutico Singular.

Palavras-chave: Psicologia Social. Medidas de segurança. Projeto terapêutico singular. Clínica ampliada.



ISSN 2237-0137

ATUAÇÃO DO PSICOLOGO EM UMA UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Ishtar Nichole S. Michels Dantas

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Thathyane Nunes Dorneles

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

José Juliano Cedaro

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

A psicologia hospitalar é uma área que abrange um modelo psicoterápico adaptado à instituição da saúde de modo a promover uma comunicação assertiva (dialógica) e tratamento humanizado aos pacientes, familiares e a própria equipe multiprofissional. Dentro das atuações possíveis ao psicólogo, destaca-se, como foco deste relato de experiência, o acompanhamento na Unidade de Terapia Intensiva – UTI. Em tal ambiente o trabalho tem um cunho focal, breve e, em sua maioria, emergencial. Objetivou-se compartilhar experiências e técnicas utilizadas que viabilizaram o trabalho de duas acadêmicas do último ano da graduação de psicologia da Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR, sob a supervisão de preceptores no ambiente hospitalar e do orientador de estágio vinculado à instituição supracitada. O período analisado foi de março até setembro/2018 em um hospital de referência de doenças tropicais e infectocontagiosas da região Norte. Realizou-se, durante a permanência no hospital, o acompanhamento dos familiares na visitação no horário de 15h às 16h por meio de instruções e orientações de segurança do paciente e do familiar; apoio em relação à óbito e comunicação de más notícias por



ISSN 2237-0137

meio do protocolo Spikes; participação no boletim médico promovendo atendimento interdisciplinar e apoio psicológico, bem como atendimento aos pacientes em estado de consciência adequada. As técnicas utilizadas foram: protocolo de triagem a fim de averiguar a rede de apoio; verificação do familiar mais apropriado à receber o boletim médico; técnica de relaxamento com respiração diafragmática; técnicas de orientações de comunicação assertiva entre os familiares, equipe médica e pacientes específicos. Verificou-se durante o período de atuação a diminuição do nível de ansiedade dos pacientes, familiares e da equipe; melhora na adequação da comunicação aos visitantes, proporcionando maior compreensão do quadro clínico do paciente; desmistificação das fantasias relacionadas à UTI, ao período de hospitalização, da morte e do processo de luto concreto e imaginário tanto para os familiares quanto para os pacientes.

Palavras-chave: Psicologia. Psicologia hospitalar. UTI.



ASPECTOS DO CUIDADO DE ENFERMAGEM ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA E A INTERFACE COM POLÍTICAS PÚBLICAS

Juliana Barbosa Framil

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Rosiele Pinho Gonzaga da Silva

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Maria Ivonete Barbosa Tamboril

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Trata-se de um estudo qualitativo que objetivou discutir a atuação da enfermeira(o) na assistência à mulher vítima de violência de gênero na perspectiva dos princípios das políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher. Para tanto, realizou-se uma análise da literatura, do tipo revisão narrativa para a qual não se aplica buscas exaustivas, a reprodução de dados e respostas quantitativas para questões específicas, logo a sistematização dos trabalhos e sua interpretação estão sujeitas à subjetividade dos autores. Realizada análise bibliográfica na Biblioteca Virtual de Saúde, sendo recuperados artigos indexados no banco de dados da Literatura da América Latina e Caribe em Ciências da Saúde, Literatura Internacional em Ciências da Saúde e na *Scientific Electronic Library Online*. A partir da leitura dos textos selecionados, foi possível observar que nos estudos destacaram-se: a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, a humanização do cuidado e invisibilidade da violência contra a mulher nos serviços de saúde. No que tange à Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher



o documento incorporou, num enfoque de gênero, a integralidade e a promoção da saúde como princípios norteadores, procurando consolidar avanços no combate à violência doméstica e sexual, além de expressar que o atendimento às vítimas de violência fundamentar-se-á pelo respeito às diferenças, sem qualquer tipo de discriminação e sem imposição de valores e crenças pessoais. Esse enfoque deverá ser incorporado aos processos de sensibilização e capacitação para humanização das práticas em saúde. A Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS (PNH), na condição de política transversal se constitui em outra estratégia potente para pensar políticas e ações de atenção às mulheres vítimas de violência. Tal situação requer sensibilidade e capacitação por parte das equipes de saúde frente às situações de violência e um ambiente acolhedor e privativo para atendimento. A humanização do cuidado em saúde envolve a observação, a escuta, o cuidado emocional, o bom senso, a liderança, o caráter humanitário, a solidariedade, a sensibilidade, a técnica, a relação educativa e as dimensões psicossocial e psicoespiritual. Aspecto notório, também, foi a ocorrência da invisibilidade da violência à mulher nos serviços de saúde, ou seja, a violência física, sexual ou psicológica está nítida, mas não se fala sobre tal a não ser que a mulher vítima declare tal situação. A intervenção sobre o problema numa perspectiva integral parece não ser, ainda, uma prática corrente entre os profissionais de saúde da Atenção Básica. O despreparo dos profissionais para perceber sinais e auxiliar no enfrentamento das situações de violência, bem como a fragilidade das políticas e dos programas, prejudica a organização de uma



ISSN 2237-0137

atenção qualificada. Diante disso, urge incluir a violência de gênero e as desigualdades decorrentes das iniquidades de gênero de modo transversal nos currículos de Enfermagem para que a prática profissional seja melhor estruturada. Identificou-se que a autonomia é condição essencial para que ocorra o enfrentamento da violência de gênero. Portanto, as equipes de enfermagem devem problematizar as causas e consequências da violência de gênero no viés histórico-cultural. Assim, na ação do cuidar dos enfermeiros (as) deve ocorrer a construção de elos de confiança e vínculos, além de reconstruir conceitos sobre a violência, com vistas a reduzir os índices deste agravo e mudar a realidade social. Conclui-se que o cuidar na enfermagem à vítima de violência é atravessado pelo acolhimento, o cuidar de lesões, o diálogo, os encaminhamentos aos órgãos competentes, a construção de vínculo e pelo conhecimento sobre os dispositivos legais que fundamentam a atuação.



ISSN 2237-0137

VIOLÊNCIA VERBAL INTRAFAMILIAR

Karina dos Reis Ferreira

Faculdades Associadas de Ariquemes (FAAr)

Larissa de Jesus Silva

Faculdades Associadas de Ariquemes (FAAr)

Sara Lima Rodrigues

Faculdades Associadas de Ariquemes (FAAr)

O aumento significativo da violência na sociedade contemporânea tem se tornado motivo de muitas preocupações. Há inúmeros estudos que investigam a origem dessa agressividade, entre eles, estudos que apontam a violência não apenas como resultado do contexto social, mas também de pré-disposições biológicas, ambientes familiares em desequilíbrio e desigualdades. Em cada grupo familiar a dinâmica de afeto e poder são diferentes, os indivíduos representam papéis diferentes que podem os levar a posturas opostas e à papéis rígidos onde estão presentes a subordinação e a dominação, que interferem nas relações destes. Violência verbal intrafamiliar ocorre no contexto familiar e trata-se de comportamentos agressivos caracterizados por palavras ofensivas e imorais. Este trabalho tem por objetivo fazer um levantamento de dados referente ao conhecimento da sociedade acerca da violência verbal e seu subtipo, a violência verbal intrafamiliar; se ocorre nos diversos contextos familiares, em qual fase da vida alcança maior índice e entre quais membros da família apresenta-se com maior frequência. A presente pesquisa conta com questionário quantitativo e qualitativo de nove questões aplicadas em 46 participantes escolhidos aleatoriamente, de ambos os sexos, com



ISSN 2237-0137

idade entre 10 e 59 anos de idade, no município de Ariquemes-RO. Os dados apontam que mais de 70% dos entrevistados são adultos do sexo feminino. Referente às posições familiares dos entrevistados, 71% são filhos e 29% pais. Desses, 93% apresentaram conhecimento sobre violência verbal e 87% sobre violência verbal intrafamiliar. Quando questionados se já sofreram violência verbal intrafamiliar 71% confirmaram que sim e 29% disseram nunca ter sofrido esse tipo de violência. Dos que afirmaram ter sofrido essa forma de violência 37% revelaram que esses comportamentos partiram de seus genitores, 33% por outro familiar e 18% por mais de um membro da família. Nenhum participante relatou ter sofrido esse tipo de violência de seus filhos. Dos entrevistados, 48% afirmaram que tal violência teve início na infância, 22% na adolescência e 11% na fase adulta. Conclui-se que a violência verbal está presente nos contextos sociais, bem como, no ambiente familiar. A medida para evitar esses comportamentos segundo os entrevistados é através da conversação amigável e empatia. Sugere-se um trabalho de conscientização, sobre os possíveis danos comportamentais e psicológicos, causados em decorrência da violência verbal intrafamiliar.

Palavras-chave: Violência. Família. Verbal.



ISSN 2237-0137

VIVÊNCIAS DE ACOLHIMENTO EM UM CAPS ESTADUAL NA CIDADE DE PORTO VELHO/RO

Bruna Suyane Fernandes Vilela

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Natasha Souza Matos

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Vanderléia de L. Dal Castel Schindwein

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Trata-se de um relato de experiência em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) de Porto Velho-RO. A instituição é um dispositivo do SUS, responsável por acolher pessoas que estão enfrentando as repercussões físicas e psíquicas de um transtorno mental severo, assim como oferecer auxílio às dificuldades na elaboração do sofrimento que envolve questões vida cotidiana, como trabalho, relacionamentos e luto. Foram realizadas 13 (treze) visitas a um CAPS estadual com duração de 4h/dia, assim, um dos instrumentos utilizados foi a observação participante, com registro no diário de campo. Além disso, a atividade prática tinha como proposta central a realização de processos de acolhimento à pacientes em situação de sofrimento mental que buscavam o serviço pela primeira vez e que precisavam ser submetidos a uma escuta inicial. A escuta clínica buscava compreender as queixas, os sintomas, e as histórias de vida e trabalho, como também o uso de medicamentos, entre outros aspectos. A experiência possibilitou visualizar inúmeras dificuldades que perpassam a instituição no processo de reabilitação psicossociais dos usuários no serviço, como a dificuldade do acompanhamento do



paciente ao longo do tratamento. Diante do exposto, verificou-se durante o estágio no CAPS que, muitas vezes, os pacientes não eram acolhidos pela equipe de saúde, passando a percorrer a rede em busca de atendimento. Observou-se que os profissionais da saúde da instituição cuidam de tantas pessoas, também devem ser cuidados e assistidos, para que não adoçam e se identifiquem com a dor dos pacientes em sofrimento mental. É importante ainda, que os profissionais possam dar sustentação à mudança do modelo assistencial-ambulatorial oferecido atualmente, mas que possa efetivamente levar a desinstitucionalização e a mudança da representação da loucura no espaço público. Nesse sentido, o trabalho do psicólogo deve estar voltado para intervenções que proporcionem autonomia e bem estar. Legitimar a fala dos usuários é de extrema importância para que se possa alcançar a reabilitação psicossocial de forma integral, permitindo que assumam o lugar de sujeito, deixando a condição de “louco” e incapaz. O CAPS deve estar comprometido com a promoção à saúde mental, oportunizando espaços de fala, expressão de subjetividade, apoio nas situações de sofrimento intenso, além de incentivar a autonomia e o exercício da cidadania.

Palavras-chave: Psicologia. Saúde mental. Centro de Atenção Psicossocial. Acolhimento.



ISSN 2237-0137

A DEFICIÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA IMPLANTAÇÃO DO CAPS III RELACIONADO AO MAIOR NÚMERO DE ENCAMINHAMENTOS À CLÍNICA ESCOLA.

Maiane Pereira Leonardelli

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Ishtar Nichole Schmitz Michels Dantas

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Para efetivar a existência de estratégias em políticas públicas, estas devem ser revestidas da autoridade do poder público, diante disso, surge a necessidade de analisar a deficiência das políticas públicas em saúde mental, na implantação do CAPS III no município de Porto Velho-RO e como essa insuficiência está relacionada ao maior número de encaminhamentos às clínicas escolas, dando ênfase a Serviço de Clínica de Psicologia Aplicada (SPA), vinculada à Fundação Universidade Federal De Rondônia. A rede de saúde mental pode ser constituída de diferentes recursos assistenciais que possibilitam a atenção psicossocial aos pacientes com transtornos mentais, tendo como referência a demanda dos municípios. A Portaria nº 336 regulamenta que os CAPS deverão constituir-se em serviço ambulatorial de atenção diária que funcione segundo a lógica do território: Municípios com mais de 200.000 habitantes deverão oferecer os serviços de CAPS II, CAPS III, CAPS AD, CAPSi, e rede básica com ações de saúde mental e capacitação do SAMU. Segundo os dados de 2017 levantados pelo IBGE, a população estimada de Porto Velho é de 519.436 habitantes, com isso, percebe-se a inexistência de tal serviço de saúde, pois, Porto Velho não possui



ISSN 2237-0137

CAPS III dificultando a assistência do atendimento à demanda de saúde mental. A metodologia de trabalho utilizada conta com revisão bibliográfica de artigos da plataforma de busca Scielo e Google Acadêmico; análise documental de 407 fichas de triagem realizadas no período de 12 de março à 29 de junho de 2018 no Serviço de Psicologia Aplicada – SPA vinculado à Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e com tabulação de dados utilizando o programa da Microsoft Office Excel. O resultado da tabulação dos dados mostra total de 407 fichas, onde 127 são referentes às crianças e adolescentes dos 5 aos 17 anos (~31%) e 280 pertencem à população adulta (~69%). Das fichas totais, 295 apresentam algum tipo de procedência (~72%), enquanto 112 permaneceram com o espaço em branco (~28%). Analisando as 295 fichas com procedência, separamos as tais por setores de encaminhamento, sendo eles: CREAS/CRAS/CAPS (~13%); médicos ou psicólogos de outras instituições de saúde (~37%); escola e/ou faculdades (~10%); divulgação em rede sociais e mídia (~24%) e indicação de amigos e familiares (~16%). A partir dessa tabulação, observa-se que 50% - setores 1 e 2 - das fichas vieram encaminhadas de algum tipo de instituição ou profissional de saúde, inclusive dos próprios CAPS, significando que o SPA é um serviço complementar de políticas públicas em saúde mental. Ainda, a falta de um CAPS III de funcionamento contínuo, poderia ser um fator que contribuiria para os altos índices de encaminhamento dessas outras instituições que não comportam a demanda apenas com os serviços implantados no município. Sendo assim, observa-se uma correlação entre o não cumprimento da lei que implementa o serviço ininterrupto (CAPSIII)



para municípios maiores que 200 mil habitantes, a sobrecarga da população aos sistemas de auxílio já instituídos e, conseqüentemente, o maior número de encaminhamentos para clínicas-escolas que exerçam um papel complementar nas políticas públicas em saúde mental.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Saúde Mental. Clínica Escola.



ISSN 2237-0137

“ATÉ QUE NÃO ME AFETA MUITO”: O LUGAR DO AFETO NAS DESORDENS PSICOSSOMÁTICAS

Natasha Souza Matos

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Bruna Suyane Fernandes Vilela

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Trata-se de um relato de experiência, vivenciado durante a disciplina de Psicossomática, oferecida pela matriz curricular do curso de Psicologia da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Em termos psicanalíticos tem-se que os sujeitos acometidos pelo fenômeno psicossomático apresentam sintomas médicos por possuírem uma elaboração psíquica fragilizada, dificultando a expressão de estados mentais que envolvem sofrimento ou insatisfação pessoal. Dessa forma, o que deveria ser processado a partir de símbolos que extrapolam o próprio corpo, passa a ser uma vivência do corpo real e físico. Este estudo objetiva discutir e descrever os conteúdos abordados durante duas entrevistas realizadas com mulheres que possuem traços psicossomáticos, bem como identificar as doenças que as acometem e, desse modo, entender os processos de adoecimento ao longo da história de vida. O estudo, fundamentado na abordagem qualitativa, utilizou como instrumento para a coleta de dados empíricos a entrevista semiestruturada. Sobre o processo de seleção das colaboradoras, foram analisadas diversas fichas de triagem dos anos de 2016 e 2017, que se encontram disponíveis no arquivo do Serviço de Psicologia Aplicada (SPA), da UNIR. Sendo assim, foram contatadas duas mulheres que a apresentavam as seguintes queixas:



gastrite nervosa, queda de cabelo, hipertensão, problemas na coluna (escoliose), dores de cabeça, doenças dos ossos (osteoporose). Foi apresentado o Termo de Consentimento livre e esclarecido (TCLE) para que realizássemos a entrevista. Como resultados, temos que as duas mulheres possuem um discurso sem afeto, no sentido de não trazer uma carga emocional diante das vivências de sofrimento, pode-se dizer que é uma fala robotizada, que naturaliza o sofrimento ao integrá-lo ao seu cotidiano. Nesse contexto, diversos mecanismos de defesa são acionados para manter a homeostase psíquica, as pessoas racionalizam e intelectualizam seus comportamentos de evitação, resultando na carência de representantes simbólicos que canalizem as emoções. O papel da psicologia frente a essas demandas é de auxiliar a/o paciente no processo de mudança no investimento dos afetos, é preciso que ela/e se permita viver as emoções e os sentimentos através do corpo erógeno, poupando seu corpo real das dores e disfunções. É o estresse psíquico, proveniente dessas situações que produzem a doença psicossomática. Portanto, é preciso atuar na perspectiva da Psicoeducação para que os indivíduos compreendam a importância de nomear os afetos e se permitir sentir e expressar as emoções. Entender que o sofrimento faz parte da vida humana e que pode ser encarado como efêmero é um dos pontos de partida para a minimização das desordens psicossomáticas. As temáticas relacionadas à psicossomática carecem de estudos e pesquisas para que se possa sistematizar e fundamentar uma prática psicológica de qualidade.

Palavras-chave: Psicossomática. Sintoma. Somatização. Afeto. Psicanálise.



ISSN 2237-0137

O PERFIL DE MULHERES VIVENDO COM HIV/AIDS EM UM HOSPITAL DE DOENÇA INFECTO CONTAGIOSA

Priscila Guedes Nogueira

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

José Juliano Cedaro

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Esse trabalho tem como objetivo caracterizar o perfil de mulheres que fazem tratamento para HIV/AIDS em um hospital da Amazônia Ocidental. Para tanto, foram coletados dados por meio do prontuário médico, triagem psicológica e atendimentos individuais. Dentre as características mais frequentes nesse público, evidencia-se que maioria encontra-se entre a faixa etária de 30 a 50 anos, cor da pele parda ou negra, casadas ou com parceiro fixo, com mais de dois filhos e não possuem vínculo empregatício. Muitas delas têm histórico de depressão ou transtorno do pânico e são oriundas do interior do estado ou moram em regiões periféricas da capital. Estão sob tratamento há mais de cinco anos, tendo recebido diagnóstico após gravidez e relatam não terem o hábito de usar camisinha. A ocorrência de frequentes internações na mesma instituição pela não adesão ao tratamento, bem como prevalência de outras doenças sexualmente transmissíveis correspondem a realidades dessas pacientes. Além de receberem pouco suporte ou visita familiar durante os períodos de internação, percebeu-se aspectos como a não aceitação do diagnóstico pela vergonha e a forma distorcida pela qual o paciente interpreta a enfermidade limitando-se a procurar ajuda ou ter uma vida mais funcional. Diante do exposto, observa-se associação



de fatores de vulnerabilidade socioeconômica e discriminação que podem estar relacionados um contexto histórico excludente principalmente de mulheres negras e de baixa renda, o que nos faz pensar no papel da Psicologia em relação a práticas de promoção de um diálogo que integrem a equipe multidisciplinar para que possam trabalhar a favor da minimização da exclusão social e, assim, como favorecer adesão do tratamento desse público e a participação da família durante o período de tratamento.

Palavras-chave: HIV. Aids Mulheres. Psicologia hospitalar.



ISSN 2237-0137

PSICOLOGIA DA SAÚDE: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE SANTARÉM-PA

Thiago de Sousa Soares

Instituto Esperança de Ensino Superior

Trícia Aguiar Vieira

Instituto Esperança de Ensino Superior

Edilmara Patrícia Rocha

Instituto Esperança de Ensino Superior

O presente relato de experiência pauta-se na temática da Psicologia da Saúde, que é uma área da Psicologia aplicada e que tem suscitado inúmeras reflexões acerca da identidade dos profissionais que nela atuam, sobretudo, a necessidade do esclarecimento do papel do Psicólogo no âmbito das Unidade Básica de Saúde (UBS) e de reestruturação e fomentação de sua formação enquanto acadêmico. Para Rutsatz e Câmara (2006) a inclusão desse profissional em tais serviços, concomitantemente à de outras categorias profissionais vem responder uma nova visão estabelecida sobre o processo saúde-doença, que já não se refere à saúde apenas como ausência de doenças, mas como fruto da relação entre um conjunto de fenômenos físicos, psíquicos e socioeconômicos a que estão submetidos os indivíduos. Segundo Coêlho (2007) o psicólogo no Sistema Único de Saúde (SUS) tem por objetivo, pelo menos no plano de ideal, não só romper a dicotomia entre a saúde física e a saúde mental, mas acima de tudo, buscar um diálogo com outros saberes, obedecendo, assim ao princípio da integralidade do atendimento com vistas a se construir propostas de atuação eficazes voltadas para as verdadeiras necessidades sociais. Deste modo, objetiva-se fazer um relato de



experiência a partir do estágio supervisionado em saúde, realizado em uma unidade básica de saúde de Santarém-PA. As atividades desenvolvidas pelos (as) estagiários (as) foram: palestras sobre a Autoestima do idoso, intervenção no Outubro Rosa. Tais atividades desenvolvidas a partir das demandas identificadas dentro da unidade, além de visitas domiciliares e de escutas ativas qualificadas, as quais foram realizadas com os (as) usuários (as) e com o corpo profissional da UBS, através das intervenções foram realizados encaminhamentos quando se fizeram necessário à rede. Nesse sentido, o desenvolvimento de práticas psicológicas norteadas pela visão biopsicossocial do sujeito, compreendendo a relação dinâmica entre o processo saúde-doença, como também às relacionadas às particularidades regionais, foi possível identificar através das intervenções o processo que permeia o adoecimento e propor intervenções apropriadas a cada contexto, tendo como premissa a elaboração de abordagem psicológica que vise à promoção, prevenção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde, tanto a nível individual quanto coletivo, bem como ações que contemplem todos os níveis de atenção em saúde. Nessa perspectiva, a atuação dos (as) psicólogos (as) no contexto de atenção básica na Região Oeste do Pará ainda está se configurando e consolidando, o que se faz necessário propor um olhar ampliado da Psicologia, levando em consideração os instrumentais próprios do profissional Psicólogo e em consonância com o código de ética, o qual salienta da importância da garantia de direitos da pessoa de modo efetivo, qualificado e holístico.

Palavras-chave: Psicologia em Saúde. Unidade Básica de Saúde. Garantia de Direitos.



ISSN 2237-0137

COMUNICAÇÕES ORAIS

EIXO III - PSICOLOGIA, POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO



SEXUALIDADE E DEFICIÊNCIA: UM DIÁLOGO COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Aracely Thais Lima de Assunção

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Thaís Alicea Brito

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Luanna FreitasJohnson

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

O presente trabalho apresenta um estudo sobre a atuação de profissionais da educação referente à temática sexualidade de estudantes com deficiência. Considerando que a sexualidade é um tema transversal, pois se trata de orientação sexual, a finalidade é promover reflexões que despertem para a relevância do assunto a ser abordado no ambiente escolar como parte da construção do sujeito. Foi observado que o tema sexualidade de pessoas com deficiência é discutido por alguns autores, os quais ressaltam que todo ser humano desenvolve a sexualidade independente de suas condições e/ ou limitações. Nesse contexto, buscou-se conhecer como a sexualidade da pessoa com deficiência tem sido abordada pelos profissionais de educação. Compreende-se que toda prática docente é permeada por valores e crenças que variam de acordo com a idiosincrasia do indivíduo. Recorreu-se a metodologia qualitativa, na modalidade de pesquisa de campo, com emprego da técnica de entrevista. Utilizou-se como instrumento de coleta de dados a entrevista com profissionais da educação que atuam diretamente na sala de aula e profissionais que atuam na gestão de uma instituição pública de ensino, que



trabalham com crianças e adolescentes com/sem deficiência e observação dos alunos com deficiência. Os dados analisados apontam que os profissionais da educação não compreendem a importância de se trabalhar a sexualidade de pessoas com deficiência, além de apresentarem um discurso de falta de preparação para lidar com este tema, principalmente quando se refere à pessoa com deficiência. Identificou-se que a concepção e prática adotadas frente ao tema são permeadas de preconceitos; não apenas acerca da sexualidade, mas principalmente no que tange à deficiência. Acredita-se, que tal resultado indica a necessidade de criação de espaços de diálogos onde haja possibilidade de problematizar e refletir sobre a atuação dos profissionais da educação, bem como a proposta de ações que possam subsidiar a formação desses profissionais para tratar sobre o referido assunto.

Palavras-chave: Sexualidade. Deficiência. Educação.



A “IDEOLOGIA DE GÊNERO” NA DISCUSSÃO SOBRE UM PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Ariel Alves Gomes

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Esthela Bianchini Hipólito da Silva

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Maria Ivonete Barbosa Tamboril

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

A gênese do conceito de “ideologia de gênero” encontra-se em declarações realizadas por figuras religiosas ou a partir de eventos vinculados à Igreja Católica. Como aborda Lemos (2017), essa expressão é usada com cunho pejorativo para referir-se a uma suposta disseminação de ideias e valores na sociedade que visa a dissolução da instituição familiar tradicional e a negação da vontade de Deus. A disseminação de discursos contendo ideais conservadores tem sido observada de forma crescente nos últimos anos, principalmente a partir das discussões sobre o Plano Nacional de Educação (PNE) em 2014, abrangendo os meios midiáticos, políticos e educativos, ao incorporar-se aos debates e serem utilizados para justificar modificações em documentos e legislações, tal qual ocorreu na referida lei. (JUNQUEIRA, 2017). A partir desse contexto, o presente trabalho analisa os discursos dos líderes políticos e religiosos presentes em uma sessão de audiência pública realizada na Câmara dos Vereadores da cidade de Porto Velho-RO, no ano de 2015, cuja pauta tratava-se do Plano Municipal de Educação e que, contudo, o foco da discussão manteve-se relacionada a questão de gênero. O traçado metodológico



ISSN 2237-0137

constituiu-se em uma pesquisa de abordagem qualitativa, se tratando de uma análise documental da transcrição do áudio da referida sessão na Câmara Municipal de Porto Velho, fundamentada com o referencial teórico de autores que discutem, de maneira crítica, a chamada “ideologia de gênero”. Para a sistematização e análise do material, recorre-se as contribuições acerca da Análise de Conteúdo postuladas por Bardin (2011), a qual propõe a organização dos dados em categorias temáticas a partir dos assuntos que mais se destacam neles. A partir da análise dos 11 pronunciamentos – de vereadores/as e público em geral –, observa-se que, em sua maioria, o conteúdo das falas referiam-se à estratégia 2.6, da meta 2, que trata dos materiais didático-pedagógicos a serem utilizados nas escolas e possui em sua redação o uso tanto da palavra “gênero” quanto de “orientação sexual”, fruto do incômodo. Face ao exposto nota-se a importância/urgência de abordar temáticas relacionadas às questões de gênero, uma vez que elas possuem caráter subjetivo, social e político, e sua não discussão torna-se omissão perante a condição social em que se encontram grupos minoritários que são alvos da violência que tem como base ou justificativa os valores e a moralidade conservadora. Através da análise ficou evidente a contradição das discussões e ações políticas permeadas pelo conservadorismo religioso e a necessidade de se incluir e ampliar o espaço de debate sobre as questões relacionadas ao gênero a partir do momento em que elas já permeiam o cotidiano das pessoas, incluindo o âmbito escolar.

Palavras-chave: Plano Municipal de Educação. Gênero. Psicologia.



ISSN 2237-0137

MARCOS REGULATÓRIOS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E O DIREITO A EDUCAÇÃO DIFERENCIADA

Beatriz Johnson Avelino

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Walcir Dione da Silva Ribeiro

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

O presente artigo tem como objetivo apresentar as normas reguladoras a partir da Constituição Federal de 1988, tendo como eixo a educação escolar indígena, no qual os novos marcos regulatórios respeitam e não restringe as particularidades das populações indígenas, se moldando às necessidades de cada etnia. A educação escolar indígena propriamente dita diferencia-se da educação indígena, visto que a primeira serve como ferramenta para instrumentalizar as populações indígenas complementando os conhecimentos tradicionalmente adquiridos na tribo e garantindo o acesso aos códigos escolares não-indígenas para que possam lutar por seus direitos, respeitando suas crenças, costumes, ritos, língua materna, tradições em geral. A segunda se refere a como o indígena se institui como parte da sua própria sociedade, na qual por muitas vezes todo o conhecimento é passado através da forma verbal ou de aprendizagem observacional com seus pais e parentes mais próximos, tendo variações em cada etnia indígena. Busca ainda como finalidade ampliar a reflexão sobre a situação da invisibilidade em que vivem os mesmos, apresentar dados estatísticos relevantes para o processo de escolarização do indígena, demonstrar como se institui o processo de escolarização indígena no Estado de Rondônia, os programas que assegurem a qualificação dos professores



e como ocorre a operacionalização das Leis nas escolas indígenas assim também como apresenta um panorama geral de como é a Matriz Curricular das escolas indígenas do estado. A realização deste artigo surgiu a partir de uma proposta de avaliação na disciplina de Seminários Temáticos em Psicologia e Educação, ministrado no sétimo período do curso de Psicologia na Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), sendo orientados pela Prof. Dra. Maria Ivonete Barbosa Tamboril, que sugestionou essa temática. A pesquisa foi realizada de forma bibliográfica e documental, realizada nos periódicos da Capes, Scielo, Google acadêmicos, sites governamentais, ONGs, utilizando termos como “educação escolar indígena”, “escola indígena”, “escolarização indígena”, “professores indígenas”. Utilizou-se esses termos por serem os mais frequentes nas publicações em suas palavra-chave, quando não encontrava os materiais necessários substitui-se os termos “indígena” por “índio” para que pudesse encontrar materiais para confeccionar o presente artigo. Até abril de 2017, em Rondônia contabiliza-se 119 escolas indígenas divididas em 13 núcleos de educação indígena, sendo 3.637 alunos matriculados. De todos 332 atuando na educação indígena, 240 são indígenas. Como resultados dessa busca, é notório a grande necessidade de mais estudos sobre a Educação Escolar Indígena a partir da óptica da Psicologia, visto que ela atua como mediação da linguagem e constituição da subjetividade indígena uma vez que a escola é um espaço social onde há diálogo, contradições, descobertas e mais um espaço de se exercer a criatividade do sujeito desse povo. No entanto, há necessidade de mais políticas públicas para que o psicólogo



ISSN 2237-0137

possa adentrar tais localidades e assim conseguir manter-se para o fim de possibilitar maiores avanços da educação escolar indígena e para fomentar a formação continuada de pedagogos para que haja uma maior discussão sobre o multilinguismo, aspectos educacionais-antropológicos do estudante indígena que vem para a cidade e vivencia um processo transitório adaptativo.

Palavras chave: Legislação. Educação Escolar Indígena. População Indígena.



ISSN 2237-0137

PSICOLOGIA E PROCESSOS GRUPAIS: EXPERIÊNCIA ACADÊMICA NA PROMOÇÃO DA CONSCIÊNCIA POLÍTICA

Camila Ricardo Marcelino

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Keise Kaliny Arruda de Moura

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Maria Eduarda da Silva Freire Pereira

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

O presente trabalho resulta do projeto-ação na Disciplina de Processos Grupais no Curso de Psicologia da Universidade Federal de Rondônia. A prática supervisionada foi realizada na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Flora Calheiros Cotrin localizada no município de Porto Velho-RO durante os meses de outubro e novembro de 2017. Intentou promover uma reflexão crítica da relação dos sujeitos com seu cotidiano envolvendo ações de cidadania e sua consciência política, através de debates com temas acerca do sistema governamental, eleitoral, econômico e da política externa. O referencial teórico adotado foi a Teoria de Campo de Kurt Lewin, que propõe que o espaço de vida é um campo de determinantes interdependentes e que dá origem ao comportamento. A metodologia está centrada em grupos pequenos e de caráter educativo, constituído por doze alunos do segundo ano do ensino médio regular, com uma faixa etária de 16 a 19 anos. Foram realizados cinco encontros semanais com duração média de uma hora e trinta minutos com a utilização de técnicas de dinâmicas de grupo, como: quebra gelo, de integração, de apresentação, de reflexão, entre outras. Os encontros



ISSN 2237-0137

versaram, consecutivamente, a respeito das três esferas do poder, política no cotidiano, sistema eleitoral brasileiro, princípios econômicos básicos, distribuição de recursos federais e de diferentes modelos de sistemas políticos. Durante as sessões observou-se um amadurecimento do grupo, que apesar do conteúdo complexo de alguns temas tratados mostrou-se demasiadamente participativo, demonstrando perceber a relação existente entre problemáticas do seu cotidiano com os assuntos debatidos. Pode-se notar também que a falta de estímulos para com a reflexão a respeito de assuntos políticos é um dos responsáveis pela ausência de senso social. Conclui-se que o trabalho em grupo com uso das técnicas apropriadas tem a potencialidade de ampliar o conhecimento e a participação dos indivíduos na construção da cidadania e na atuação da vida política ao mesmo tempo em que amplia a valorização dos jovens como protagonistas na esfera política. A psicologia nesse sentido possui um campo amplo para atuar na promoção dessas temáticas em ambientes escolares e comunidade em geral, apontando para os determinantes sociais que são obstáculos para o desenvolvimento da autonomia e realização dos indivíduos.

Palavras-chave: Psicologia. Política. Educação. Grupos.



ISSN 2237-0137

ESPAÇO ESCOLAR: HABILIDADES SOCIAIS DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Claudinéia dos S. F. Moreira

Faculdade de Rolim de Moura (FAROL)

Verônica Rodrigues Tomaz Godinho

Faculdade de Rolim de Moura (FAROL)

As habilidades sociais no processo de interação são meios significativos para a promoção do desenvolvimento individual, entre outros aspectos necessários para o seu aprendizado em grupo e fortalecimento no enfrentamento às diversidades encontradas no dia a dia. Segundo Del Prette e Del Prette (2003), as habilidades sociais devem fazer parte da formação educacional para constituir um aluno mais cooperativo e integral. Indivíduos que apresentam baixos níveis de habilidades sociais possuem dificuldades no processo vivencial em termos de afetividade, reciprocidade, adaptação, assertividade e outros fatores, podendo trazer com isso prejuízos na vida pessoal, profissional e consequentemente desajustes dentro de um grupo onde há interesses em comum. O presente estudo tem como foco a compreensão de fatores relacionados às habilidades sociais entre os professores da Educação Infantil. Com isso, a pesquisa foi desenvolvida com a participação de 20 professores de Educação Infantil, sendo o estudo uma análise quantitativo-descritiva, sobre o processo das habilidades sociais entre os professores no âmbito escolar. O instrumento utilizado para a coleta de dados foi o Inventário de Habilidades Sociais (IHS- Del Prette, 2001). As análises estatísticas demonstraram que os professores pesquisados



ISSN 2237-0137

apresentaram bom repertório no escore total quanto às habilidades sociais. Em relação aos escores individuais os resultados apresentaram um bom repertório nos fatores: Autoafirmação na Expressão dos sentimentos positivos e no Autocontrole da agressividade, porém, no fator Conversação e desenvoltura social o resultado foi abaixo da média. Sabe-se também que é por meio das habilidades sociais que o indivíduo constrói relações saudáveis e conceitos de formação para a vida. Partindo desse resultado foi possível constatar, que os profissionais se encontram dentro de parâmetros normais e com bons repertórios em dois fatores importantes no aspecto do desenvolvimento escolar. Entretanto, apresenta em um dos fatores, mais especificamente, no fator de Conversação e desenvoltura social, a necessidade de maior atenção. Evidenciando assim a importância do desenvolvimento da habilidade social nas relações interpessoais, com isso podendo aprimorar seus conceitos de educação, uma vez que este fator está relacionado tanto no nível profissional como pessoal de cada indivíduo. Salientando que no campo educacional, se faz necessário maior envolvimento das políticas públicas. Podendo com isso, ocorrer o desenvolvimento e implantação de projetos, direcionados ao tema de habilidades sociais entre os profissionais da área educacional e toda rede de comunicação.

Palavras-chave: Educação infantil. Professor. Habilidades Sociais.



ISSN 2237-0137

ANÁLISE DE UMA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO À LUZ DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL E DA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA

Cleude Alcantara Alves Storch

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Marli Lúcia Tonatto Zibetti

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

O estudo analisa as atividades de ensino desenvolvidas no estágio supervisionado do curso de pedagogia em uma escola pública de Rondônia no ano de 2016. A análise fundamenta-se nos referenciais teóricos da Psicologia Histórico-Cultural e da Pedagogia Histórico-Crítica. Essas teorias afirmam que o desenvolvimento do psiquismo humano e do pensamento em suas formas mais complexas, possui seus determinantes na cultura historicamente sistematizada, produto das ações humanas; para essas teorias o papel central da educação está na socialização de conhecimentos culturais, históricos, uma vez que o desenvolvimento das formas superiores de conduta depende, primordialmente, da qualidade desses conhecimentos que serão disponibilizados para os estudantes. Metodologicamente o estudo foi realizado a partir de análise documental que utilizou como fonte dos dados os relatórios de estágio elaborados pela primeira autora durante o desenvolvimento de atividades com estudantes do 4º e 5º ano do ensino fundamental. A experiência foi planejada sob supervisão e teve a duração de 20 horas; foi registrada em diário de campo que serviu de base para a elaboração do relatório. Os resultados apontam que o planejamento considerou a necessidade de



ISSN 2237-0137

tratar de temas atuais na formação dos estudantes (Dengue, Zika e Chicungunha), porém a preparação das atividades não considerou os conhecimentos específicos dos estudantes sobre os conteúdos científicos a serem ensinados/aprendidos. Desta forma, nem todas as atividades desenvolvidas garantiram novas aprendizagens e, portanto, não contribuíram de forma significativa para o desenvolvimento dos estudantes. A falta de clareza sobre o papel da educação no processo de desenvolvimento, somada às condições em que são desenvolvidos os estágios supervisionados (tempo exíguo, ausência de levantamento prévio dos conhecimentos dos estudantes) contribuíram para que as atividades desenvolvidas focassem em ações práticas, elementares e desvinculadas do nível de desenvolvimento dos estudantes. Conclui-se que a formação docente precisa de maior aprofundamento teórico em referenciais que valorizem a apropriação de conteúdos sistematizados como condição para o processo de desenvolvimento, bem como na relação entre aspectos teóricos e metodológicos, instrumentalizando, assim, os futuros profissionais para um trabalho pedagógico que contribua para a aprendizagem dos estudantes.

Palavras-chave: Situações de Aprendizagem. Ensino Fundamental. Psicologia Histórico-Cultural. Pedagogia Histórico-Crítica.



EXPLORAÇÃO SEXUAL NO CONTEXTO AMAZÔNICO DE GRANDES OBRAS: UMA ANÁLISE DO PAPEL DA ESCOLA

Denise de Carvalho Campos

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

A violência sexual contra criança e adolescente é considerada uma grave violação de direitos humanos porque afeta o direito ao exercício de uma sexualidade segura e plena. Trata-se de um fenômeno multidimensional, determinado por relações macrosociais e culturais. Uma das modalidades dessa violência é a exploração sexual de crianças e adolescentes (ESCA) que tem uma relação direta com a categoria abuso sexual de natureza intrafamiliar e extrafamiliar. Nela estão presentes diversas violências. Além da exploração econômica, as violências estrutural, física, psicológica, social e moral, como também a violência simbólica, que estimula todas as formas de violência. A ESCA passou a integrar a agenda pública do país a partir da década de 1990 e se apresentou como uma demanda para as políticas públicas, reivindicada pelo movimento social em favor da infância. Em Rondônia, pesquisas apontaram um grande aumento da ESCA durante a construção das usinas hidrelétricas do Rio Madeira, sendo a maioria das vítimas, alunas das escolas públicas da rede de ensino de Porto Velho. Esse estudo aborda a ESCA no contexto escolar e busca verificar como ela é compreendida e como os atores educacionais atuam na promoção e proteção dos direitos de crianças e adolescentes. Objetivo: Investigar as ações de enfrentamento à ESCA realizadas por escolas públicas no município de Porto Velho, compreendendo as concepções dessa violência entre os diferentes atores escolares, o



papel da escola e as características das ações por elas desenvolvidas. Metodologia: A pesquisa é de cunho qualitativo e tem como marco teórico de investigação a abordagem sócio-histórica. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, observação e análise documental. Os participantes foram agentes de escolas públicas estaduais, selecionadas para representarem cada uma das quatro zonas do município. Resultados: Os dados apontaram que nenhuma das escolas pesquisadas desenvolve ações voltadas para o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes e que os agentes escolares demonstram desconhecimento sobre a problemática e total desarticulação com a rede de proteção do município. Tal constatação mostra que os impactos negativos gerados com a construção das usinas em Porto Velho, entre eles, o aumento da violência sexual contra crianças e adolescentes, não tiveram reflexo na rotina educativa dessas escolas, como se tratasse de algo que não lhes dizia respeito. Conclusão: Os direitos sexuais não são compreendidos na perspectiva dos direitos humanos e acabam sendo reduzidos às preocupações com a saúde reprodutiva e às doenças sexualmente transmissíveis, sob o enfoque do risco ou da vitimização.

Palavras-chave: Exploração sexual. Rede de proteção a crianças e adolescentes. Unidades de ensino.



O PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO DE UM ALUNO INDÍGENA E SURDO: DESAFIOS PARA A PSICOLOGIA ESCOLAR

Dhienifer Estefani Pereira Barbosa

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

O presente trabalho é resultado de atendimento realizado durante o Estágio Supervisionado em Psicologia Escolar componente da grade curricular do Curso de Graduação de Psicologia da Universidade Federal de Rondônia sob a supervisão da professora orientadora, trata-se de um relato de experiência de acompanhamento do caso de um estudante surdo e origem indígena, apresentando como queixa escolar dificuldades de aprendizagem por não ser alfabetizado na Língua Brasileira de Sinais - Libras. O trabalho foi pautado na abordagem teórico-metodológica da Psicologia Escolar Crítica, que compreende a queixa escolar como produzida nas condições sociais, nas práticas escolares e nas redes de relações interpessoais concretas, pautada nisso todo o trabalho foi realizado em conjunto através de encontros com a equipe técnica pedagógica no ambiente escolar, o estudante e sua família no Serviço de Psicologia Aplicada - SPA, para compreender melhor o cotidiano escolar no qual o estudante em questão está inserido e como as condições proporcionadas por estas contribuíram - ou não - para a construção de sua queixa escolar, com o objetivo principal de desconstruir os paradigmas e peculiaridades muito específicas que permeiam a queixa e a criação de estratégias para que a queixa fosse dissolvida. O trabalho desenvolvido pôde ser avaliado como exitoso levando em consideração uma fala muito marcante ouvida pela professora do Atendimento Educacional



ISSN 2237-0137

Especializado (AEE), durante os encontros com esta, *"aqui não é o lugar dele"*, durante todo o trabalho as reflexões e estratégias necessárias para resolução do problema foram realizadas, incômodos foram gerados fazendo com que mudanças significativas no corpo técnico pedagógico acontecesse e com o empenho principalmente vindo por parte da família, desconstruindo a fala da escola que esta não possuía interesse em aprender e ensinar Libras ao estudante para melhorar e facilitar a comunicação com este e conseqüentemente melhora na aprendizagem, conseguiu sua transferência para a escola Bilíngüe da cidade, fazendo então com que este finalmente encontrasse seu lugar.

Palavras chave: Psicologia Escolar; Libras; Inclusão Escolar; Indígena.



ISSN 2237-0137

REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO ESCOLAR NA ATUALIDADE À LUZ DA PSICOLOGIA HISTÓRICO – CULTURAL E DA PEDAGOGIA- HISTÓRICO CRÍTICA

Eliane Aparecida Michelin

Universidade Federal de Rondônia - UNIR

Iracema Neno Cecilio Tada

Universidade Federal de Rondônia - UNIR

Apesar da educação escolar ser considerada universal e acessível a quase a toda população ainda apresenta diversos problemas, contribuindo para a formação de indivíduos alienados e para a manutenção do sistema capitalista vigente em nossa sociedade. Logo, sendo a educação escolar um produto das relações estabelecidas na sociedade, ela só pode acontecer dentro de alguns limites, derivando de um processo para atender à necessidade política, terminando por cumprir uma função assistencialista, não oferecendo a apropriação adequada de conhecimentos. Diante desse triste quadro, busca-se com esse trabalho teórico destacar que o indivíduo que apreende o saber escolar, com sentido e significado, formará uma consciência mais humanizada, compreendendo a realidade, atentando-se às categorias sociais, o que possivelmente o levará a lutar para que as condições de existência humana, bem como as relações estabelecidas pela sociedade sejam transformadas em prol de uma sociedade mais igualitária. Desse modo, é importante apresentar alguns pontos destacados pela Psicologia Histórico-Cultural, na qual a educação de qualidade consiste no fato desta ir além da oferta de conhecimentos científicos, possibilitando ao educando o desenvolvimento de uma consciência



capaz de superar a alienação, de modo a contribuir para a transformação da realidade social. Daí a necessidade do educador se apropriar dos processos de aprendizagem e desenvolvimento da Psicologia Histórico-Cultural, a partir dos estudos de Vigotski e seus colaboradores, pois os mesmos consideram que o bom ensino é aquele que vem antes do desenvolvimento. Como também, buscar o aporte teórico da Pedagogia Histórico-Crítica, cujas propostas para o ensino indicam a necessidade de trabalhar o conteúdo a partir da prática social global articulando com a realidade social já conhecida, de modo a possibilitar essa compreensão ao educando que, a partir desse entendimento, poderá retomar a prática social com um olhar diferenciado, compreendendo a realidade social e suas relações. Dessa forma, o educador estará contribuindo para uma educação escolar emancipadora.

Palavras-chave: Educação escolar. Psicologia histórico-cultural. Pedagogia histórico-crítica.



ESCOLA “SEM” PARTIDO OU A LEI DA MORDAÇA?

Ícaro Pedraça Freitas

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Patrícia Cavalcante Pessoa Ávila Marques

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

O movimento escola sem partido surgiu no ano de 2004 com a ideia de retirar das escolas a denominada “contaminação ideológica” ou “doutrinação ideológica” buscando assim um ensino supostamente neutro, sem a interferência das opiniões, principalmente dos docentes. Esse movimento encontra acolhida por parte de representantes do legislativo e transforma-se em proposta de lei, no âmbito federal e em alguns estados e municípios. O presente artigo, pretende analisar a proposta do projeto “Escola sem Partido” descrevendo seus antecedentes e proposições estabelecendo relações com os princípios constitucionais e universais democráticos e da liberdade de expressão. Também se ancora na Pedagogia da libertação proposta por Paulo Freire em sua obra clássica Pedagogia do Oprimido e na ótica vygotskiana. Para isso recorre a pesquisa bibliográfica e documental. Também pretende-se evidenciar o caráter sectarista, moralista, conservador e político dos ideais transmitidos pelo movimento ocultados por um discurso de busca de neutralidade e de proteção aos estudantes, os quais estariam em risco com o ensino atual nas escolas. No levantamento bibliográfico constatou-se um livro específico sobre a escola sem partido, o qual corrobora a percepção de parcialidade do projeto, dois *sites* mantidos pelo movimento escola sem partido, um apresenta os projetos de lei e colaboradores e o outro funciona com



ISSN 2237-0137

notícias e depoimentos de pais e estudantes sobre a “contaminação” nas escolas, além de dois livros que explicam o que é e como se desenvolveu a palavra ideologia e seus conceitos ao longo do tempo. A partir das análises do material concluiu-se que a escola “sem” partido defende uma ideologia ligada ao conservadorismo e ao moralismo tendo como intuito cercar a livre manifestação e expressão crítica por parte do corpo docente que possibilite a formação crítica de estudantes tornando-os capazes de realizarem a leitura da palavra e do mundo como ensina Paulo Freire, impedindo que a escola possa agir como libertadora e impulse uma tomada de consciência nos indivíduos oprimidos pelo sistema, o que reafirma e preserva, indiretamente, a dominação do capital.

Palavras-chave: Escola sem partido. Ideologia. Educação. Liberdade.



ISSN 2237-0137

CRIANÇA, VOCÊ É FELIZ? DIMENSÕES DO BEM-ESTAR SUBJETIVO PARA CRIANÇAS DE UMA ESCOLA PÚBLICA ESTADUAL DE SANTARÉM, PARÁ

João Paulo Pantoja Braga

Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa)

Iani Dias Lauer Leite

Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa)

A felicidade é uma das dimensões do bem-estar subjetivo (BES) que tem atraído a atenção de pesquisadores de várias áreas do conhecimento, pela compreensão de sua influência na saúde e no desenvolvimento humano. Através desse conhecimento é possível traçar novas ferramentas que auxiliam no desenvolvimento das crianças principalmente nos seus ambientes de maior convivência como família e escola. Para esse estudo, o BES é entendido como a avaliação que cada pessoa faz de sua própria vida e isso inclui os domínios que a compõem. Várias pesquisas realizadas têm buscado compreender, além dos domínios que fazem parte do construto, as variáveis que interferem na felicidade, principalmente de crianças. Em se tratando dessas, o direito ao bem-estar é uma dimensão estruturante da infância (SILVA, 2015), portanto, é preciso ouvir suas vivências, práticas e conceituações, para que se possa conhecê-las e as suas necessidades, de maneira a garantir o necessário para propiciar e manter o bem-estar infantil. Amparados na necessidade de encontrar essas respostas, principalmente na região norte do Brasil, esta pesquisa vem se caracterizar como necessária para essa compreensão, já que esses estudos têm avançado bastante em países como Estados



Unidos e Espanha. No Brasil, o número de estudos é reduzido e têm sido conduzidos nas regiões sul e sudeste do país, nesse sentido, não se sabe sobre felicidade de crianças nortistas, cujas formas de vida possuem peculiaridades que as distinguem de crianças de outras regiões do país. Essa pesquisa tem como foco as dimensões do bem-estar subjetivo para crianças de 8 a 12 anos em uma escola pública estadual em Santarém, Pará. O objetivo geral é investigar como está o BES de crianças de uma escola pública estadual de Santarém-PA. E para que se alcance esse objetivo geral definiu-se por objetivos específicos: a) Analisar por meio da Técnica do Desenho da Figura Humana os níveis de Felicidade das crianças da amostra; b) Averiguar quais domínios do bem-estar subjetivo mais contribuem para a felicidade dos pesquisados. Os dados serão coletados mediante o desenho da figura humana, validada como técnica para avaliar o BES infantil (VIAPIANA, BANDEIRA & GIACOMONI, 2017) e a escala multidimensional de satisfação com a vida, validada por Giacomoni e Hutz (2008). A pesquisa contribui tanto em termos teóricos quanto metodológicos e sociais. No âmbito teórico, esse estudo vem somar dados empíricos aos já existentes. Quanto ao aspecto metodológico, a pesquisa possibilitará verificar a adequabilidade dos instrumentos validados em outras regiões do país, à realidade das crianças amazônidas. E em se tratando do âmbito social, o trabalho traz conhecimentos iniciais sobre como está o bem-estar subjetivo de uma parte das crianças da região e quais domínios mais interferem nesse bem-estar sob o ponto de vista das mesmas. Tais resultados fornecem



ISSN 2237-0137

insumos para a criação de estratégias governamentais que possibilitem o desenvolvimento saudável na infância.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Infâncias. Felicidade.



ISSN 2237-0137

“PROFESSOR, CHEGAMOS!” RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM CUIDADOR DE ALUNO COM PARALISIA CEREBRAL

Julio Sérgio Camargo

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

O presente trabalho parte de um relato de experiência deste pesquisador na função de Técnico Educacional Cuidador que, após investidura no serviço público veio a desempenhar suas funções em uma escola estadual na cidade de Alta Floresta D'Oeste/RO. Inicialmente, considero importante historicizar o surgimento do termo profissional cuidador que em decorrência da Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 trouxe que os sistemas de ensino deverão disponibilizar profissionais, entre os quais o cuidador e que o mesmo desempenhará “atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras, que exijam auxílio constante no cotidiano escolar” (BRASIL, 2008). Esse profissional, conforme descrito acima, e outros que englobam a educação especial são exigências das legislações brasileiras que tratam da temática sobre a inclusão escolar de pessoas com deficiência (BRASIL, 1996, 1999, 2001, 2008, 2015). A Constituição Federal (BRASIL, 1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) e a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) explicitam que a *educação* (destaque meu) é um direito de todos e que todos devem ter igualdade de condições de acesso e a sua permanência. Mas, considerando as experiências por mim vivenciadas desde 2016, na qualidade de cuidador concursado, me deparei com a falta de orientação e treinamento para trabalhar com



um aluno com 13 anos de idade, matriculado no 4º. ano do Ensino Fundamental I, com paralisia cerebral, não verbal e, cadeirante. Contraditoriamente com o que está previsto na lei 9.394/96 em seu Art. 59, inciso III que assegura aos educandos “professores com *especialização* adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado [...]” (BRASIL, 1996, destaque meu). Entendo que esse profissional – cuidador - necessita de alguma capacitação, pois suas atividades não são meras funções de cuidar, mas de exercer com técnicas adequadas as funções a ele incumbidas. Ressalto que as atividades só de cuidar, conforme descrito na Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), não assegura o direito à educação de qualidade para qualquer aluno com deficiência, muito menos para um aluno com paralisia cerebral com dificuldades em sua comunicação e interação. Após análise das legislações, ratifico o disposto no Art. 59 da Lei 9.394/96 e para tanto, defendo que a especialização adequada não é uma formação em nível médio propedêutico, mas uma formação que mesmo em nível médio, contribua para o domínio de técnicas que se fizerem necessárias para que o profissional desenvolva adequadamente as suas funções, compreenda o diagnóstico de seu aluno, e em especial, apreenda conhecimentos sobre a educação especial na perspectiva inclusiva para que possa contribuir para a aprendizagem e desenvolvimento do aluno com deficiência, promovendo a verdadeira inclusão escolar.

Palavras-chave: Cuidador. Inclusão escolar. Educação Especial.



ISSN 2237-0137

A INFÂNCIA SEM TERRA E O COMPROMISSO SOCIAL DA PSICOLOGIA: DIÁLOGOS POSSÍVEIS

Matheus Mendonça de Vasconcelos

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Paulo Vitor Alves de Freitas

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Maria Ivonete Barbosa Tamboril

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Os cuidados e a educação de crianças do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) são compartilhados entre as famílias assentadas através de sua estrutura participativa e democrática, coerente com seus ideais de justiça e transformação social que buscam concretizar. Esta pesquisa qualitativa, do tipo documental, tem por objetivo compreender a proposta de educação infantil segundo os princípios do MST, bem como realizar um diálogo entre estas concepções e o compromisso social da psicologia. Para isso fez-se um levantamento na Biblioteca Virtual do MST sobre materiais que falavam a respeito da proposta de educação infantil do campo. Foram encontrados dois Boletins de Educação e quatro Cadernos de Educação que tratam especificamente sobre a educação infantil. Segundo o material analisado a educação infantil se concretiza a partir de um espaço educativo, seguro e cheio de informações, de forma que é possibilitado à criança o contato direto com a realidade – nesse caso, a luta dos trabalhadores, das trabalhadoras e sua forma de organização social e política. A criança nessa faixa etária é um mar de possibilidades e capacidades para aprender. Nos cadernos de



ISSN 2237-0137

Educação dois aspectos foram considerados relevantes: a concepção de brincar e de aprender relacionadas a construção da própria escola, física e simbólica. Outro aspecto pedagógico é a vivência da ciranda infantil considerada um espaço que deve ser constituído em todas as atividades do movimento que crianças de zero a seis anos estiverem presentes. é também um espaço educativo que trabalha todos os aspectos que envolvem os sem terrinha, vinculando as vivências com aspectos pertinentes para eles, como relações de gênero, reforma agrária, cooperação, autonomia, luta pela terra, entre outros. Neste sentido, a psicologia tem se posicionado a favor das camadas mais privilegiadas, mas há uma parcela que iniciou um movimento para discutir sobre o compromisso social da psicologia, que implica avaliar qual direção a psicologia tem caminhado: para a transformação das condições de vida ou para a manutenção da mesma? O compromisso social da psicologia dialoga com os pressupostos do MST para a educação infantil, pois ambos visam promover a transformação social das condições de vida. É necessário que existam mais debates no âmbito acadêmico em relação aos movimentos sociais do campo, para que as futuras e futuros graduandos entendam que no espaço rural há formas de produção de subjetividade, relação com a terra e trabalho de uma forma bem distinta das que ocorrem nos contextos urbanos.

Palavras-chave: Educação Infantil. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Compromisso social. Psicologia.



ISSN 2237-0137

ALÉM DE UM DIAGNÓSTICO: APLICAÇÃO DE MÉTODOS PSICOPEDAGÓGICOS TRADICIONAIS E SEUS “GANHOS SUBJETIVOS” PARA PESSOA COM AUTISMO, RELATO DE EXPERIÊNCIA

Mirian Rocha de Almeida

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Ariel Alves Gomes

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Beatriz Johnson Avelino

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

A partir das pesquisas e estudos clínicos realizados por Leo Kanner, em 1943, os sintomas envolvidos em comprometimento de relações sociais, comunicação (seja verbal ou não-verbal), intenso interesse em algo específico e movimentos repetidos, restritos e/ou estereotipados, tornaram-se características de um possível diagnóstico, sendo este compreendido e entendido como Transtorno do Espectro Autista (TEA). Esta produção foi elaborada para fins acadêmicos na disciplina de Psicologia da Pessoa com Deficiência, tendo como objetivo observar como a pessoa diagnosticada com autismo é visualizada dentro de uma Instituição Especializada em Transtorno do Espectro Autista, no Estado de Rondônia; e a partir desse objetivo, vivenciar como são realizados os processos metodológicos e intervenções psicopedagógicas utilizadas no cotidiano da instituição, sendo que tais métodos possuem o intuito de “introduzir” a pessoa com autismo no convívio social (condicionamento clássico de modelagem comportamental), assim como, quais são os ganhos subjetivos e reais



ISSN 2237-0137

para pessoa com autismo a partir da aplicação de tais métodos. O relato de experiência apresentado foi baseado em uma prática curricular da disciplina de Psicologia da Pessoa com Deficiência, tendo este cunho qualitativo que abordou o método dedutivo. Os procedimentos técnicos da prática disciplinar foram baseados na pesquisa bibliográfica e de observação participante. Tal relato de experiência teve como embasamento científico, o enfoque teórico da Psicologia Histórico-Cultural a partir de Vigotsky, que contribuiu grandemente em seus estudos sobre a Pessoa com Deficiência, ao demonstrar o quanto a interação social pode abrir muitas oportunidades para o desenvolvimento e a importância da construção de uma alternativa de comunicação com uma pessoa com TEA; assim como, pode-se encontrar na tese de doutorado de Silvia Orru. Durante as observações notou-se que mesmo com os avanços da temática da pessoa com TEA, a Instituição Especializada em Autismo persiste na utilização de métodos psicopedagógicos tradicionais desde sua fundação em 2000, com uma insistente tentativa de elaborar e aplicar técnicas de modelagem comportamental para “introdução” e “inserção” da pessoa com autismo em situações de convívio social; sendo que as práticas mais trabalhadas são compreendidas em treinamento para realizações de Atividades de Vida Diária (AVD), em busca de proporcionar “autonomia” a pessoa com autismo. Dessa forma, conclui-se que tais atividades não proporcionam desenvolvimento de uma comunicação para pessoa com autismo com as demais pessoas a sua volta, fazendo com que suas atividades tornem-se robotizadas, pois as atividades são cumpridas de forma



autoritária, sem que forme-se compreensão do porquê realizar tais atividades, cabe salientar que Orru refere que para que a comunicação deixe de ser mecanizada, como é comumente observado em trabalhos pedagógicos comportamentais, o sujeito deve ser contextualizado do porque e para que se realiza uma atividade.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista. Instituição Especializada. Práticas Psicopedagógicas. Psicologia Histórico-Cultural. Pessoa com Deficiência.



A “GERAÇÃO Z”: A IMERSÃO NA TECNOLOGIA E O ENSINO DE DIREITOS HUMANOS

Rita Clara Vieira da Silva

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Este trabalho é um recorte capitular da monografia apresentada pela autora na conclusão da pós-graduação em Segurança Pública e Direitos Humanos, intitulada “O desafio do ensino de Direitos Humanos para a geração Z, na rede particular de ensino em Porto Velho/RO”. O processo gerador do novo comportamento social que desperta a iniciativa deste estudo é a globalização, que representa quarta fase da Revolução Industrial, marcando o fim das fronteiras em acesso à tecnologia e a informação, este processo começou a ocorrer no mundo a partir da década de 1990 e foi atingindo de maneira abrangente e gradual todo o mundo capitalista. O processo citado, influenciou não só os processos de produção e informatização, como também as relações humanas, os jovens que hoje têm entre 14 e 17, compondo a faixa etária esperada para execução do ensino médio regular, já nasceram inseridos na tecnologia e têm, por esse fator, uma outra maneira de se relacionar com o mundo e com o outro em questões interpessoais. Estes jovens formam o grupo conhecido como “Geração Z”, os super ligados à tecnologia desde o nascimento. O objetivo geral deste trabalho é definir quem é a Geração Z e como o conhecimento sobre Direitos Humanos chega até ela, por processos educacionais, midiáticos e tecnológicos. Compreender como a tecnologia pode influenciar no melhor acesso ou dificultar o acesso às informações sobre o referido tema. A metodologia segue a pesquisa



ISSN 2237-0137

qualitativa, utilizando mecanismos como a observação e o uso de questionários aplicados aos alunos envolvidos no estudo. A turma que compôs a pesquisa apresentou resultados diferentes do esperado e também diferenciado dos outros grupos na mesma faixa etária que frequentavam a mesma escola; mostraram-se, em maioria, conhecedores do tema, com pouco senso comum em suas análises sobre Direitos Humanos. O trabalho foi concluído em 2016, a turma estudada compunha nesta data a primeira série do Ensino Médio, em uma escola particular em Porto Velho e demonstrou como a tecnologia pode ser utilizada como mecanismo facilitador do conhecimento sobre temas que ainda são conhecidos como “tabus” sociais para gerações anteriores.

Palavras-chaves: Geração Z. Tecnologia. Globalização. Direitos Humanos.



PERCEPÇÃO DOS EDUCADORES SOBRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Sara Lima Rodrigues

Faculdades Associadas de Ariquemes (FAAr)

Karina dos Reis Ferreira

Faculdades Associadas de Ariquemes (FAAr)

Marina Vasconcellos de Oliveira

Faculdades Associadas de Ariquemes (FAAr)

A palavra sustentabilidade significa sustentar, apoiar e conservar as questões ambientais e mostra-se presente em vários âmbitos sociais, comparecendo em todos os setores, seja político, econômico, social, na educação e outros, porém nem todas as pessoas têm consciência do que se trata e que essencialmente é o termo utilizado para esclarecer as ações e atitudes humanas com o fim de suprir as necessidades atuais, sem comprometer o futuro das próximas gerações. Considera-se que a educação ambiental é individual e coletiva visando a compreensão do sistema ambiental em sua totalidade, estando voltada a ações educativas com atividades de proteção, recuperação e melhoria socioambiental e de potencializar a função da educação para as mudanças culturais e sociais. Para dar viabilidade a tal proposta, em 1999 foi sancionada a lei Nº 9.795, onde consta que a educação ambiental deve estar envolvida em todos os níveis da educação formal, não como uma nova matéria no currículo escolar, mas de forma interdisciplinar. Com o objetivo de identificar a percepção dos profissionais à sustentabilidade e a educação ambiental, bem como, se nas escolas são desenvolvidos projetos relacionados à temática e



ISSN 2237-0137

considerando que para o aluno melhor entender as práticas sustentáveis, é de grande necessidade que os educadores tenham domínio sobre o assunto para que a educação se dê satisfatoriamente, foi realizado um levantamento de dados em escolas públicas da cidade de Ariquemes-RO, escolhidas de forma aleatória, sendo uma estadual e outra municipal, através de um questionário quantitativo e qualitativo com oito questões aplicadas para 30 participantes (professores, estagiários, coordenadores, serviços gerais). Nas duas escolas foram apurados projetos de educação ambiental em desenvolvimento, embora 36,6% tenham respondido que estas não tenha atividades voltadas à sustentabilidade, 23,3% afirmaram não saber e 63,3% afirmaram que a escola tem atividades relacionadas com educação ambiental, o que pode se dever às características sugestivas das termologias, quando perguntados se o projeto pedagógico da instituição abrangia os temas evidenciou-se que 46,6% afirmaram que sim, 30% afirmaram não abranger e 23,3% não tem conhecimento, demonstrando a consciência da obrigatoriedade de trabalhar tais atividades. Através de questões abertas o participante deveria descrever como conceituavam os temas de forma que mais se aproximasse da resposta bibliográfica e foi levantado que apenas 30% demonstraram conhecimento sobre sustentabilidade, 26,6% demonstraram conhecimento sobre a educação ambiental. Constatou-se que a capacitação profissional se encontra defasada e mostra sua ineficiência no prejuízo ao ensino em seu caráter multidisciplinar.

Palavras-chave: Educação ambiental. Sustentabilidade. Educadores.



ISSN 2237-0137

EDUCAÇÃO NO CAMPO: PERCEPÇÕES E SENTIDOS DA JUVENTUDE RURAL SOB O OLHAR DA PSICOLOGIA

Tauana Cristina Santana

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Mirian Rocha de Almeida

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Marli Lucia Tonatto Zibetti

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Os processos de configuração da identidade da juventude campesina, bem como seus projetos de vida, estão vinculados ao contexto do campo. Para construir sua identidade, o jovem rural precisa lidar com questões, como o dilema “viver na cidade/continuar no campo”. Nesta pesquisa, busca-se responder à seguinte indagação sobre a vida no campo: Quais as percepções e sentidos da juventude rural sobre a educação no campo? Este estudo, realizado no ano de 2018, objetivou analisar contextos educacionais nos quais a psicologia pode se inserir. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica do tipo revisão de literatura, descritiva e exploratória, que visa verificar o conhecimento produzido em obras científicas. O levantamento das publicações deu-se pela consulta/pesquisa às bases de dados eletrônicas indexadas a Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), entre elas: *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC). A análise dos trabalhos indica que a identidade do jovem rural é formada em uma perspectiva diferente do jovem residente nas áreas urbanas. Dessa forma, as transformações territoriais no campo exigem um olhar crítico e dialético para conflitos instituídos pelo capital e



legitimados por governos, no que se refere à luta pela terra ou à conquista das escolas do campo. São inúmeros os desafios apontados pelos pesquisadores na análise das vivências e na escolarização da juventude que vive no campo. Torna-se, portanto, necessária a atualização constante dos profissionais para realização da assistência psicológica e da prática profissional com a juventude campesina. Evidencia-se a necessidade de que a formação em Psicologia permita acesso ao conhecimento científico adquirido, no que diz respeito à concretização da qualidade da atenção prestada, não somente aos jovens camponeses, mas a qualquer sujeito sob seus cuidados, pois deve ser enfatizado no cuidado de Psicologia não apenas o trabalho com os transtornos mentais, mas sim tudo aquilo que envolve a afetividade, a comunicação, a aprendizagem e a constituição dos sujeitos em seus contextos históricos e sociais. Assim, para a construção de propostas que atendam a necessidade desses sujeitos, é fundamental a articulação da Psicologia com profissionais de diferentes áreas, pois esse trabalho envolve aprendizado individual e coletivo, motivador da compreensão e da consciência para o estabelecimento de estratégias fundamentadas no conhecimento.

Palavras-chave: Educação no Campo. Juventude Campesina. Psicologia.



ISSN 2237-0137

SENTIDO PESSOAL ATRIBUÍDO PELAS MÃES À ESCOLARIZAÇÃO DOS/AS FILHOS/AS EM ESCOLAS PRIVADAS

Vanessa Caroline Ferreira Galvão

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Marli Lúcia Tonatto Zibetti

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

A escolarização dos estudantes, na sociedade contemporânea, tem assumido um papel preponderante na vida das famílias e estas, juntamente com as escolas, são instituições formadoras cujos papéis sociais passam por muitas transformações. Nessa perspectiva, a presente pesquisa teve como objetivo geral investigar o sentido pessoal atribuído pelas mães à escolarização dos/as filhos/as em escolas privadas de Porto Velho-RO. Os objetivos específicos deste trabalho foram: 1) identificar as ações de acompanhamento realizadas pelas mães na escolarização dos/as filhos/as que frequentam 6º e 7º anos do ensino fundamental; 2) levantar e analisar as expectativas/necessidades e os motivos que orientam as ações das mães em relação à escolarização dos/as filhos/as. Os pressupostos teóricos da presente pesquisa sustentam-se na Psicologia Histórico-Cultural, que defende a constituição social dos seres humanos, sua historicidade e o desenvolvimento mediado de seu psiquismo. Trata-se de uma investigação de abordagem qualitativa da qual participaram 10 mães de estudantes de cinco diferentes escolas privadas. Para ouvir essas mães foram utilizadas entrevistas semiestruturadas, gravadas em áudio, com base em um roteiro de



ISSN 2237-0137

perguntas orientadoras. Os dados, sistematizados em três categorias teóricas, apresentam as ações empreendidas pelas mães no acompanhamento aos filhos e filhas, as necessidades e expectativas que orientam essas ações e por fim, o sentido construído por elas nesse processo. As ações desenvolvidas pelas mães foram categorizadas como: a) ações em casa (que se desdobram em ações com o auxílio dos pais e ações especificamente durante as semanas de provas); b) ações junto à escola; c) ações de terceirização. No que se refere às expectativas os resultados apontaram expectativas relacionadas à: a) escolha da profissão; b) apreensão dos conteúdos escolares; c) obtenção de notas altas nas provas; d) parceria família e escola. Quanto ao sentido pessoal atribuído pelas mães à escolarização foi possível identificar três aspectos diferentes: a) sentidos que priorizam o sucesso escolar e profissional dos/as filhos/as; b) sentidos voltados à obtenção de notas altas, mas que também valorizam a aprendizagem de conteúdos escolares; c) sentidos relacionados ao desenvolvimento do gosto e do interesse por aprender. Os resultados permitem afirmar que, embora tenham ocorrido mudanças importantes nas relações familiares com a ampliação da presença das mulheres no mercado de trabalho, as mães ainda são as principais responsáveis pelo acompanhamento à escolarização dos filhos e filhas. Além disso, os estudos revisados sobre as relações entre famílias e escolas, indicam que este tema tem sido pouco pesquisado em instituições privadas e, embora a legislação brasileira valorize e enfatize a participação das famílias na definição das propostas pedagógicas das escolas, essa discussão não se caracteriza como uma



preocupação para as mães ouvidas na pesquisa, pois avaliam que possuem autonomia para escolher a escola dos/as filhos/as; escolhas essas fortemente influenciadas pelas expectativas de que os filhos e filhas alcancem ou superem a posição social conquistada pelos pais, mães e/ou responsáveis.

Palavras-chave: Sentido Pessoal. Relação Família Escola. Escolarização. Psicologia Histórico-Cultural.



INFÂNCIA E EDUCAÇÃO INFANTIL: UM LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO NO REPOSITÓRIO DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

Wolembergue Lopes Gomes

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Marli Lúcia Tonatto Zibetti

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Nacionalmente, há inúmeras pesquisas sobre as temáticas infância e educação infantil que demonstram a importância de um olhar mais aprofundado sobre essa etapa da vida. A partir delas, leis, serviços e políticas públicas vêm sendo criadas para assegurar direitos e um melhor desenvolvimento das crianças. Esse levantamento tem como ponto de partida a indagação sobre o que está sendo produzido pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR) a respeito desses temas. Assim, o presente trabalho se constitui de uma revisão bibliográfica que teve por objetivo identificar e analisar a produção sobre Infância e Educação Infantil nos trabalhos localizados no Repositório Institucional da UNIR (RIUNIR), plataforma que tem o propósito de armazenar e organizar os trabalhos de conclusão de curso (TCC), teses, dissertações e artigos científicos produzidos nos cursos da UNIR. O levantamento foi realizado durante o mês de maio de 2018 utilizando os descritores “infância” e “educação infantil”. Foram localizados nove trabalhos com o termo “infância” e vinte e dois trabalhos com “educação Infantil”. Após a leitura dos resumos, onze foram descartados por não abordarem a temática. Dos vinte trabalhos restantes quatorze eram monografias de conclusão de curso, sendo



todas do curso de Pedagogia e os outros seis eram dissertações, sendo três do Mestrado em Psicologia e três do Mestrado em Educação. As principais temáticas abordadas pelos trabalhos foram: a obrigatoriedade da matrícula na educação infantil instituída pela lei 12.796/2013; a atuação profissional das professoras; a utilização de novas ferramentas pedagógicas e o atendimento à diversidade na educação infantil. Os resultados do levantamento permitiram discutir aspectos importantes relacionados à temática que foram organizados em três tópicos: a) Importância do repositório institucional como espaço que concentra toda a produção acadêmica da universidade e facilita o acesso a essa produção, entretanto, constatou-se que nem todos os cursos disponibilizam seus trabalhos, o que inviabiliza levantamentos mais fidedignos; b) A produção sobre essa temática é majoritariamente feminina, o que evidencia a manutenção, também no campo da pesquisa, da histórica relação entre o cuidado e as profissões ditas femininas, contribuindo para afastar os homens da profissão; c) A ausência das vozes das crianças nas pesquisas, apontando para a necessidade de estudos que insiram os principais sujeitos desse processo, o que pode ser decorrência da não valorização das ideias infantis, ou da dificuldade de pesquisar com esse segmento, tanto por questões éticas, quanto metodológicas. Conclui-se que maiores investigações sobre infância e educação infantil são necessárias na região e que a Psicologia tem ferramentas e conhecimentos que podem contribuir para a superação dessa lacuna.

Palavras-chave: Infância. Educação Infantil. Psicologia.



ISSN 2237-0137

COMUNICAÇÕES ORAIS

EIXO IV - LUTAS E

MOVIMENTOS SOCIAIS



ISSN 2237-0137

PSICOLOGIA E VIOLÊNCIA AGRÁRIA: O MASSACRE DE CORUMBIARA

Claudinei Lúcio Soares dos Santos
MST e Via Campesina

Alex Sandro Possamai da Silva
MST

Passados 23 anos do emblemático caso de Corumbiara, resolvemos recolar o mesmo para debate neste congresso, por se tratar de um caso que não se resolve em si mesmo e por se tratar de um feito de violações de direitos humanos. Aplicando as categorias da sociologia, este *fato social*, é datado de 14 de julho de 1995, e que por sua magnitude, o Brasil foi denunciado na Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), por violar tratado, o qual o mesmo é signatário, sobre a proteção de direitos humanos. Neste sentido, o caso tem importância nesta atualidade porque dialoga com a escalada dos conflitos socioterritoriais vivido no campo nos últimos anos e porque a natureza dos conflitos são os mesmos, a luta pela concepção de uso dos bens da natureza, onde temos de um lado as populações de comunidades tradicionais e os movimentos de luta pela terra e do outro a agronegócio. Feita esta introdução do caso aqui apresentado, trazemos como objetivo geral, uma análise crítica com base na criminologia sobre o tratamento dado ao caso na esfera do judiciário e como objetivo específico, o comportamento do Direito e da Psicologia no tocante aos desdobramentos deste caso. Para darmos conta do objetivo específico aqui proposto, foi entrevistada a psicóloga Margarete Aparecida Porto, inscrita no CRP 01/10.403, que teve papel



importante no “pós” massacre no tocante ao atendimento às vítimas. Seu trabalho inicia em 01-09-2008 e vai até 30-07-2009, vinculado ao projeto *Núcleo de Direitos Humanos, Justiça e Cidadania Massacre de Corumbiara*. De todo o exposto, verifica-se que o Massacre de Corumbiara atinge proporções gigantescas no que diz respeito às violações de direitos humanos e também no tocante aos direitos fundamentais, o que os difere é o lugar da violação e o que os ligam é a sua essência. Ou seja, sua causa principal. No caso de Corumbiara, o lugar desta violação se deu no espaço geográfico onde as famílias faziam a luta pela terra. Já a sua essência/causa é a disputa pela terra. Neste contexto, encontramos a relação do Direito e da Psicologia. Aplicando ao Direito a teoria gramsciana do Estado ampliado, o Direito opera na macroestrutura do conflito, e que por conta da sua estrutura rígida e tridimensional: fato, valor e norma se demonstra insuficiente diante de tais fatos, e por isso não consegue produzir mudanças de valores humanos que produza ações concretas e resolutivas. Já a psicologia, em crítica e social, quando aplicada as teses de Foucault sobre a microfísica do poder, busca o que está no subterrâneo, do mesmo fato, valorando o sujeito principal do conflito, a vítima diante do seu estado de espoliação e violação.

Palavras-chave: Direito. Psicologia. Conflitos. Território.



ISSN 2237-0137

AS DIFERENTES MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS NO MOVIMENTO SEM TERRA: IDENTIDADE, EDUCAÇÃO E LUTA

Laura Izabelle Nobre Carvalho

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Marli Lúcia T. Zibetti

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

A arte, para além de um paradigma estético, contribui em diversos aspectos para a formação humana e as inúmeras maneiras de expressão artística têm funções diversas como manifestar sentimentos, simbolizar a cultura e transmitir conhecimentos. Além disso, a arte é histórica e sempre reflete o contexto em que é gerada. Nesse sentido, este estudo considera que a realidade contemporânea, constituída pelas relações econômicas do sistema capitalista é geradora de desigualdades estruturais, mas também dialeticamente produtora de movimentos sociais que se mobilizam para resistir à exploração tanto nas cidades quanto no campo. A partir da compreensão de que a resistência se manifesta de diferentes formas nos diferentes grupos sociais, este trabalho teve como objetivo investigar as manifestações artísticas mais recorrentes e as funções que desempenham no processo de militância do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Para tanto, foi realizado levantamento bibliográfico de artigos e teses nas plataformas Pepsic, Scielo e Google Acadêmico, além da busca de produções artísticas na biblioteca virtual do movimento. Com base nos títulos e resumos dos trabalhos localizados, foi selecionado um corpus de textos que permitisse a análise dos seguintes aspectos: a) tipos de manifestações artísticas; b) sentido dessas manifestações; e c) seu valor



ISSN 2237-0137

educativo. Os resultados indicam que as principais formas de arte presentes no MST são: Mística, música, Marcha, poesia, teatro e artes visuais/design gráfico. Quanto ao sentido dessas manifestações para o movimento destaca-se sua contribuição para a formação da identidade desse coletivo. A arte sem-terra tem a função de repassar para os indivíduos os sentidos da luta e do cotidiano no campo que remetem ao trabalho e às suas demandas enquanto coletivo, tal como a Reforma Agrária. Seu teor educativo e formativo caracteriza-se na luta pelo acesso à educação e à informação para todos, dentre outras causas que definem a resistência do campo às injustiças do sistema capitalista. Conclui-se que a arte é vista como um instrumento reforçador do maior estímulo da luta dos sem-terra, a utopia de uma sociedade igualitária, e as diversas manifestações artísticas entoam a eterna caminhada em busca dos objetivos do movimento. Neste sentido o envolvimento da Psicologia nesse contexto se faz necessário para repensar o papel desta ciência e da própria universidade que precisam estar presentes e trabalhar dialogicamente com esses coletivos de mobilização social, valorizando suas práticas expressivas, uma vez que configuram a oposição aos processos de desigualdade econômica e social, papel este que também é responsabilidade da Psicologia.

Palavras-chave: Arte. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Psicologia.



AUDIOVISUAL NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: UMA FERRAMENTA DE ENGAJAMENTO POLÍTICO SOCIAL

Ana Clara Costa Martins

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Laura Isabelle Nobre Carvalho

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Considerando que os registros audiovisuais podem ser entendidos como ferramentas para disseminação de conhecimento e compreensão histórica de identidades, perspectivas, ideologias e representações, faz-se necessário discutir a relevância e as possibilidades na produção desses materiais, sobretudo no cenário amazônico, que é alvo de olhares curiosos quanto suas especificidades que destoam do foco colonial e norteador do conhecimento científico hegemônico. Diante do exposto, o presente trabalho teve por objetivo relatar as vivências em um projeto de extensão realizado na Fundação Universidade Federal de Rondônia intitulado 'Café com Lattes', durante os períodos de Agosto de 2017 a Agosto de 2018. Trata-se de um projeto que teve por intuito visibilizar as discussões feitas no âmbito acadêmico, alinhando-se a questões políticas, sociais e culturais sob uma perspectiva Latino-Americana e Amazônica, a fim de construir nos ambientes cibernéticos meios de horizontalizar o conhecimento e facilitar o entendimento na disseminação dessas informações, que por diversas vezes, se mantém distante da comunidade, sendo os mais variados fatores que nos distanciam: a linguagem científica e formal, a localização geográfica, os desafios de entrar e permanecer nesse espaço, entre outros pontos. Para execução deste projeto de extensão, foi utilizada como ferramenta



metodológica a produção audiovisual, onde a publicação do material se deu por meio das plataformas digitais YouTube e Facebook. Ao longo do projeto foram desenvolvidos vídeos, onde variavam de 7 a 10 minutos, transitando entre temáticas da Psicologia, Filosofia, Ciências Sociais, dentre outras áreas, a exemplo: “Os Memes na Pós-Verdade podem derrubar um governo?”, “Vamos todos morrer: A psicologia e a morte” e “Representatividade e a Indústria Cultural”. Por fim, percebeu-se que ao final da execução desta primeira etapa do projeto, para além de sua função de extensão universitária, o audiovisual propiciou um espaço estratégico de novas possibilidades de pesquisa, discussão e atuação política, uma vez que nos vídeos os estudantes recolocam debates e reflexões sobre os acontecimentos contemporâneos em uma linguagem diferenciada. Nesse sentido, o audiovisual transgredir a estética da repetição e padronização do cinema hegemônico. Estimula a criatividade, afetividade, diversidade e a liberdade. Os sujeitos aprendem a pensar o “eu” e o “outro” em um processo interativo e dialético. Dentro dessas possibilidades, os jovens não são meramente representados no discurso e na imagem da mídia, mas tornam-se sujeitos da narrativa audiovisual. Ao realizarem vídeos nessa perspectiva do exercício da resistência, os estudantes reafirmam a sua vontade e a necessidade urgente de se colocarem como sujeitos que participam desconstruindo e reconstruindo o conhecimento. Posto isso, torna-se imperativo utilizar e reconhecer o audiovisual como um rico instrumento de democratização da informação que precisam ser apropriados pela Universidade.

Palavras-chave: Comunicação audiovisual. Participação Política. Projeto de Extensão.



OS SINTOMA SOCIAL EM FATOS E FOTOS: GRITOS, VOZES E OS ECOS NA UNIVERSIDADE

Lucélia Maria Gonçalves,
Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Regina Clara de Aguiar
Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

José Juliano Cedaro,
Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Este trabalho é resultado de uma atividade na disciplina do Mestrado em Psicologia (MAPSI) da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) intitulada Fotografia e Cinema Etnográfico na pesquisa de campo em Psicologia. Tem por objetivo refletir sobre os modos de expressão do sujeito na universidade, seja pela manifestação artística, ecológica ou política. Utilizamos capturas fotográficas dos espaços na universidade onde se apresentam as manifestações discursivas traduzidas em arte e ato. Desse modo, recorreremos a leitura articulada a psicanálise de Freud e Lacan para tecer considerações a partir do que observamos e o que nos afeta no campo da linguagem, daquilo que é transmitido pela palavra e do que é manifesto nas incidências do inconsciente. Freud, no texto *Mal-estar na civilização* (1930) adverte sobre as formas de enfrentamento ao mal-estar inerente à cultura; e a constituição do sujeito se articula com os discursos que a organizam. Nesse sentido, sabemos que o sujeito é convocado a dar conta do mal-estar e busca as saídas pelo sintoma. No entanto, destacamos que o sintoma para a psicanálise não se trata de uma doença, mas os modos de expressão de uma verdade do sujeito atravessada por um mal-estar. Por essa via,



ISSN 2237-0137

Lacan afirma que o sintoma apresenta um sentido e insiste em presentificar sua verdade, ou seja, as expressões do sujeito apontam para aquilo que se extrai dos discursos que formam o laço social, seja na arte ou no ato. Neste sentido, observamos diversos apelos de cunho político ou de manifestação do mal-estar na sociedade. Seja na palavra como ato político ou uma resposta ao discurso de ódio, preconceito ou o ato do descaso com os cuidados do meio ambiente. Concluímos que a palavra viva se destaca na pintura e convoca-nos às indagações acerca sobre o momento histórico que atravessa o país. Além disso, a Universidade como espaço de circulação da palavra, o apelo e mal-estar se manifesta em ato, seja nos debates representados nas paredes ou na expressão do mal-estar social revelado no descuido com o espaço que circulamos.

Palavras-chave: Arte. Psicanálise. Inconsciente. Discurso.



AÇÕES DO PROJETO CASADINHOS E MOVIMENTO LGBTIQ NA DISCUSSÃO SOBRE A TRANSEXUALIDADE EM UMA UNIVERSIDADE NA AMAZÔNIA OCIDENTAL

Marcos Henrique Figueira de Mello

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Naára Balbino Guimarães

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Stéfane Christie Ferreira de Lima

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Introdução: Trata-se de um relato de experiências de um projeto de extensão da Universidade Federal de Rondônia que desenvolve ações para evidenciar problemas de saúde pública como a invisibilidade das pessoas LGBTIQ, com um foco maior para a transexualidade. Tendo em vista, que a universidade se constitui um espaço para discussão e produção de saberes, a saúde como um direito de todos e dever do estado e o SUS tendo a equidade como um de seus princípios, percebe-se a importância de discutir e fomentar as temáticas relacionadas a saúde e gênero, colocando em pauta o poder da cidadania e do controle social dentro do espaço acadêmico. **Objetivos:** Propiciar troca de saberes e discussões entre acadêmicos, profissionais e líderes de movimentos sociais sobre a saúde da população transexual e sua invisibilidade nos serviços públicos de saúde. **Método:** O projeto organiza rodas de conversa e mesas redondas, esses eventos são abertos ao público em geral, a divulgação é feita através das redes sociais e de cartazes espalhados pelo campus. Em muitos encontros contamos com a participação do movimento social Comunidade



ISSN 2237-0137

Cidadã Livre (COMCIL) que é um coletivo que trabalha diretamente com causas LGBTIQ e em especial com os transexuais e travestis, sempre trazem a perspectiva de luta por direitos e também expressam a arte e cultura em suas apresentações. São convidados outros profissionais que auxiliem no debate das temáticas em questão, como no Conversa Afiada "Nome social de transexuais e travestis, o que tenho a ver com isso?" onde foram convidados advogados da comissão da Diversidade Sexual da OAB/RO. **Resultados:** A experiência de levar a discussão do difícil acesso dos transexuais aos serviços de saúde para a Universidade trouxe à tona outras vulnerabilidades enfrentadas por este público como a baixa escolaridade, a prostituição que muitas vezes surge pelo desemprego, as IST e infecção por HIV, o abandono familiar, uso de drogas e o suicídio. A participação ativa do grupo COMCIL faz toda a diferença nesses encontros, tanto por estarem a frente dos movimentos de luta em busca de direitos, como por terem experiências com transexuais que vivem com HIV/AIDS ou em situação de rua, sendo muitas vezes quem acolhe e orienta. Como acadêmicos, participantes do projeto e futuros profissionais de saúde, conseguimos ver a positividade desses debates, que nos permite desenvolver um olhar ampliado, integral e holístico, não só para os transexuais mais para toda população LGBTIQ. **Conclusão:** A população transexual encontra as "portas fechadas" nos diversos segmentos da sociedade, são expostos diariamente às violências explícitas ou veladas, seus problemas são invisíveis e suas queixas muitas vezes silenciadas. A promoção de discussões desses aspectos no espaço de formação profissional, como a Universidade propicia o desenvolvimento



sensível, que muitas vezes não é abordado durante a graduação a respeito das vulnerabilidades dessa população estigmatizada. Nota-se que falar sobre sexualidade, saúde sexual e mental tem escapado dos muros da área da saúde e atingido acadêmicos de outros cursos que se interessam pelo tema e/ ou vivenciam a realidade em questão.

Palavras-chave: Saúde. LGBTQI. Transexualidade.



POTÊNCIA POLÍTICA E AFETIVA NA AMAZÔNIA: EXPERIÊNCIA NO LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE

Thiago de Sousa Soares
Instituto Esperança de Ensino Superior

Lívia Cristinne Arrelias Costa
Universidade Federal do Pará

A potência das ações juvenis em um cenário de desmontes sociais e perdas de direitos se apresenta de diversas formas, se reinventando e fortalecendo segundo as percepções da realidade e as possibilidades de organização dos grupos. É neste contexto que surge o Levante Popular da Juventude (LPJ), uma forma de organização apartidária, com pensamentos e ações alinhados às concepções de esquerda, que reúne jovens de diferentes contextos geográficos, sociais e culturais em torno de um projeto de garantia de poder popular. Este trabalho objetiva refletir sobre as formas de a juventude na região amazônica organizar suas resistências diante de suas condições de vida, geográfica, cultural e socialmente específicas. As informações foram obtidas através de entrevista semiestruturada em audiovisual durante o 2º Acampamento da Juventude, realizado no município de Brasil Novo. Enquanto movimento social, o LPJ, no Pará, se constitui por três principais grupos: Cametá, Marabá e Transxingu. O LPJ Transxingu foi criado em 2012, no município de Brasil Novo e compreende, além deste, os municípios de Medicilândia, Altamira e Vitória do Xingu. Os cerca de 100 jovens que integram este LPJ atuam especificamente em três frentes: território, campo e estudantil. A região da Transamazônica, onde está localizado o LPJ Transxingu, vem passando por um intenso



ISSN 2237-0137

processo de urbanização acelerado e desordenado, especialmente a partir dos anos 2000. O crescimento do agronegócio, e, mais recentemente, a instalação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte são duas situações que intensificaram uma série de contradições nos municípios da região, precarizando as vidas das populações locais em vários âmbitos. Há problemas graves na oferta de serviços básicos, todos com péssima qualidade, isto quando são ofertados. Além disso, existe o recrudescimento de situações de violências diversas, acentuadas pela estrutura racista-machista-classista-lgbttransfóbica-cristã-capacitista-urbana brasileira. Todas estas situações são concretamente explicitadas pela juventude participante do acampamento. Reconhecer a realidade em que se vive é condição imprescindível para se criar estratégias de resistência. O LPJ utiliza a afetividade e a ludicidade como práticas políticas diferenciadas de luta, valorizando o sentimento de pertença e de sociabilidade a fim de abraçar a complexidade e diversidade de sua composição. No 2º acampamento foram realizadas rodas de conversas, confecção de bonecas Abayomi, oficinas de amarração e turbantes e de expressão corporal, batalhas de rap e hip hop, produção de fanzines, finalizando com escracho público, fechamento de trecho da Rodovia Transamazônica e caminhada em bairros da periferia de Altamira onde ocorreu recentemente o assassinato de 10 jovens. Estas ações foram organizadas com o intuito de promover a massificação do LPJ no estado, fortalecer a politização da juventude protagonista e em luta por melhores condições de sobrevivência na Amazônia, e favorecer a formação para o enfrentamento das inúmeras situações de injustiças



ISSN 2237-0137

sociais em curso na realidade amazônica. Há uma potência afetiva na maneira desta juventude se organizar, o que recria caminhos e formas de luta atualizados, gerando possibilidades horizontais de construção de vida, mesmo em meio a tantas situações adversas, o que expressa uma forma de militância que acolhe e, provavelmente, fortalece quem dela participa.

Palavras-chave: Juventude Amazônica; Participação Política; Afetividade; Levante Popular da Juventude.



ISSN 2237-0137

COMUNICAÇÕES ORAIS

EIXO V - RAÇA/ETNIA: POPULAÇÃO NEGRA E INDÍGENA; BRANQUITUDE



ISSN 2237-0137

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA IDENTIDADE QUILOMBOLA EM UMA COMUNIDADE DO VALE DO GUAPORÉ-RO

Eraldo Carlos Batisa

Faculdade de Rolim de Moura (FAROL)

Marlene Nogueira Pinheiro

Faculdade de Rolim de Moura (FAROL)

Neuzilane Gonzaga

Faculdade de Rolim de Moura (FAROL)

Introdução: Comunidades quilombolas são grupos populacionais remanescentes de antigos quilombos que se enquadra como um grupo minoritário dentro da população negra, constituindo uma representação da resistência dos negros brasileiros. No Brasil, essas comunidades foram reconhecidas oficialmente em 1988 com a afirmação de seus direitos territoriais, por meio do Artigo 68 da Constituição brasileira que garantiu aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estivessem ocupando suas terras o reconhecimento da propriedade definitiva, devendo assim, o Estado emitir-lhes os títulos respectivos (FREITAS et al., 2011). No Estado de Rondônia foram certificadas sete Comunidades Remanescentes Quilombolas, sendo elas: Rolim de Moura do Guaporé (município de Alta Floresta d'Oeste), Pedras Negras (município de São Francisco do Guaporé), Forte Príncipe da Beira e Santa Fé (município de Costa Marques), Laranjeiras (município de Pimenteiras do Oeste), Santo Antônio do Guaporé e Jesus (município de São Miguel do Guaporé) (INCRA, 2015). Localizadas em meio a floresta às margens do Rio Guaporé, essas comunidades tiveram suas vidas entrelaçadas com os



povos indígenas e ribeirinhos daquela região. Nesse complexo intercultural, as comunidades quilombolas do Vale do Guaporé foram influenciadas mutuamente pela cultura dessas comunidades e ganharam novas características que, ao longo do tempo, as diferenciaram de outros povos quilombolas do Brasil. Dessa forma, pensar a identidade dessas comunidades implica buscar compreender os valores por de trás da lógica de pensamento e de sua vida cultural, onde saberes e costumes integram os laços indenitários e reafirma enquanto grupo social (SOUZA, 2012). **Objetivo:** O objetivo deste estudo foi compreender os sentidos produzidos sobre a identidade quilombola pelos membros de uma Comunidade do Vale do Guaporé no Estado de Rondônia. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa do tipo exploratória que teve como aporte teórico o Construcionismo Social. Participaram do estudo oito remanescentes quilombolas de ambos os sexos com idade entre 22 a 55 anos. As informações foram coletadas por meio de entrevistas abertas e analisadas através da técnica de Análise do Discurso sob a orientação da Psicologia Discursiva. **Resultados:** A partir dos discursos foi possível identificar quatro repertórios interpretativos: a) comprometimento da memória social dos remanescentes; b) a influência da cultura indígena e ribeirinha na formação identitária da comunidade; c) o processo de urbanização da população mais jovens e a formação de uma nova identidade; e d) a identidade firmada na diferença sustentada nos discursos dos remanescentes. **Conclusão:** Prevalece-se assim, que a construção social da identidade dos remanescentes quilombolas participantes deste estudo se dá pela



ISSN 2237-0137

interação destes com outras comunidades da região de acordo com cada momento vivido e os sentidos que cada geração produz sobre a sua identidade social.

Palavras-chave: Remanescentes quilombolas. Identidade. Comunidade.



A COR DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: MULHERES NEGRAS NA DOCÊNCIA

Fernanda de Castro Borges Trindade

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Maria Ivonete Barbosa Tamboril

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Luís Alberto Lourenço de Matos

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Mais da metade da população brasileira é composta por pessoas negras, incluindo pretos (8,2%) e pardos (46,7%), em comparação aos que se autodeclararam brancos (44,2%). E apesar da população de negros ser maior que a de brancos, essa realidade não se reflete na educação superior. Este artigo tem como objetivo analisar os encontros e as superações para a ascensão das mulheres negras na docência do ensino superior. Os dados foram obtidos através de uma revisão de literatura a respeito das professoras negras que exercem a docência no ensino superior no Brasil. Foram analisadas as plataformas SciELO, Portal de Periódicos da CAPES e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), entre os anos de 2006 a 2017, utilizando os descritores na busca avançada das plataformas “professoras negras e ensino superior” e ainda “mulheres docentes e ensino superior”. Os critérios de inclusão foram para pesquisas que abordassem professoras negras no ensino superior e artigos nacionais publicados em português e para os critérios de exclusão foi utilizado para pesquisas que abordassem apenas o contexto de professores homens negros no ensino superior ou de professores em um modo geral. A partir do



ISSN 2237-0137

levantamento bibliográfico foram selecionados sete artigos, três teses e três dissertações que versavam a construção de identidade, contexto de racismo e professoras negras. Conclui-se através das pesquisas que mulheres negras na docência ainda têm uma prevalência muito menor, isto ocorre pelo racismo e sexismo presente no ensino superior e pelo discurso do mérito. Faz-se necessário pesquisas sobre esta realidade no Brasil para que se tenha uma maior democratização dos espaços acadêmicos, sobretudo no ingresso de mulheres, negras, pesquisadoras na docência superior, uma vez que voltar o olhar para maneira como essas docentes se inserem e se constituem em um tornar-se sujeita socialmente mediada, faz toda a diferença para novos caminhos sobre ser docente negra no ensino superior no Brasil.

Palavras-chave: Professoras negras. Ensino Superior. Mulheres docentes.



MOVIMENTO DE MULHERES QUILOMBOLAS DE SANTARÉM: CONSTRUINDO RESISTÊNCIAS, FORTALECENDO LAÇOS

Letícia Pinto da Silva

Instituto Esperança de Ensino Superior

Lívia Cristinne Arrelias Costa

Universidade Federal do Pará (UFPA)

O oeste do Pará possui especificidades históricas em termos políticos, sociais e econômicos, que envolvem a complexidade dos diversos grupos populacionais que vivem na região. A colonização portuguesa nos moldes escravagistas deslocou grupos populacionais negros para territórios até então desconhecidos, inclusive para os colonizadores. Ao mesmo tempo, realocou as populações originárias, nomeadas indígenas pelo colonizador, a fim de que todos os espaços considerados desabitados pudessem ser ocupados segundo as necessidades dos portugueses. A população negra escravizada não se submeteu facilmente ao regime de escravidão, criando e fortalecendo, com o tempo, diferentes formas de resistência e manutenção de condições dignas de vida. As fugas para regiões hoje conhecidas como quilombos ou terras de preto são uma destas formas, que se mantém atualmente a partir das trocas com povos originários, construção da vida com foco na ancestralidade e uso sustentável da fauna e flora nas localidades onde se alojam. Passados os diferentes ciclos econômicos da cana de açúcar e da borracha, hoje vê-se a expansão do garimpo, de grandes empreendimentos, como hidrelétricas e portos, além do avanço indiscriminado do agronegócio. Este processo influencia de maneira bastante drástica as formas de construção de vida dos povos



tradicionais, que vivem nas zonas rurais e mantém relações de trocas com o ambiente ao redor, do qual necessitam para garantir qualidade de vida e bem viver. Neste sentido, o presente trabalho visa apresentar, como uma forma de denúncia, as falas de mulheres quilombolas de Santarém, disponibilizadas em forma de conteúdo digital na plataforma Youtube denominado “Na raça e na cor”. Foram analisados 8 depoimentos, no qual as mulheres relatam suas lutas contra latifundiários e o machismo, a importância do território para a garantia da vida, o auto reconhecimento identitário enquanto mulheres negras, as violências do racismo, especialmente quando acessam espaços públicos e privados para além do território quilombola. As microviolências vivenciadas em espaços de intimidade vem fortalecendo as situações de desigualdade de vida por que passam esses grupos populacionais. Elas citam também ganhos importantes, especialmente em termos políticos, que é a organização do movimento de mulheres negras de Santarém, para o seu fortalecimento pessoal e enquanto grupo, o acesso a educação superior com a política de cotas raciais na UFOPA, a conquista de espaço na diretoria da FOQS (Federação das Organizações Quilombolas de Santarém) e no Conselho Municipal de Saúde. Para o futuro, elas indicam a necessidade de fortalecimento de políticas de saúde, do empoderamento feminino para combater o machismo e garantir melhores condições econômicas, ações mais firmes de combate ao racismo individual, institucional e ambiental. A responsabilidade da Psicologia junto a este público se refere ao reconhecimento dos fatores que levam as sofrimento intenso, bem como das potencialidades existentes nesta realidade. Como



ISSN 2237-0137

estamos inseridas/os tanto nos serviços públicos e privados quanto na gestão destes mesmos serviços, cabe à Psicologia reaprender a olhar para esta realidade e pensar e colocar em prática ações urgentes e emergenciais que possibilitem a garantia da vida, especialmente de mulheres, com dignidade nestes territórios.

Palavras-chave: Psicologia na Amazônia; mulheres negras; território quilombola; organização de mulheres.



SER CRIANÇA NAS ETNIAS KARITIANA, GAVIÃO E ZORÓ: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO ACADÊMICA INDÍGENA EM RONDÔNIA

Natasha Souza Matos

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Bruna Suyane Fernandes Vilela

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Maria Ivonete Barbosa Tamboril

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Diante da carência de produções acadêmicas sobre infância indígena em Rondônia, fato este verificado através das buscas realizadas nos portais de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PEPSIC), chegou-se às produções do Curso de Licenciatura em Educação Básica Intercultural da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), campus de Ji-Paraná. Sendo assim, realizou-se uma revisão de literatura, que objetiva investigar a produção acadêmica do curso sobre a infância indígena e os processos educativos que a envolve. Para isso, utiliza-se o acervo disponível na página do Departamento de Educação Intercultural (DEINTER) no qual constam todos os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) produzidos entre 2014 e 2017. Como resultados, tem-se que dentre as semelhanças na forma de cuidar das crianças nas diferentes etnias, está a ideia de que elas são inseridas aos poucos nas atividades dos adultos, os saberes são transmitidos no cotidiano, nas trocas entre crianças e adultos, portanto o ato de criar e zelar pelos mais novos é uma prática comunitária.



ISSN 2237-0137

Como o cuidar é coletivo para as três etnias em estudo, as crianças possuem liberdade para explorar o ambiente da aldeia com maior autonomia, o que não se confunde com negligência no cuidado com as crianças. Assim, as meninas e meninos que vivem na aldeia podem observar os mais velhos nas atividades cotidianas e dessa forma todos os membros do grupo podem contribuir com a aprendizagem dos saberes e fazeres tradicionais da cultura na qual estão inseridos. Cada etnia adota uma forma de organizar e delegar as atividades a serem desenvolvidas, as divisões podem seguir o critério da idade, de gênero ou de acordo com o grau de dificuldade da tarefa. É importante destacar que as formas de vivenciar a infância na atualidade têm diferenças significativas quando comparadas com as experiências dos pais e avós das crianças, pois a entrada das tecnologias não indígenas nas aldeias causou diversas repercussões. Os brinquedos industrializados, as brincadeiras e jogos comuns em centros urbanos estão se tornando a predileção de meninos e meninas, em detrimento às práticas tradicionais. Os indígenas percebem um aumento na quantidade de crianças e jovens que manifestam interesse em sair da aldeia para viver e estabelecer raízes em novos cenários, além disso, o desejo de aprender português e frequentar a escola se mostra maior que no passado. Desse modo, este estudo foi de suma importância para dar visibilidade às pesquisas produzidas no estado de Rondônia sobre Infância Indígena, com a peculiaridade de terem sido realizadas por acadêmicas e acadêmicos Indígenas de um Curso de Licenciatura em Educação Básica e Intercultural. Essa formação tem grande importância social, visto que possibilita que indígenas busquem



ISSN 2237-0137

conhecimento teórico e metodológico para atuar na formação das crianças de suas comunidades, esse protagonismo minimiza os impactos no processo de ensino e aprendizagem, auxiliando na manutenção das tradições e saberes próprios de cada etnia.

Palavras-chave: Infância indígena. Educação. Gavião. Karitiana. Zoró.



ISSN 2237-0137

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: UMA BREVE ANÁLISE DOS ESTIGMAS ATRIBUÍDOS A ESSE GRUPO SOCIAL

Rafael Batista da Silva

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

O crescimento da taxa de pessoas em situação de rua é um dos reflexos do intenso processo histórico de exclusão social. Segundo a definição da Secretaria Nacional de Assistência Social, essa população é composta por um grupo heterogêneo, com diferentes realidades, tendo em comum a condição de pobreza absoluta, vínculos interrompidos ou fragilizados e falta de habitação convencional regular. Esse trabalho tem como objetivo apresentar a experiência obtida durante o estágio de psicologia social, desenvolvido no segundo semestre de 2018 em uma unidade de acolhimento para a população em situação de rua na região Amazônica. Na instituição são acolhidos doze mandatários, sendo dez vagas destinadas ao sexo masculino e duas para o feminino. A prática profissional foi realizada em um período de três meses, duas vezes por semana, com duração de duas horas cada encontro. Toda quinta-feira no período noturno, era realizado a exibição de filmes, e na sexta-feira pela manhã o grupo de reflexão, no total de 13 sessões de filmes e 13 grupos. Os longas-metragens variavam entre animação, ação e histórico, como Olga, Invictos, O Físico, que eram indicados por todos os participantes do grupo e escolhidos democraticamente por meio de votação. A média de participação dos usuários, foi de sete homens e duas mulheres. A finalidade era gerar através da cinematografia, identificações das dificuldades enfrentadas por eles na



ISSN 2237-0137

sociedade, que eram explicitadas e compartilhadas no grupo de reflexão. Mediante as informações e experiências de vidas partilhadas por eles, surgiram diversas vivências de preconceito, sofrimento, violência, drogas, estigmas, etc. Conforme observado, o grupo era composto em sua maioria por negros com baixa escolaridade e renda. O estudo das relações étnico-raciais forneceu elementos para a compreensão do processo de marginalização e desigualdade vivenciadas por eles e, das discriminações sofridas por pertencerem a determinado grupo social. A exclusão racial de pessoas negras tem marcas históricas na sociedade brasileira, desde a desvalorização da cultura de matriz africana como dos aspectos físicos herdados, perpassada pela desigualdade econômica, que afeta negativamente a população negra. O perfil étnico das pessoas em situação de rua que frequentavam a unidade, estar intrinsecamente relacionado as relações sociais desiguais existentes no Brasil. Proporcionar um espaço de diálogo e escuta psicológica atenta, foi fundamental para o resgate das histórias de vida, ampliação do conhecimento sobre estratégias de enfrentamento diante dos estigmas geradores de sofrimento, além de informações sobre os seus direitos e deveres e as redes de apoio para a minimização dos efeitos da violência e dependência química. Existe um descaso na aplicação das políticas públicas voltadas a essa população, como infraestrutura precária, falta de recurso logístico, vagas limitadas. Assim, aponta-se a necessidade da busca por uma articulação entre os serviços existentes nas redes de proteção e assistência social, a fim de restaurar a dignidade e, promover a qualidade de vida das pessoas em situação de rua. Com isso, a



ISSN 2237-0137

psicologia é uma das profissões que tem contribuído para uma sociedade melhor, devido ao seu engajamento político na garantia da democracia e dos direitos humanos a todos os indivíduos.

Palavras chaves: População em situação de rua; Unidade de acolhimento; Relações étnico-raciais.



ISSN 2237-0137

SOU CULTURA INDÍGENA: A UNIVERSIDADE DOCUMENTANDO O PROTAGONISMO INDÍGENA DE RONDÔNIA E MATO GROSSO

Rauã Araújo dos Santos

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Maíra Carneiro Bittencourt Maia

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Introdução: Trata-se de um relato de experiência em Documentário Jornalístico que ocorre dentro do projeto de extensão TV UNIR, que existe desde março de 2017. Em maio de 2018 o projeto firmou parceria com o Canal Futura, do Rio de Janeiro, com o objetivo de mostrar a cultura rondoniense e amazônica em âmbito nacional, com produções feitas em conjunto com o canal carioca. No mesmo período foi criada a série “Sou Cultura Indígena” que objetiva retratar a realidade das aldeias indígenas de Rondônia superando pensamentos estigmatizados que alguns brasileiros têm em relação aos indígenas.

Objetivos: Documentar em forma de vídeo a realidade das aldeias indígenas e de como os índios utiliza a educação como forma de empoderamento nas lutas por direitos e desmistificar a cultura indígena a fim de superar os estigmas historicamente colocados.

Método: Foram visitadas as aldeias Ricardo Franco em Guajará-Mirim, Paitêr-Suruí em Cacoal e Mamaindê em Comodoro-MT. Um professor e um acadêmico de jornalismo da Universidade do Estado do Rio Grande (UERN), parceiros do Canal Futura, viajaram até Vilhena para acompanhar as gravações. Durante cinco dias sete acadêmicos e três professores de jornalismo viveram dentro da aldeia Paitêr-Suruí, a fim



ISSN 2237-0137

de experienciar a cultura deles. Toda a série documental não tem nenhum profissional em jornalismo apresentando, quem faz esse papel são os próprios índios, de maneira que contem e apresentem suas próprias histórias sendo assim os protagonistas de sua própria cultura. **Resultados:** Ao todo 17 índios foram entrevistados durante oito dias de gravação. Todo esse material agora está em fase de edição. A previsão de estreia da série é para o primeiro semestre de 2019. **Conclusão:** A população indígena encontra dificuldades em diversos setores da sociedade. A promoção de ações como essa é importante, pois se evidencia a realidade indígena, como é feita através da série, e faz com que a comunidade externa possa ter uma melhor visão a respeito das vulnerabilidades dessa população estigmatizada e compreender quais são suas lutas. A partir das vivências em campo nota-se uma mudança na cosmovisão dos acadêmicos envolvidos no projeto. A oportunidade possibilitou a reflexão da realidade indígena que é importante para compreender a cultura e poder transmiti-la no documentário.

Palavras-chave: Cultura. Indígenas. Jornalismo. Extensão.



COMUNICAÇÕES ORAIS

EIXO VI - DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO



ISSN 2237-0137

PROCESSO DE CONTRATAÇÃO TRABALHISTA, POLÍTICAS PÚBLICAS E EXCLUSÃO DE PESSOAS TRANSEXUAIS E TRANSGÊNERO

Bruno Mattos Leal

Faculdade de Educação e Meio Ambiente (FAEMA)

Karen de Lima Gomes

Faculdade de Educação e Meio Ambiente (FAEMA)

Victor Hugo Coelho Rocha

Faculdade de Educação e Meio Ambiente (FAEMA)

Os contratos de recursos humanos atuais estão mais desprotegidos do que o mercado de trabalho, onde este, com frequência, suplanta os direitos daqueles em condutas antiéticas que podem ter início desde o processo de recrutamento até a contratação. Os LGBTs representam parte das minorias que sofrem exclusão no processo de contratação, principalmente o grupo pertence aos transexuais e transgêneros, onde o corpo heteronormativo é usado para desclassificá-los, patologizá-los, inferiorizá-los de tal maneira que os fragiliza diante do mercado de trabalho. Além do mais, veem-se desprotegidos de ações políticas que os amparem no enfrentamento da exclusão trabalhista. **Objetivos:** Descrever os principais desafios enfrentados por pessoas trans ao se submeterem a uma seleção de pessoas; analisar suas principais causas e consequências tanto para o indivíduo como para a organização e a sociedade em geral; fazer levantamento na literatura de possíveis leis e políticas públicas de proteção das minorias LGBTs, principalmente transexuais e transgêneros. **Método:** Realizou-se uma revisão literária, através de um levantamento de artigos, teses e livros que envolvem a



temática gênero, sexualidade, processo de contratação, Recursos Humanos e Políticas Públicas. **Resultados:** A literatura aponta que, embora existam algumas políticas públicas e leis de proteção aos direitos das minorias sociais, não há progressão visível e suficiente no processo de integração de pessoas trans nos contratos de trabalho. Tais pessoas sofrem exclusão nas várias instituições e grupos sociais, como a família, escola, saúde e, ao decidir trabalhar, são rejeitadas pelos empregadores nas primeiras etapas do processo de contratação. Isso ocorre em função dos estigmas e estereótipos sociais dirigidos às pessoas trans, tratando-as como pessoas incompetentes, marginais e doentes. As leis e políticas públicas de contrato de trabalho são gerais e não bem contemplam casos de exclusão do trans, o que favorece que o empregador o faça, por vezes, de maneira sigilosa e sob desculpas que desviam a atenção da principal causa da rejeição do contrato. Em outros casos, o trans é humilhado explicitamente, o que não diferencia muito na forma como a justiça trata os casos de denúncia. **Conclusão:** A questão da exclusão sexual de pessoas trans tem raízes num passado que a muito castiga tais pessoas. Por isso, é dever da ciência psicológica, administrativa, bem como as ciências jurídicas, debaterem tais questões no âmbito vital de mantimento de toda pessoa: o contrato de trabalho; favorecendo o surgimento de leis e políticas públicas específicas de proteção das pessoas trans no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Identidade Sexual e de Gênero. Exclusão Social. Mercado de Trabalho.



VIOLÊNCIAS CONTRA A MULHER: ANÁLISE DO FILME *WHAT'S LOVE GOT TO DO WITH IT* – A HISTÓRIA DE TINA TURNER

Daniel Cerdeira de Souza

Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Desde a década de 1990, a violência contra a mulher é reconhecida como um problema de saúde pública que ocorre em todas os níveis sócio econômicos, raças, países e culturas, sendo um problema mundial e antigo. Este estudo aborda as violências vividas por mulheres como Tina Turner, que teve sua história representada em uma obra cinematográfica. Objetivo discutir as violências vividas por Tina no decorrer sua história a luz dos conhecimentos sobre gênero. Para a composição deste estudo, realizei a análise do filme *What's Love Got to do With It – A História de Tina Turner*. A obra foi dirigida por Brian Gibson e foi lançada em 1993 e conta a história de Anna Mae Bullock (o verdadeiro nome de Tina Turner), que nasceu em 26 de novembro de 1938 no Tennessee. Quando tinha 16 anos, ela foi morar com a mãe em St. Louis e começou a trabalhar como cantora de R&B em uma banda liderada por Ike Turner. Os dois se envolveram, tiveram um filho e se casaram. A partir de 1960, Tina passou a ser sistematicamente agredida por seu esposo e vivenciou todas as formas de violência descritas na literatura, desde a violência psicológica através de chantagens, xingamentos e agressões verbais, perpassando por agressões físicas e culminando no estupro marital. Tina também vivenciou a violência patrimonial, pois apesar de trabalhar arduamente em sua carreira, seu marido a explorava,



controlava todos os seus ganhos e sua imagem era constantemente denegrada para as pessoas próximas (Violência Moral). O ciclo da violência contra a mulher (aumento do estresse seguido da explosão e posteriormente lua-de-mel) também foi observado no filme. A família de Tina funcionava como um reforço para que a mesma continuasse na relação e fazia pressão para que a mesma não rompesse com o agressor. Tina tentou fugir para se ver livre das violências, mas foi pressionada a voltar para a relação por conta dos filhos. O esposo de Tina se sentia ameaçado pelo sucesso dela e seu uso abusivo de substâncias psicoativas só piorava as agressões. Para se ver livre desse relacionamento abusivo, Tina precisou abrir mão de todos os seus bens materiais conquistados com seu trabalho, ficando apenas com o nome artístico, mas conseguiu se reconstruir, tanto pessoal como profissionalmente. A análise do filme corroborou com os achados na literatura, onde a violência nos relacionamentos afetivos representa uma das principais ameaças à saúde das mulheres e a maioria dessas agressões reflete um padrão de abuso contínuo. O esposo de Tina não foi responsabilizado pelas agressões em nenhum momento. O filme mostrou como é difícil ser mulher na sociedade, e Tina é uma sobrevivente de uma sociedade que de diversas formas tenta anular sua existência e por fim, para o enfrentamento e prevenção a violência contra a mulher é requerido o comprometimento de diversos atores sociais na luta pela desconstrução dos diversos significados patriarcais que legitimam a violência doméstica.

Palavras-chave: Violência de gênero; Violência doméstica; Violência contra a mulher; Relacionamento abusivo.



ISSN 2237-0137

OS DESAFIOS DA MULHER NAS FUNÇÕES POLICIAIS MILITARES: UM ESTUDO EM PORTO VELHO-RO

Estela Silva Nunes

Faculdades Integradas Aparício Carvalho (FIMCA)

Láís Rodrigues de Cristo

Faculdades Integradas Aparício Carvalho (FIMCA)

Eliane Gamas Fernandes

Faculdades Integradas Aparício Carvalho (FIMCA)

Este resumo consiste no resultado de uma pesquisa acadêmica, realizada como Trabalho de conclusão do curso de Psicologia, iniciou a partir de um panorama histórico da trajetória social das mulheres, das conquistas e lutas por direitos, inserção no mercado de trabalho e nas organizações militares do Brasil. Os referencias teóricos basearam-se nas temáticas de Gênero, Polícia e Relação de Poder sobre a ótica de autores como Saffioti (2004; 1995; 1987), Dias e Rosa (2017), Foucault (2004; 2002), tendo como objetivo analisar as percepções das mulheres policiais quanto às diferenças de gênero no serviço militar. A pesquisa foi conduzida através dos pressupostos metodológicos da abordagem quanti-quali a partir dos apontamentos feitos por Minayo (2002; 2010). Participaram do estudo, 30 policiais militares, a partir de 25 anos idade e com tempo de serviço maior que 5 anos, sendo realizada nos batalhões de Polícia Militar de Porto Velho-RO. A coleta dos dados foi realizada por meio de questionário online e entrevistas semiestruturadas, tendo como técnica de análise de dados a análise de conteúdo temático de Minayo (2010). Os resultados obtidos por meio dos questionários foram inter-relacionados com os dados coletados



com as entrevistas, possibilitando uma discussão ampliada. As categorias de análise surgiram do enlace entre as narrativas e a literatura sobre gênero e relações de poder, bem como em diálogo com a Psicologia Social. As discussões sobre os dados levantados foram apresentadas a partir de categorias que buscou relacionar os discursos e vivências comuns e, assim, pensá-las como importantes elementos de compreensão sobre diferenças de gênero dentro da instituição Polícia Militar. Conforme os dados coletados categorizamos os discursos pelas seguintes temáticas: 1) O perfil das participantes; 2) percepções quanto ao estereótipo de gênero; 3) Elas são, eu não; 4) Adesões dóxicas: mulheres não são a personificação de força e imponência; 5) assédio moral e sexual: violência de gênero e relação de poder; 6) motivações para a inserção e permanência da mulher na PM. Por meio das análises, foi possível a compreensão das naturalizações, construções, estereótipos, desconstruções e significações sobre o gênero, grande parte das participantes apresentaram vivências rodeadas por preconceitos em relação ao gênero, desafios, sentimento de superação e amadurecimento, sendo possível constatar que na realidade cotidiana das policiais militares estão presentes discriminações de gênero e poder que potencializam as dificuldades enfrentadas na execução de suas funções. Os dados demonstraram que 70% das participantes percebem diferenças quanto ao seu gênero e 30% não percebem diferenças. Em linhas gerais, sentem-se satisfeitas, orgulhosas e motivadas como mulheres policiais militares.

Palavras-chave: Mulher. Polícia. Psicologia Social. Relações de Gênero.



NOS TRILHOS DA (IN)EXISTÊNCIA: A PRESENÇA FEMININA NO CONTEXTO DA HISTÓRIA DE RONDÔNIA

Eudeir Barbosa de Oliveira

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Maria Ivonete Barbosa Tamboril

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Este estudo discute a participação feminina na construção do estado de Rondônia, delimitando-se ao período da Construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM) e da extração da borracha. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, cujo objetivo é demonstrar a presença da mulher no contexto da formação do estado de Rondônia: a invisibilidade nos períodos migratórios e as condições de submissão e desigualdade na extração da borracha. Para a fundamentação, fez-se uma investigação em livros de história, sites, periódicos e no banco de teses e dissertações da Universidade Federal de Rondônia, na busca por dados e/ou fatos que dessem visibilidade ao lugar que as mulheres ocupavam durante os períodos aqui discutidos. Aborda-se inicialmente o contexto histórico como pano de fundo para posteriormente discutir-se a presença das mulheres em cada período — retratando a opressão, a exploração e a ocultação da sua participação, bem como a importância do lugar feminino na construção da história de um povo. A participação da mulher é marcada por atos de lutas, desvalorização e desigualdade. Para compreender o contexto atual do protagonismo feminino, é preciso conhecer uma trajetória histórica. Falar da presença ou (in)existência feminina no contexto da história de Rondônia, no desenvolvimento e expansão do Estado, constitui-se



como importante tema para compreender as mudanças e arranjos em que a mulher é exposta ao longo dos tempos. A pesquisa mostra que as condições de vida das mulheres na construção do Estado de Rondônia não diferem das situações vivenciadas por imigrantes de outras regiões do Brasil. A literatura e a arte mostram a representatividade e a força dessas mulheres; no entanto, continuam apagadas da história curricular e/ou científica. Discutir esse tema, portanto, reforça a necessidade de pesquisas que ressaltem a visibilidade e questionem o papel da mulher na história: quem foram, como era seu modo de vida e de organização, como lidavam com a violência e exploração sofridas.

Palavras-chave: História de Rondônia. Migrações. Mulheres. Protagonismo Feminino.



ISSN 2237-0137

O ADOECIMENTO DE PROFESSORAS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA CIENTÍFICA NACIONAL NO PERÍODO ENTRE 2012 E 2017

Fernanda Miranda Cavalcante

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Cristiano Estevão Cabral

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Maria Ivonete Barbosa Tamboril

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

A mulher sempre ocupou um espaço na sociedade em que se exige dela várias atividades. A luta das mulheres pela garantia de seus direitos sempre foi árdua e, é neste contexto que os movimentos feministas representam significativamente as melhorias das condições de trabalho e busca por igualdade entre os sexos. Em alguns momentos da história, as mulheres foram vistas somente como reprodutoras, devido seu aparato biológico, já em outros períodos eram as responsáveis por educar as crianças do país, além de vistas como praticantes da moral e subversivas a razão. Os papéis ocupados pelas mulheres nem sempre foram escolhidos por elas, sendo vistas na maioria das vezes inferior ao homem ou associada somente à maternidade e moral. A docência foi uma das primeiras ocupações em que a mulher pôde atuar fora do âmbito doméstico. O estudo tem como objetivo realizar uma revisão sistemática da literatura publicados no Brasil no período entre 2012 e 2017 sobre o adoecimento de professoras e compreender se há um adoecimento maior nesta população comparada aos professores. Como método realizou-se uma revisão sistemática na Biblioteca Digital



ISSN 2237-0137

Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) sobre o tema no período entre 2012 a 2017. Como resultados percebe-se através da busca pelos trabalhos científicos que há um consenso em relação ao adoecimento de professoras equiparado aos professores, pois em nenhuma das produções analisadas houve um adoecimento maior nos professores. O adoecimento em professoras tem entre suas causas à dupla ou até tripla jornada de trabalho. Conclui-se então que o trabalho dessas mulheres não possui um desfecho no final do expediente, estendendo-se atividades do trabalho para casa e além dessas, atividades inerentes ao contexto familiar. Há um maior número de mulheres no campo docente e que ainda mantém suas funções domésticas e de cuidados aos filhos, funções essas que ainda são atribuídas à mulher, gerando uma sobrecarga de trabalhos físicos e emocionais e acarretando adoecimento e afastamentos.

Palavras-chave: Mulheres. Adoecimento em professoras. Docência. Sobrecarga.



ISSN 2237-0137

A SEXUALIDADE E AUTOESTIMA DA MULHER COM CÂNCER DE MAMA OU ÚTERO

Gabriela Carriço Horeay

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

O câncer de mama e de útero são doenças que afetam regiões íntimas e sensíveis. A mulher como um alvo da sociedade moderna e de seus padrões, sofre quando vê seu corpo mutilado e as limitações consequentes do câncer e de seu tratamento. O objetivo deste trabalho encontra-se em fazer uma reflexão acerca dos sentimentos que a mulher doente com câncer de mama/útero pode ter e dos fatores que vem causar o sofrimento. O presente estudo foi feito por meio da abordagem qualitativa o qual, por meio de entrevistas semiestruturadas, foram realizadas entrevistas individuais com a participação de duas voluntárias encontradas. Os resultados encontrados foram que o tratamento afeta mais que a doença em si, a quimioterapia por parte do tratamento de câncer de mama, com a perda de cabelo por consequência, afetou mais que a perda do seio para a entrevistada, logo trouxe preocupação para suas ações do dia-a-dia pelo desconforto com o uso de perucas, o que mostra como a imagem deformada traz um estranhamento. A braquiterapia, procedimento radioterápico localizado, trouxe diversos efeitos para a entrevistada com câncer de útero, entre eles, a disfunção sexual, o qual traz dificuldades para as relações sexuais, como dor e desconforto, outro efeito encontrado de característica fisiológica, é o constante enjojo com cheiros, o que a fez interromper o uso de perfumes e evitar sentir cheiros tanto bons quanto ruins. Em suma,



ISSN 2237-0137

percebe-se como o tratamento é um processo difícil para as mulheres que sofrem com o tipo de câncer citado, as suas consequências trazem danos que as interferem em sua visão de si e suas relações afetivas, podendo trazer dificuldades no cotidiano.

Palavras-chave: Câncer de mama. Câncer de útero. Sexualidade e Autoestima.



A SEXUALIDADE INSTITUCIONALIZADA: APONTAMENTOS TEÓRICOS SOBRE A VIDA DE MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE

Gabriela Gomes Santos

Faculdades Integradas Aparício Carvalho (FIMCA)

Rosângela Nogueira Gama

Faculdades Integradas Aparício Carvalho (FIMCA)

Fabício Ricardo Lopes

Faculdades Integradas Aparício Carvalho (FIMCA)

A proposta desta escrita é fazer alguns apontamentos teóricos acerca da sexualidade no contexto do sistema prisional feminino, bem como, tencionar a respeito das expressões de gênero e sexualidade neste contexto. Utilizam-se as discussões presentes na obra “Vigiar e Punir” de Foucault (2010) para entender historicamente o surgimento das prisões e os objetivos que cercam a privação de liberdade. O autor destaca alternativas sobre os modelos que já não cumprem a sua verdadeira função, que em tese seria qualificar o sujeito a restabelecer relações saudáveis em sociedade. O Brasil possui um sistema prisional distante do ideal de ressocialização, o que contribui para as baixas expectativas que permeiam a vida das mulheres em situação de vulnerabilidade dentro dos muros do cárcere. Acerca do encarceramento feminino, a supressão de direitos é proporcionalmente maior, o que implica nas condições políticas do próprio gênero, tendo em vista a falta de políticas públicas voltadas para mulheres (SOUZA, 2005). Portanto, aborda-se a sexualidade no contexto institucional e como essas vivências podem e devem ser



observadas. Desse modo, elencam-se fatores como a sexualidade, a maternidade, as relações familiares e o cuidado com a saúde da mulher no sistema prisional. De modo geral, a partir do levantamento teórico, percebe-se que o abandono afetivo ocorre principalmente com as mulheres em sistema prisional, enquanto os homens são visitados com frequência, o que comumente acarreta em isolamento e solidão, decorrentes da ausência de contato com o mundo externo, causando sentimentos de rejeição, necessidade de aceitação e carência afetiva nas internas. Ocasionalmente, nesta busca, muitas mulheres desenvolvem relações homoafetivas. Em muitos casos, não somente os companheiros externos, mas também as famílias de origem abandonam as mulheres na prisão, este processo é percebido como uma forma de punição, visto que muitas destas famílias assumem a tutela dos filhos e consequentemente, os gastos financeiros a ela relacionados, justificando essa ausência pela falta de condições financeiras para estas visitas. Deste modo, entende-se que estas discussões são importantes, pois trazem uma temática ainda pouco vista no meio acadêmico, fornecendo dados, ainda que teóricos, sobre a situação de mulheres no contexto carcerário brasileiro estabelecendo assim um diálogo entre Psicologia e Direitos Humanos. Considera-se que ao se promover uma discussão que contemple gênero, privações de direitos e sexualidade de mulheres privadas de liberdade, a Psicologia se aproxima um pouco mais de seu compromisso social.

Palavras-chave: encarceramento feminino, sexualidade, Direitos Humanos.



ISSN 2237-0137

ACOLHENDO A DIVERSIDADE NA ESCUTA PSICOLÓGICA A PESSOA TRANS: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Queren Hoppe Aragão Macêdo

Faculdades Integradas Aparício Carvalho (FIMCA)

Aldiane Fontenele de Sousa

Faculdades Integradas Aparício Carvalho (FIMCA)

Anne Emanuelle Cipriano da Silva

Faculdades Integradas Aparício Carvalho (FIMCA)

O presente trabalho constitui-se de um relato de experiência por meio da prática no projeto de Extensão Acadêmica Plantão de Escuta Psicológica realizado no Serviço de Psicologia Aplicada (SPA) pelo curso de Psicologia das Faculdades Integradas Aparício Carvalho (FIMCA). A escuta psicológica em forma de plantão configura-se como um atendimento clínico voltado para demandas contemporâneas (DANTAS et al., 2016). Este serviço oferece uma escuta emergencial e sem agendamento, levando o extensionista a estar sempre diante do inesperado (CHAVES; HENRIQUES, 2008). Este trabalho tem por objetivo descrever a experiência no atendimento a pessoa trans. A extensão baseia-se na Abordagem Centrada na Pessoa (ACP) de Carl Rogers, que visa promover a aceitação incondicional, bem como a autenticidade na postura do terapeuta-plantonista (ROGERS, 2012). O pressuposto humanista da autonomia é o utilizado para nortear a atividade da escuta, através de contexto dialógico e de acolhimento (AMATUZZI, 2010). O atendimento foi prestado a um homem transexual com demanda espontânea de luto. Houve um único atendimento de 50 minutos em uma sala no



ISSN 2237-0137

SPA/FIMCA, que se realizou por meio da compreensão empática, escuta ativa e intervenções verbais pontuais, que visaram favorecer o desenvolvimento da fala trazida pelo cliente. Os resultados são observados em dois pontos, na prática extensionista e no serviço prestado à comunidade. No primeiro, considera-se que a realização do atendimento individualmente e a supervisão dos casos em grupo favorecem o manejo clínico a partir na utilização dos princípios da ACP, e no segundo a oferta deste serviço à comunidade que apresenta necessidades imediatas, além da diminuição da fila de espera no SPA/FIMCA. Concluímos que o atendimento proporcionou alívio à queixa apresentada, além do sentimento de aceitação relatado pelo cliente. Consideramos que este serviço contribui para a formação profissional ampliada, por expandir a perspectiva de atuação clínica e proporciona contato com a realidade social local (FURIGO, 2008; DUTRA, 2004). Os atendimentos no plantão de escuta priorizam o bem-estar de quem procura o serviço e o respeito à queixa apresentada. O clima que se estabelece no momento da escuta é fundamental para que ocorra uma troca intersubjetiva entre os sujeitos (ROGERS, 1961) e para tanto é necessário ao acadêmico (a) estar em condições de receber, acolher e respeitar a diversidade de gênero.

Palavras-chave: Plantão Psicológico. Escuta Psicológica. Diversidade. Pessoa Trans. Extensão acadêmica.

VISEPP
SEMINÁRIO DE PSICOLOGIA
I Regional Norte - ABRAPDO
V ABRAPES Rondônia
realização:
RAPDI | ABRAPDO | ABRAPES



PSICOLOGIA, DEMOCRACIA
E DIREITOS HUMANOS
NA AMAZÔNIA
06 a 09 de Novembro de 2018
Local: Campus José Figueiro Filho
Porto Velho - RO
apoio:  

ISSN 2237-0137

COMUNICAÇÕES ORAIS

EIXO VII - RURALIDADES



ISSN 2237-0137

MIRACEMA: O DIREITO DE SER CRIANÇA

Camila Alessandra Scarabel

Analista do Tribunal de Justiça de Rondônia

Denise de Carvalho Campos

Analista do Tribunal de Justiça de Rondônia

Helena de Jesus Abreu Araújo

Analista do Tribunal de Justiça de Rondônia

Introdução: O 2º Juizado da Infância e Juventude da Comarca de Porto Velho/RO é o órgão responsável por julgar os casos de violências contra a população infantojuvenil, garantindo com isso, a proteção dessa. Considerando o crescente número de casos de violência oriundos dos Distritos, implantamos o Projeto Miracema. São localidades administrativas que distam em média entre 100 a 300 km do município sede (Porto Velho) e que são pouco assistidas pelas políticas públicas básicas que garantem o bem-estar e a proteção social de crianças e adolescentes. Carecem tanto de equipamentos públicos quanto de profissionais para o desenvolvimento de ações efetivas de respeito à dignidade, à igualdade de direitos e à integridade do ser humano, o que contribui para ocorrência de violações de direitos, inclusive, de crianças e adolescentes. **Objetivo:** Mobilizar e sensibilizar as comunidades dos Distritos para as questões afetas à prevenção, defesa e responsabilização de violações relacionadas a crianças e aos adolescentes. **Metodologia:** Realizamos palestras, rodas de conversa e oficinas. No primeiro dia no distrito, é realizada visita em cada instituição (escolas, unidade de saúde, segurança pública, igrejas e demais grupos comunitários) para sensibilizar quanto à



ISSN 2237-0137

oficina. À tarde ocorre rodas de conversa com pais/responsáveis das crianças e adolescentes em uma das escolas da comunidade, através de contato previamente realizado com o (a) diretor(a) da escola. No segundo dia, pela manhã, ocorre a oficina com os agentes locais. À tarde, é o momento de fortalecer o público infantojuvenil quanto aos seus direitos sexuais, o qual é realizado através de rodas de conversa nas escolas. **Resultados:** O projeto Miracema, até o momento, atingiu seis Distritos do município de Porto Velho, envolvendo uma média de 250 pessoas. Nos encontros com a comunidade, foi possibilitado levar as informações referentes a uma infância e adolescência mais protegidas e livres de violências. A comunidade mostrou-se mobilizada e receptiva aos conhecimentos. As violações de direitos apresentadas pela comunidade foram levados ao conhecimento do(a) magistrado(a) através de relatório das atividades, proporcionando ações efetivas de resolução, como por exemplo, o retorno do transporte escolar nos Distritos e aquisição de novas cadeiras escolares. **Conclusão:** O Miracema tem possibilitado o conhecimento da realidade das comunidades distritais visitadas. Percebe-se que são carentes de vários serviços e programas necessários para garantia de direitos de crianças e adolescentes. A presença mínima do Estado nessas localidades - basicamente com as políticas públicas de educação, saúde, e segurança pública - mantendo as estruturas físicas das escolas e das unidades de saúde com a presença de uma equipe básica de profissionais (professores/as; médicos; agentes de saúde e de segurança, dentre outros.). Entretanto, nos dois setores há uma carência de suporte técnico e de equipamentos que possam assegurar-



ISSN 2237-0137

lhes serviços de qualidade em respostas às demandas da comunidade. Há total ausência da política pública de assistência social e o Conselho Tutelar não responde a contento às demandas da comunidade. Apesar dessas dificuldades, evidencia-se a força e a união da comunidade em buscar resolução dos próprios problemas.

Palavras-chave: Crianças. Adolescentes. Direitos da criança. Violência.



ISSN 2237-0137

PSICOLOGIA E TEMÁTICAS RURAIS: ESTADO DA ARTE

Dayana Kellen Onofre dos Santos

Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Marcelo Gustavo Aguilar Calegare

Universidade Federal do Amazonas – UFAM

A Psicologia Social tem refletido a respeito do mundo rural desde os anos 1960, com os primeiros trabalhos comunitários desenvolvidos por psicólogos nas comunidades rurais, apesar do maior fluxo nas comunidades urbanas. Entretanto, na América Latina o interesse pelas temáticas rurais pelos psicólogos passaram a figurar com maior destaque a partir de 2000, sob o rótulo de “Psicologia Rural”. Essas pesquisas abrangem, por exemplo, discussões com foco na atuação de práticas extensionistas sob a perspectiva psicossocial. No Brasil as contribuições relacionadas às questões rurais ganharam visibilidade a partir de 2010, com pesquisadores interessados em buscar novos aportes teórico-metodológicos de diferentes áreas, pois até então a maioria dos estudos eram referentes aos contextos urbanos. Diante disto, o objetivo deste trabalho é apresentar as produções que integram Psicologia às temáticas rurais, a partir de uma revisão sistemática da literatura feita na base de dados do Portal CAPES. Utilizamos os descritores Psicologia associado com: Rura*, Contextos Rura*, Ambientes rura*, Camp*, abarcando com o (*) radicais variantes da palavra, como por exemplo rural, rurais e ruralidade(s). Para alcançar uma amostra hábil de análise, aplicamos em todos os descritores os filtros: artigos revisados por pares, idioma (português), ano (2014-2018). A seleção gerou um total de 241 artigos e após a



ISSN 2237-0137

aplicação dos critérios de inclusão e exclusão restaram 22 artigos. Dentre os descritores utilizados, constatou-se que os mais usados são: Rura* (14), Contextos Rura* (6), Ambiente Rura* (2), sem nenhum associado com campo, camponês ou campesinato. Identificamos a Psicologia inserida em 7 categorias temáticas principais com as respectivas quantidades: Gênero (7); Epistemologia (4); Trabalho (4); Geração (3); Direitos Humanos (2); Raça (1); Educação (1). O ano com maior número de produção foi 2016, somando 10 artigos. Percebemos que os trabalhos na categoria de Gênero se destacam ao constar em todos os anos do levantamento. Nas produções mais recentes, de 2018, sobressaem os trabalhos na categoria que *classificamos* como Epistemologia, que apresentam a necessidade de ampliação dos conhecimentos *psi* e do trabalho de psicólogos ao adentrar no mundo rural. Quanto ao tipo de artigos, identificamos os seguintes tipos e respectivas quantidades: Relatos de pesquisa (18), Estudos teóricos (2), Revisão Crítica da Literatura (1), Resenha (1). Percebemos uma grande quantidade de trabalhos gerado mediante as pesquisas em campo. Concluimos por estes dados que a maioria das produções está relacionada às temáticas de gênero e consideramos significativas as produções referentes às pesquisas de campo, tendo em vista a importância do contato efetivo com as realidades, para formulações teórico-metodológicos adequados aos contextos rurais. Assim, entendemos que a Psicologia já efetivou sua entrada no debate sobre os processos do mundo rural.

Palavras-chave: Psicologia. Levantamento bibliográfico. Mundo rural.



ISSN 2237-0137

CULTURA AMAZÔNICA, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO: AS DIFERENTES DIMENSÕES DE UMA TOTALIDADE

Leandro dos Santos

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Bruno Miranda Braga

Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Neire Abreu Mota Porfiro

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Os aspectos importantes relacionados aos costumes e às atividades culturais dão coesão interna às centenas de territorialidades amazônicas, onde o papel da “identidade amazônica” pode ser entendido como a “cultura da floresta”, presente nos grandes centros urbanos, representados: por hábitos alimentares; expressões artísticas e musicais; relacionamento das pessoas com os rios, mitos; elementos culturais populares, regionais e locais; entre vários outros. Este artigo tem como práxis buscar resultados mediante a aplicabilidade de uma abordagem qualitativa, caracterizado pela revisão de literatura e revisão bibliográfica. Tem como objetivo principal refletir sobre a diversidade cultural amazônica e sua relação com o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável, bem como, sobre a necessidade de políticas públicas regionalizadas. Ainda no início do processo de colonização europeia, os povos amazônicos mantinham uma relação de uso das riquezas naturais como subsistência e como uso simbólico, mas sem objetivos comerciais. Esse *habitus* se manteve até que a colonização europeia inaugurasse uma nova motivação para



transformar a paisagem, que passou a atender às demandas econômicas e aos desejos culturais externos, além disso, com o aumento da população nativa e a extinção dos modos de vida mais simples, houve aumento da pressão antrópica sobre a paisagem como o todo, o que dificultou o restabelecimento dos processos ecológicos naturais. Diante da variedade cultural que compõe o espaço amazônico é possível identificar o caboclo amazônico e atentar para o fato de haver expressões artístico-culturais carregadas de signos e símbolos do cotidiano; mesmo sabendo que o processo histórico de ocupação da Amazônia sempre se deu de maneira precária, com povoações sendo instaladas seja por ordens religiosas, seja em função da exploração de metais preciosos ou para o extrativismo vegetal, mas sempre com o propósito de retirar da região o máximo no menor tempo possível. Gradativamente a identidade original do homem e os referenciais da vida anterior, foram sofrendo mudanças devido aos sucessivos e constantes choques culturais. Esse fato diz respeito ao viés cultural da sustentabilidade da região, porque uma nova identidade e uma nova forma de vida têm sido reconstruída hoje pelo homem da Amazônia, para que haja a possibilidade de harmonizar uma nova cultura com a conservação da natureza, os benefícios e o usufruto do progresso técnico e científico do mundo moderno. No entanto, o modelo de desenvolvimento econômico governamental posto em ação na região, ao considerá-la como um sistema natural homogêneo, ignora e menospreza a diversidade dos inúmeros ecossistemas amazônicos; através de políticas públicas que ideologizam o desenvolvimento sustentável como saída para a crise



ISSN 2237-0137

socioambiental, mas não o integram às políticas públicas como condição essencial, e quando fazem, isto fica limitado a alguns programas específicos dos setores e órgãos ambientais. Assim, somente uma articulação ético-política entre essas dimensões podem direcionar uma revolução social e cultural, reorientando a produção de bens materiais e imateriais, reconciliando o crescimento econômico com as formas de desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: elementos culturais, identidade amazônica, políticas públicas, desenvolvimento sustentável, crise socioambiental.



COMUNICAÇÕES ORAIS

EIXO VIII - FORMAÇÃO E ATUAÇÃO EM PSICOLOGIA



ENTRAVES POR TRÁS DE UM CAPUZ: UM RELATO CLÍNICO EM PSICOTERAPIA BREVE DE ORIENTAÇÃO ANALÍTICA COM FOCO EM *INSIGHTS*

Ana Paula Farias Ferreira

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Neffretier Cinthya Rebello André dos Santos Clasta

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

O presente relato foi desenvolvido ao longo do atendimento clínico realizado em estágio de conclusão de curso no Serviço de Psicologia Aplicada da Universidade Federal de Rondônia. Propõe-se apresentar o caso de um adolescente de 14 anos, com alto grau de isolamento, insegurança, ansiedade, dificuldades de estabelecer comunicação e conflitos no relacionamento com os pais. O adolescente utilizava recorrentemente uma jaqueta de capuz e afirmava que se sentia protegido ao usá-la. O método de trabalho consistiu em atendimentos semanais, com duração de seis meses, supervisionados em Psicoterapia Breve de Orientação Analítica predominantemente de *insights* com referencial teórico de Braier (1991). As técnicas empregadas ao longo do processo psicoterapêutico foram: contrato terapêutico, estabelecimento da relação terapêutica, elaboração da história clínica, avaliação e devolutiva diagnóstica-prognóstica, determinação das metas terapêuticas e devolutivas interpretativas. Os recursos terapêuticos foram: indicações, informações, orientações, provocações, confrontações, intervenções, apoio psicológico, técnica do espelho, do toque, desenho, dramatização, escrita de cartas e leitura de texto. Como resultados, obtivemos avanços quanto à



ISSN 2237-0137

diminuição da ansiedade diante de ambientes e pessoas desconhecidas, aumento da autoestima e segurança, ampliação do nível de reflexão, flexibilidade na inserção e atuação em novos grupos, fixação do olhar e investimento na qualidade do relacionamento com a mãe. Em contrapartida, houve também limitações no aprofundamento de outros aspectos de sua vida, em virtude da baixa motivação e comprometimento do próprio adolescente, tempo disponível e a conduta pouco colaborativa da mãe. Conclui-se que o processo terapêutico foi, em grande parte, efetivo quanto à queixa principal, promovendo ganhos e experiências significativas ao paciente. Sendo por fim, importante ressaltar que este processo proporcionou também contribuições para à atuação profissional do estagiário em formação.

Palavras-chave: Psicoterapia Breve. Adolescência. Dificuldade de comunicação.



PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO GRUPO COM DEMANDATÁRIOS EM UMA UNIDADE DE ACOLHIMENTO

Angélica de Souza Lima

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Lilian Caroline Urnau

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

A população em situação de rua é caracterizada por um grupo heterogêneo com características de pobreza extrema, vínculos afetivos rompidos e uso de espaços públicos como moradia e formas de sustento. Com isso os serviços de acolhimento surgem com a proposta de oferecer acesso a moradia e alimentação viabilizando a reinserção dessas pessoas na sociedade com as condições básicas de sobrevivência. Nessa perspectiva esse trabalho realizado por estudantes do décimo período do curso de psicologia da Universidade Federal de Rondônia no estágio de Psicologia Social, pretendeu desenvolver atividades dentro de uma unidade de acolhimento para pessoas em situação de rua no município de Porto Velho-RO, tendo como pressuposto compreender os sentidos que esses demandatários atribuem a esse processo de acolhimento e suas perspectivas de futuro. Foram desenvolvidos cinemas e grupos de discussão, sendo desses oito encontros com temáticas específicas, nos quais foram: drogas e redes de apoio, identidade, perspectivas de futuro, educação, trabalho, diversidade e dois saraus para expressões artísticas. Buscou-se nesses encontros oferecer espaços de fala e expressão, além de orientações acerca do funcionamento de serviços públicos do



município. Foi observar nas discussões à vontade em sair da condição de morar na rua, mas que, no entanto, as possibilidades existentes como reinserção no trabalho e escolarização não são acessíveis o que dificulta no processo fazendo com que muitos demandatários retornem para rua por falta de orientações ou assistência. Em geral foi visto que os espaços de fala dentro da instituição também são escassos sendo essa atividade de grupos a única porta vós das queixas e sentimentos dos participantes, as falas buscavam recontar a trajetória até a chegada da vivência na rua, no qual a maioria apresentou relatos históricos da própria vida marcados por situações de vulnerabilidade, violência, drogadição e doenças psicológicas. Quanto aos planos para o futuro pensando na saída da unidade, observou-se que a maioria apresenta uma expectativa fantasiosa, apontando retomar a vida com ideias distantes da realidade, tais como assumir trabalhos que demandam uma série de procedimentos não condizentes com a situação atual. Sobre os vínculos afetivos não houve relatos de reestabelecer contatos, a maioria apontou interesse em uma nova constituição familiar. Foi possível concluir nessa atividade que as políticas públicas no município ainda são deficitárias e que as possibilidades reais de reinserção dessas pessoas na sociedade necessitam ser pensadas para melhorias e ampliação, além disso a institucionalização da unidade não possibilita espaços de fala e expressão dos demandatários o que é uma desafio quando se pensa na condição de formação humana, processos de desenvolvimento e psicoeducação. Percebe-se que trabalhos nesse intuito são significativos para investigar e compreender as falhas presentes



nesses programas voltados a população de rua, assim como a promoção dos espaços em que se possa trabalhar as questões subjetivas.

Palavras-chave: Pessoa em situação de rua. Unidade de acolhimento. Psicologia social.



O DESAFIO DA PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL FRENTE AOS OBJETIVOS DAS EMPRESAS PÓS-MODERNAS: DO LUCRO À RESPONSABILIDADE ÉTICA

Bruno Mattos Leal

Faculdade de Educação e Meio Ambiente (FAEMA)

Karen de Lima Gomes

Faculdade de Educação e Meio Ambiente (FAEMA)

Gésica Borges Bergamini

Faculdade de Educação e Meio Ambiente (FAEMA)

A indústria cultural se produz e reproduz em cada indivíduo imerso nas sociedades do capital, sendo basilar no processo de subjetivação do sujeito; onde, para a sobrevivência, os indivíduos são educados para terem corpos dóceis, uma forma de domínio impregnado na cultura do homem civilizado, como vai ressaltar Foucault ao falar sobre os dispositivos de poder. A Psicologia Organizacional, grande aliada da Administração, tem seu papel central nesse processo de favorecer a formação de indivíduos orientados para a ética capitalista, onde seus corpos devem resistir os desejos primitivos e enfrentar a jornada de trabalho com tudo aquilo que a acompanha: tolerância de baixo salário, exploração da mão de obra, penalizações por não enquadramento da função, formalidade trabalhista, entre outros. **Objetivos:** Descrever e evidenciar os discursos teóricos da Psicologia Organizacional em torno da integração do indivíduo ao modelo produtivo; ressaltar o caráter ético da sua atuação. **Métodos:** Realizou-se uma revisão literária, através de um levantamento de artigos, teses e livros que envolvem a temática Psicologia Organizacional, lucro,



ISSN 2237-0137

capitalismo e princípios éticos. **Resultados e Discussão:** A Psicologia Organizacional, empoderada pelo discurso de formalidade, presente nas ciências modernas, se vê frente ao desafio entre a atuação profissional, as exigências do capitalismo e o respeito pela pessoa humana. É desafiante porque o psicólogo organizacional se vê pressionado, as vezes de maneira não tão evidente, a produzir ciência que eduque comportamentos agradáveis ao modelo de produção atual: onde as regras são ditadas pelo dono dos meios de produção, o empregador. Desta forma, o que define a saúde mental de um indivíduo na organização envolve o quanto não se queixa do modelo capitalista, de forma que esse se aliene ao trabalho e suas exigências. Tal prática pode ser observada nos perfis de pessoas desejadas pelas empresas para preencher vagas: saúde física e mental, boa experiência com empresas anteriores, inteligência e capacidades intelectuais e sociais, capacidade de competição, espírito de liderança, bem como outras não divulgadas como características fisiológicas, identidade sexual e de gênero. O profissional, por vezes, no momento de seleção, exclui do processo de seleção os “corpos não educados” e os devolve para a sociedade educar. Os indivíduos que não se adequam ao modelo exigido pelo mercado ficam à margem da sociedade, que os considera imorais, doentes, marginais, deficientes e pessoas sem compromisso social. **Conclusão:** O impasse entre sobrevivência e respeito pelas peculiaridades de cada pessoa atormentam as ciências organizacionais, que procuram como solução modelos de gestão alternativos, mais democráticos e voltados para a gestão de pessoas. Destes modelos surgem novas formas de gestão, com jornada de



trabalho flexível, maior tomada de decisão por parte do colaborador e divisão de responsabilidades.

Palavras-chave: Psicologia Organizacional. Capitalismo. Indústria Cultural.



ISSN 2237-0137

ESCUA PSICOLÓGICA NO ENFRENTAMENTO DO LUTO: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Edson da Costa Carvalho

Faculdades Integradas Aparício Carvalho (FIMCA)

Íris de Moura Ribeiro

Faculdades Integradas Aparício Carvalho (FIMCA)

Anne Emanuelle Cipriano da Silva

Faculdades Integradas Aparício Carvalho (FIMCA)

Morte e luto são fenômenos presentes na vida humana. O processo de luto pode ocorrer por qualquer perda, porém perder alguém que se ama implica em uma experiência emocional dolorosa e muitas vezes traumática. Este relato vem mostrar experiência na extensão acadêmica no Plantão de Escuta Psicológica, vivenciada pelos acadêmicos no atendimento à pessoa enlutada. O objetivo deste trabalho é discutir o atendimento à queixa de luto por meio da escuta psicológica na Abordagem Centrada na Pessoa (ACP) (Ceccon, 2017; Campos, 2006). Trata-se de clientes do gênero feminino com idade entre 50 a 60 anos, casadas, que apresentaram como queixa a não aceitação da morte de parentes próximos. Ambas não retornaram no segundo encontro, porém relataram ao final da sessão que se sentiam mais aliviada por compartilhar sua dor. Os atendimentos do plantão são supervisionados e discutido à luz da ACP, que utiliza como instrumentos nesta prática a escuta ativa, a consideração positiva incondicional, a compreensão empática e a promoção de um clima psicológico favorável (Rogers, 2012), a fim de favorecer o sujeito no acolhimento da sua dor no momento da urgência, visto ser essa uma



característica do plantão de escuta – que se diferencia do processo psicoterápico (Tassina et al., 2011). Os atendimentos são realizados em plantões, ofertados duas vezes na semana, no Serviço de Psicologia Aplicada da FIMCA (SPA/FIMCA) na cidade de Porto Velho-RO, no semestre de 2018.1. O luto pode ser normal ou patológico e apresentar-se num processo com fases, sendo que para cada pessoa ele terá uma intensidade diferente (Freitas, 2000). A escuta pode contribuir para a elaboração do luto tardio ou recente, uma vez que a ACP busca promover o crescimento e a tendência atualizante do ser humano. Os resultados são sinalizados ao final dos atendimentos realizados pelo sentimento de alívio e bem-estar relatados pelas clientes, havendo também a possibilidade de o sujeito, dependendo da demanda e dos seus processos, ser encaminhado para um acompanhamento psicológico no SPA/FIMCA. Conclui-se que a prática extensionista no plantão de escuta psicológica, oferece benefícios à clientela atendida e aos acadêmicos que desenvolvem o projeto, ampliando assim o preparo na formação profissional, na articulação entre teoria e prática, bem como a apropriação do compromisso social da Psicologia.

Palavras-chave: Plantão de escuta. Luto. Morte. Extensão acadêmica.



ISSN 2237-0137

FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA: UM ESTUDO A PARTIR DA VISÃO DOS PROFISSIONAIS INSCRITOS NO CRP 20 – SEÇÃO RONDÔNIA

Esthela Bianchini Hipólito da Silva

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Luís Alberto Lourenço de Matos

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Esta pesquisa faz parte do Projeto Matriz “Formação e Atuação do Profissional da Psicologia no Estado de Rondônia”. Existem vários estudos a respeito da formação do psicólogo no Brasil (Bastos; Gondim, 2010; Bardagi et al., 2008; Santos et al, 2014, Lisboa; Gonçalves, 2009) realizados a partir de uma perspectiva nacional ou regional. Com base na lacuna de informações sobre a situação particular dos psicólogos inscritos no CRP 20, seção Rondônia, que atuam no estado de Rondônia, esta pesquisa busca contribuir com o debate nacional sobre a realidade do processo formativo da Psicologia, especialmente agora que a categoria, por meio do Conselho Federal de Psicologia (CFP), da Associação Brasileira de Ensino e Psicologia (ABEP) e da Federação Nacional dos Psicólogos (FENAPSI) discutem a revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação em Psicologia. O objetivo deste estudo foi realizar um levantamento do perfil sociodemográfico dos psicólogos que atuam no estado de Rondônia, bem como analisar a formação do profissional da Psicologia que atua no estado de Rondônia. Trata-se de uma pesquisa exploratória-descritiva e descritiva, de abordagem quantitativa. Foi utilizado, como instrumento de coleta de dados, um



ISSN 2237-0137

questionário disponibilizado na plataforma JotForm contendo perguntas fechadas e abertas sobre as características sociodemográficas e a formação acadêmica. Por intermédio do CRP-20, seção Rondônia, foi enviado, via endereço eletrônico, aos profissionais inscritos no mesmo, sendo que destes 120 responderam. Os resultados demonstraram que a maioria é do gênero feminino (73,3%), da cor branca (47,50%), com idade entre 20 e 30 anos (44,16%). Sobre a formação dos psicólogos, a maioria graduou-se em Rondônia (75,83), sendo Porto Velho o maior centro formador (40%). As instituições privadas de ensino superior são responsáveis por (65%) das formações. Apontaram como maior lacuna na formação problemas relacionados à matriz curricular (62,50%). Um total de 89,17% cursou ou está cursando especialização, 25,83% participaram ou estão participando de algum programa de pós-graduação *Stricto sensu*. Esses resultados apontam a importância do conhecimento sobre a formação profissional do psicólogo para que, a partir daí, se possa refletir sobre os desafios da formação em Psicologia no estado de Rondônia e no Brasil.

Palavras-chave: Psicologia. Formação em psicologia. Ensino de psicologia.



ISSN 2237-0137

PROTOCOLO DO DIAGNÓSTICO DA DEPRESSÃO EM ADULTO (PDDA): UMA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA EM SAÚDE MENTAL

Fagner Alfredo Ardisson Cirino Campos
Governador do Estado do Acre

Fabio Biasotto Feitosa
Universidade Federal de Rondônia

Introdução: Um protocolo de diagnóstico da depressão deve favorecer a identificação da depressão por meio do reconhecimento da sintomatologia depressiva pelos profissionais da saúde. Assim, percebe-se a importância para a saúde pública brasileira em ter um protocolo de diagnóstico da depressão, fundamentado em critérios internacionais, que possa proporcionar o diagnóstico da depressão de maneira efetiva. Para tanto, o Protocolo de Diagnóstico da Depressão em Adulto é uma tecnologia leve-dura por ser um conhecimento sistemático, estruturado e aplicado no contexto da saúde. **Objetivos:** Apresentar o Protocolo de Diagnóstico da Depressão em Adulto (PDDA). **Método:** Para a construção do PDDA foi utilizada a pesquisa participante como método de pesquisa. O presente estudo foi realizado no ano de 2013-2015, em um Centro de Atenção Psicossocial, na capital de Rondônia. Integraram-se à pesquisa, como participantes, os pesquisadores (os autores deste trabalho) e a equipe de um CAPS: 03 psicólogas, 01 enfermeiro e 01 assistente social; os quais contribuíram como juízes, avaliando e aprimorando o PDDA mediante sugestões, críticas e novas ideias. A coleta de dados somente iniciou após obtenção de parecer favorável pelo Comitê de Ética em



Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Rondônia, e ocorreu no mês de março a outubro de 2014. Na construção do protocolo foi usado como referencial teórico as descrições clínicas da CID-10.

Resultados: Estruturalmente, o PDDA é composto por 4 partes, (1) sintomas principais e acessórios, (2) depressão não recorrente, que equivale ao primeiro diagnóstico, e depressão recorrente, que é mais duradoura e com diagnóstico anterior, (3) depressão crônica, muito persistente, e (4) depressão de curta duração. A primeira parte traz a sintomatologia depressiva. Esta possui os três sintomas fundamentais: humor ou tristeza persiste, fadigabilidade aumentada e perda de interesse e prazer. E oito sintomas acessórios: apetite diminuído, atividade diminuída, autoestima e autoconfiança reduzidas, concentração e atenção reduzidas, sentimentos de culpa e inutilidade, pensamentos suicidas, sono perturbado, visões desoladas e pessimistas do futuro. A segunda parte apresenta a depressão não recorrente e recorrente. Estas são leve, moderada, grave, psicótica, outros episódios depressivos, atípica, secundária, bipolar e pós-parto. A terceira parte apresenta depressões crônicas, como a distímia, ciclotímia, outros transtornos persistentes do humor (específicos ou não). A quarta parte apresenta outro transtorno persistente do humor, que são episódios depressivos de curso rápido. De acordo com a validação piloto do PDDA pela equipe técnica de saúde mental, o mesmo demonstrou ser operativo, aplicável ao serviço de saúde mental ou saúde, facilitador no diagnóstico da depressão; e que pode melhorar o atendimento em saúde mental.

Conclusão: Portanto, o PDDA mostrou ser um instrumento que poderá contribuir com a saúde pública por facilitar o diagnóstico por meio de uma tecnologia



ISSN 2237-0137

leve-dura, de baixo custo, operativa e de fácil uso. Em especial por permitir o diagnóstico da depressão por qualquer membro da equipe de saúde.

Palavras-chave: Depressão, Protocolos, Saúde.



ISSN 2237-0137

CLÍNICA EM PSICODINÂMICA DO TRABALHO COM POLICIAIS DA FORÇA TÁTICA

Hanna Izabel Ferreira Marçal

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Vanderléia de L. Dal Castel Schindwein

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Mariana Oliveira da Silva

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Edcarlos Alfaia Galeno Barbosa

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Introdução: A Psicodinâmica do Trabalho (PdT) tem como foco a análise da organização do trabalho e a subjetividade de forma compartilhada, observando a interação dos sujeitos em seu ambiente laboral, ou seja, não analisa apenas o indivíduo, mas sim todo o contexto de trabalho. A clínica do trabalho embasada na PdT visa a mobilização subjetiva dos trabalhadores por meio de um método clínico, onde um especialista convoca voluntários para discutir sobre as intempéries da organização do trabalho, provocando assim uma reflexão e ressignificação do seu trabalhar. **Objetivos:** O objetivo desse estudo é analisar as vivências de prazer e/ou sofrimento do grupo Força Tática da Polícia Militar do município de Porto Velho, através da clínica do trabalho Djouriana. **Método:** Após parecer favorável da Comissão de Ética em Pesquisa (CEP), realizou-se três sessões de clínica do trabalho com o grupo de policiais da Força Tática a fim de levantar, por meio da verbalização dos mesmos, os aspectos relevantes sobre a sua organização do trabalho que reverberam em



ISSN 2237-0137

prazer e/ou sofrimento. Os sujeitos que concordaram em participar do estudo, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) em duas vias. **Resultados:** Percebe-se que a palavra sofrimento gera um certo desconforto, a ponto de haver negação sobre as situações que suscitam constrangimento. Já o prazer pode ser analisado a partir dos relatos onde os policiais expõem que o ato de prender um meliante provoca um sentimento de dever cumprido, fazendo-os pensar que fizeram um bem para a sociedade. **Conclusão:** AForça Tática é um grupo que age para reprimir o crime e caracteriza-se principalmente por ser composta de policiais que se voluntariam a participar da equipe, adotando uma postura rígida e seguindo com rigor os princípios basilares dos Policiais Militares (hierarquia e disciplina), possuem aptidões como coragem, capacidade de adaptação, tolerância às frustrações, reação à imprevisibilidade, além da disponibilidade de 24 horas. O trabalho deste grupo está inserido em uma organização do trabalho rígida e complexa, sendo assim observou-se que o poder de mobilizar-se através de uma reflexão coletiva encontra-se limitado, pelo estabelecimento de estratégias de defesa que banalizam as condições de trabalho no batalhão.

Palavras-chave: Clínica do trabalho; Mobilização subjetiva; Saúde mental do trabalhador.



ISSN 2237-0137

DA MORTE AO LUTO E REPARAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO EM PSICOTERAPIA BREVE DE ORIENTAÇÃO ANALÍTICA

Janaína Gianne Araújo de Medeiros

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Nefrettier Cinthya Rebello André dos Santos Clasta

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

A experiência do luto pode causar grande sofrimento a quem a vivencia e se tornar mais intensa quando a morte do ente querido evidencia outras perdas ao longo da vida. O presente trabalho tem por objetivo apresentar o caso clínico de uma paciente de 61 anos que procurou o Serviço de Psicologia Aplicada com a queixa de luto pela morte de sua mãe e sofrimento pela perda gradativa da visão. O método de trabalho consistiu em atendimentos clínicos semanais, com duração total de cinco meses, supervisionados em Psicoterapia Breve de Orientação Analítica predominantemente de *insight*, com referencial teórico de Braier (1991). A planificação do tratamento envolveu entrevistas preliminares, nas quais avaliaram-se a história clínica, diagnóstico nosográfico-dinâmico, grupo familiar, funções egoicas, relações objetais, controle de impulsos, tolerância à ansiedade e à frustração, mecanismos de defesa, regulação da autoestima, potência e plasticidade do ego, grau de motivação para o tratamento, atitudes para o *insight*, determinação do foco, pontos de urgência, dentre outros aspectos. Fez-se uso dos instrumentos Mini Exame do Estado Mental (MEEM), Questionário de Qualidade de Vida (SF-36), uma adaptação da Escala Hamilton para avaliação de Ansiedade e Depressão (HAD), Inventário de Beck para Ansiedade (BAI) e



ISSN 2237-0137

Inventário de Beck para Depressão (BDI). No decurso da psicoterapia foram analisados junto a paciente os avanços obtidos com o tratamento. Na avaliação diagnóstica identificou-se que a morte da mãe e a perda gradativa da visão foram os conteúdos manifestos pela paciente, no entanto, aprofundando as análises clínicas do caso constatou-se que tais experiências mobilizaram conteúdos latentes fazendo emergir o luto não elaborado de outras perdas vividas no decorrer da sua história, neste caso, a perda de um grande amor e um aborto fruto de um relacionamento interditado. Verifica-se, ao final dos atendimentos, os seguintes resultados: a resignificação das perdas vividas pela paciente; alta produção de *insights*; diminuição da tristeza; melhora da sua autoestima; maior aceitação e melhor adaptação às suas limitações físicas, dentre estas a visual; aumento da sua autopercepção e autonomia; maior cuidado com a própria saúde e maior disposição e abertura a novas experiências. Conclui-se que o processo psicoterapêutico contribuiu para a diminuição do sofrimento referente ao luto e a promoção de resignificações quanto as perdas, além do desenvolvimento de estratégias adaptativas quanto à perda progressiva da visão.

Palavras-chave: Psicoterapia Breve. Morte. Luto. Reparação.



PALAVRAS GUARDADAS: UM CASO CLÍNICO EM PSICOTERAPIA BREVE DE UM PACIENTE COM DIFICULDADES DE DIÁLOGO

Janaína Gianne Araújo de Medeiros
Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Nefrettier Cinthya Rebelo André dos Santos Clasta
Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

O presente resumo propõe-se a apresentar o caso clínico de um idoso de 67 anos que buscou o Serviço de Psicologia Aplicada queixando-se do sofrimento decorrente de dificuldade de comunicação em diversos contextos de vida, principalmente em seu casamento. De um lado, o paciente queixou-se do modo como as pessoas se comunicam, faltando com a objetividade, o que lhe provoca grande irritabilidade e por outro, de conseguir se expressar bem, tomando ora reações agressivas, ora calando-se totalmente. Ele silenciou-se diante da esposa por dez anos a fim de evitar conflitos e tal problemática lhe trouxe uma grande tristeza. O estudo desenvolveu-se a partir de atendimentos realizados durante o período de estágio de conclusão do curso de Psicologia em clínica-escola com o objetivo de apresentar recursos utilizados e resultados obtidos no processo psicoterapêutico. O método de trabalho consistiu em práticas supervisionadas em Psicoterapia Breve de Orientação Analítica predominantemente de *insight*, com sessões semanais durante seis meses. Utilizaram-se nos atendimentos os instrumentos de avaliação Casa-Árvore-Pessoa (HTP), uma adaptação da Escala Hamilton para avaliação de Ansiedade e Depressão (HAD), Inventário de Beck para Ansiedade



ISSN 2237-0137

(BAI) e Inventário de Beck para Depressão (BDI). Fizeram parte dos recursos terapêuticos técnicas dramáticas, uso do espelho, escrita de cartas e textos de apoio. No decurso das sessões foram avaliados junto ao paciente os resultados da psicoterapia e suas impressões acerca do atendimento. No decorrer dos atendimentos foram produzidos *insights* onde emergiram conteúdos infantis da sua dificuldade de comunicação e temperamento, relacionadas à criação dada por um pai autoritário em um lar onde não era possível ao paciente ter vez de fala, e que o levaram a ter condutas passivo-agressivas. Compreendendo melhor a problemática, foram utilizadas técnicas psicoterapêuticas visando ampliar a capacidade de diálogo do paciente em diversos contextos, prioritariamente em relação a esposa, a quem ele referia durante a maior parte do tratamento. No processo, o paciente percebeu as próprias resistências e dada a sua motivação conseguiu superá-las para avançar na melhoria da comunicação. Verificaram-se como resultados da psicoterapia, o aumento na capacidade de auto-observação do paciente, *insights*, percepção das próprias resistências, diminuição do seu sentimento de angústia, melhora do humor e da capacidade de comunicação, principalmente em relação ao cônjuge, avanços quanto à saúde sexual do casal e modificações favoráveis em outras relações interpessoais. Conclui-se que o processo psicoterapêutico proporcionou melhora na comunicação do paciente, aumento da sua autoestima, dentre outros ganhos em sua qualidade de vida. A prática em PB contribuiu também, para a formação acadêmica e profissional da estagiária, na medida em que amplia e aprofunda as análises, elaboradas ao longo



dos atendimentos e das supervisões, a respeito da comunicação humana e suas implicações psicológicas para o indivíduo.

Palavras-chave: psicoterapia breve de orientação analítica; clínica-escola; comunicação.



MINDFULNESS APLICADA A DOR CRÔNICA

Láís Regina de Souza Neves

Faculdade de Educação e Meio Ambiente (FAEMA)

Victor Hugo Coelho Rocha

Faculdade de Educação e Meio Ambiente (FAEMA)

Gésica Borges Bergamini

Faculdade de Educação e Meio Ambiente (FAEMA)

Algumas patologias apresentam em seus acometidos dores em diferentes partes do corpo e algumas dessas dores são constantes e intensas em grau e tempo, levando esses pacientes a contínuo uso de fármacos para atenuação da dor. Dentre as muitas alternativas procuradas, destaca-se o mindfulness (atenção plena), uma técnica de meditação voltada para o aqui-agora, que consiste em não julgar os pensamentos que lhe vem a mente, tornando-se consciente do momento presente. Mindfulness possui resultados consideráveis para alívio de dor crônica e outros sintomas psicossomáticos como estresse e ansiedade. **Objetivo:** Apresentar os resultados da aplicação de mindfulness em um caso de dor crônica, ocasionada por artrose decorrente de uma Hanseníase Neural Pura, mostrando como o mindfulness é uma alternativa eficaz, cientificamente comprovada e testada, apresentando resultados moderados quanto a diminuição das dores de pacientes de câncer, fibromialgia e outros. **Método:** Para embasamento e fundamentação do presente trabalho e do relato do estudo de caso, realizou-se uma pesquisa bibliográfica com a finalidade de conhecer os resultados de mindfulness aplicado à dor crônica e os demais benefícios que a técnica originalmente oriental



proporciona. **Resultado e Discussão:** A dor crônica tira do paciente toda a sua qualidade de vida, pois em decorrência desta, este passa a ter insônias, estresse e ansiedade. Todo o seu bem-estar é comprometido pelas dores que comorbidamente acarretam sintomas psicossomáticos que atrapalham não só a vida social, mas também o seu olhar de si mesmo. **Conclusão:** O mindfulness contribui para a melhora deste aspecto por ser contemplativa do presente, reduzindo o afincamento para com as sensações corpóreas. É “normal” em uma sociedade que prega a rapidez, a vivência dividida exclusivamente entre o passado e o futuro. Ambos os tempos, se revividos e apegados demasiadamente podem provocar depressão e ansiedade, afinal, apegar-se a algo que já passou e a algo que não se pode ter certeza. Estar vivenciando plena e conscientemente o momento presente contribui para a diminuição da percepção que se tem da dor, reduzindo também os sintomas resultantes da mesma.

Palavras-chave: Mindfulness. Dor crônica. Intervenção.



POSSÍVEIS INTERVENÇÕES DO PROFISSIONAL DE PSICOLOGIA A MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Letícia Pinto da Silva

Instituto Esperança de Ensino Superior

Isabela Silva de Vasconcelos

Instituto Esperança de Ensino Superior

Augusto César Doroteu de Vasconcelos

Instituto Esperança de Ensino Superior

A violência doméstica contra mulher é um fenômeno que causa consequências graves ao seu desenvolvimento físico, emocional e psicológico, prejudicando o bem-estar e a integridade, dentro e/ou fora de casa, com implicações ao exercício pleno da cidadania e dos direitos humanos. A presente pesquisa teve como objetivo geral identificar as possíveis intervenções do psicólogo a mulheres em situação de violência doméstica. Destaca-se que essa pesquisa se trata de um levantamento bibliográfico no qual foram analisados livros de referência e artigos científicos publicados nas plataformas da Scielo e da BVSpSi. Dentro dos resultados alcançados pode-se constatar que a violência traz consequências devastadoras a nível emocional em suas vítimas, levando a uma desestruturação psíquica. Manifestações de sintomas depressivos, seguidos de ansiedade e de obsessões são comuns em mais da metade dessas vítimas de violência conjugal. Essas mulheres trazem relatos sobre ideação e tentativas de suicídio, cujo principal motivo são os maus tratos conjugais sofridos. Em relação à intervenção profissional, o psicólogo primeiramente deverá



ISSN 2237-0137

criar um vínculo terapêutico com a vítima, fazendo com que ela se sinta segura. Outra finalidade do atendimento psicológico às vítimas é fazer com que elas readquirem sua autoestima, seus desejos e vontades. Para alcançar tais metas aponta-se como estratégia a escuta ativa, quando aplicada o psicólogo pode fazer intervenções inesperadas, proporcionando a essas mulheres desenvolver a compreensão de suas experiências ao verbalizá-las. É importante mencionar que a psicologia tem como papel fundamental o acolhimento em qualquer situação de vulnerabilidade, tendo que enfrentar; contudo, grandes desafios durante suas intervenções. O primeiro deles no atendimento às mulheres em situação de violência está relacionado à falta de capacitação profissional. Outro grave entrave é a banalização da violência pelos próprios profissionais, pelas instituições e pelas/os usuárias/os, que resultam com frequência na invisibilidade dos serviços. Por fim, foi possível concluir que o fenômeno da violência doméstica causa patologias nos âmbitos psicológicos e sociais e que é de extrema importância à intervenção do profissional de psicologia a fim de oferecer a vítima acolhimento e auxílio na tentativa de reduzir os riscos e promover resiliência.

Palavras-chave: Profissional de Psicologia; Mulher; Violência Doméstica;



TREINAMENTO DE HABILIDADES SOCIAIS COMO FERRAMENTA EM ATENDIMENTO DE UMA CRIANÇA DIAGNOSTICADA COM TRANSTORNO DE CONDUTA

Leticia Santana da Silva

Faculdade de Educação e Meio Ambiente (FAEMA)

Amanda Maiara dos Santos Ferreira

Faculdade de Educação e Meio Ambiente (FAEMA)

Gésica Borges Bergamini

Faculdade de Educação e Meio Ambiente (FAEMA)

As habilidades sociais são desenvolvidas na infância, período considerado de grande dinamismo para aprendizagem, por isso entende-se que é de suma importância trabalhar os déficits comportamentais sociais.  possível encontrar baixas no desempenho das habilidades sociais resultante de problemas de comportamento, ausências de recompensas gratificantes e conflitos familiares. Além disso, é possível encontrar baixas nas habilidades sociais quando existe o repertório no sujeito, mas não existe a facilidade para desempenhar bons comportamentos no ambiente social. Quando a carência de habilidades sociais  grave, as relações sociais do sujeito podem se tornar muito limitadas e conflitantes, prejudicando o ambiente que o sujeito está inserido e especialmente o bem-estar psicológico. Dessa maneira, as habilidades sociais se referem aos diferentes comportamentos que um indivíduo possui e que favorecem a uma boa relação interpessoal, assim como a capacidade de combinar os pensamentos e os sentimentos, trazendo resultados positivos para o sujeito e as pessoas que o cercam. Objetivos: Relatar como foi



ISSN 2237-0137

realizado o processo de avaliação, assim como os protocolos utilizados para o ensino de habilidade sociais para promover o desenvolvimento comportamental satisfatório. **Métodos:** Através de um estudo de caso clínico proporcionado pela vivência multidisciplinar no Projeto de Extensão de Fisioterapia e Psicologia em Neuropsicologia, o presente estudo avaliou os resultados encontrados na intervenção realizada com uma criança de 12 anos caminhada por um neuropediatra sob a suspeita de Transtorno de Conduta. Utilizou-se como instrumento para coleta de dados: Anamnese sociodemográfico, escolar e do desenvolvimento, Teste Messulam de Cancelamento de Símbolos e Letras, Teste de Cancelamento de Sinos, Teste Trilhas parte A e B, Digit Span, Recordação de estórias de Luria, Escala de Gravidade de Sintomas de TDAH (Autoavaliação), Lista de Palavras (RALVT) e Teste de reconhecimento de emoções e condutas assertivas. Para a intervenção foi elaborado um protocolo de acordo com a demanda totalizando 15 atendimentos. **Resultados e Discussão:** Verificou-se que os ensinamentos das habilidades sociais serviram como estimuladores para a mudança de repertório comportamental do sujeito. Apesar de haver variantes na intervenção, como escola e família, o indivíduo se mostrou mais confiante nas decisões, reconhecendo maiores diversidades de expressões sentimentais e tomadas de decisões. Sem dúvidas, para que continue com êxito, é necessário que a família contribua de maneira eficaz, e que a escola esteja disposta para acolher e intervir. **Conclusão:** O treinamento de habilidades sociais para a vida depende de fatores que são construídas ao longo do tempo, começando pela



ISSN 2237-0137

infância até a fase adulta. Desta maneira, as habilidades sociais ensinadas a partir do essencial, como reconhecimento dos sentimentos, que acabam servindo de base, funcionam como um mobilizador para comportamentos adaptativos, desde que sejam trabalhados da maneira correta, com auxílio da família e escola.

Palavras-chave: Habilidades sociais. Transtorno de conduta. Criança.



ESTRESSE EM ACADÊMICOS DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA: REFLEXÃO ACERCA DAS DIFICULDADES NAS RELAÇÕES INTERPESSOAIS

Lua Claro Melo Fernandes

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Fernanda Ramires de Arruda

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Fábio Biasotto Feitosa

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

A Universidade é considerada um momento de transição importante da juventude para a vida adulta, marcado por vivências relacionadas ao crescimento acadêmico, profissional e pessoal que constituem e direcionam a experiência dos estudantes no período da graduação. No desenrolar do processo formativo, enfrentam-se diversos cenários possivelmente geradores de estresse, sendo um grande desafio posto aos acadêmicos conduzi-los cotidianamente. Os cursos da área da saúde recebem um olhar especial quanto ao adoecimento psíquico dos acadêmicos devido à grande necessidade de dedicação e compromisso por parte dos graduandos. Sob o lócus da teoria de Lazarus e Folkman, buscou-se compreender as situações potencialmente estressoras no meio acadêmico, visando apreender os fenômenos que se dão dentro dos espaços físicos e simbólicos da Universidade Federal de Rondônia. Na presente pesquisa, utilizou-se a abordagem qualitativa como norteadora do processo, por intermédio do método descritivo e do estudo de levantamento. Enquanto recurso



ISSN 2237-0137

metodológico fruiu-se de entrevistas semiestruturadas e do formulário sociodemográfico para fazer a interlocução com 10 estudantes do curso de Psicologia. A partir da análise de conteúdo de Bardin, constatou-se a forte presença de conflitos nas relações interpessoais entre os estudantes de Psicologia, sendo esta a situação potencialmente estressora mais recorrente nos relatos. De forma surpreendente, os acadêmicos encontram estranhamento naqueles que convivem diariamente, compartilham a caminhada profissional e enfrentam desafios semelhantes para permanecer no espaço universitário. É importante analisar essa contradição do fator estressor com a inserção em um curso onde a compreensão do outro é essencial. Nesse sentido, cabe questionar os possíveis porquês do fenômeno apresentado e arriscar atribuições as causas, tais quais o árduo desafio de mergulhar no estudo da subjetividade humana e o trabalho de intenso autoconhecimento nesse processo, bem como a singularidade de cada estudante e sua percepção das vivências no ambiente acadêmico. Todos esses fatores são agravados pelo o convívio diário transpassado por uma relação intensa e indissociável de proximidade e, também, pelo espírito de competitividade e produtividade que se aflora no meio universitário. A pesquisa apresenta a emergência de um estudo aprofundado quanto às origens das problemáticas explicitadas, possibilitando constituir um processo formativo saudável para a mente e as relações dos indivíduos e profissionais em desenvolvimento.

Palavras-chave: estresse em acadêmicos, formação em psicologia, relações interpessoais.



ISSN 2237-0137

O PROSTITUIR E O PROSTITUIR-SE: A PROFISSIONAL DO SEXO E A PERDA DA IDENTIDADE NAS RELAÇÕES SOCIAIS AFETIVAS

Maiane Pereira Leonardelli

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Neffretier Cinthya Rebello Andre Dos Santos Clasta

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

O presente trabalho trata-se de um estudo de caso elaborado a partir do estágio em Psicoterapia Breve no curso de Psicologia na Universidade Federal de Rondônia UNIR. O sujeito de estudo recebendo o nome fictício de Lua, é uma jovem de 28 anos, cuja profissão é profissional do sexo. Atualmente, encontra-se casada e, por conta disso, desempregada, não atuando no mercado da prostituição. De acordo com Guimarães e Bruns (2010) grande parte dos profissionais do sexo constroem sua identidade por meio da vivência no mercado do sexo, obtendo também algum tipo de prazer e ganhos nestas experiências dando significados para aqueles que vivem nesse universo. Assim, é possível que a dualidade pessoa social e pessoa fantasia tenha prejuízos caso não separados, podendo haver a perda identidade em meio suas relações sociais e afetivas. O intuito deste trabalho é analisar a perda da identidade nas relações sociais afetivas e sua ligação com a prostituição; entender a prostituição de relações sociais e sua relação com o prostituir do corpo. A abordagem utilizada nos atendimentos foi analítica, voltada para os métodos da Psicoterapia Breve com foco em *insights*. As técnicas empregadas foram voltadas para reflexão e autopercepção, fazendo uso de *insights*, espelho, escrita, respiração, anamnese, confrontação, teste projetivo



ISSN 2237-0137

(HTP). Após seis meses de atendimento, a paciente conseguiu compreender o quanto suas relações sociais afetivas estavam interligadas à prostituição e como a construção de sua identidade estava atrelada a essa atividade. Essa relação se desenvolveu ainda na infância quando a avó deseja e estimula que ela se prostitua para conseguir dinheiro e sua mãe, usufrui dos ganhos econômicos de sua atividade. Dessa forma, introjetou o conceito de si e de seu valor pessoal atrelado aos ganhos e conquistas no campo da prostituição. Somado a isso, ainda há a história de seu relacionamento com seu esposo, tendo em vista que ele a conheceu como prostituta e segue chamando-a pelo nome profissional. Diante dessas percepções, a paciente pôde entender os conflitos que enfrentava e empreender as ressignificações dessa relação. Como resultados do processo psicoterápico, Lua empreendeu a busca por uma outra atividade profissional objetivando autonomia financeira e econômica do marido e compreendeu que como pessoa seu valor está para além dos ganhos materiais que possa obter, seja como profissional do sexo ou qualquer outra profissão e que isso se estende nas relações de forma geral. Sua identidade estruturada a partir da prática de prostituição era projetada de forma simbólica nas relações e por isso não conseguindo estabelecer a diferença entre Lua e a garota de programa. Ao término dos atendimentos foi realizado encaminhamentos indicando a importância de continuar com a psicoterapia, a fim de trabalhar de forma mais profunda as demandas que apareceram durante os atendimentos.

Palavras-chave: Prostituição. Psicoterapia Breve. Relato de experiência.



ISSN 2237-0137

ATIVIDADE LÚDICA: UMA INTERVENÇÃO ESCOLAR

Marina Vasconcellos de Oliveira

Faculdades Associadas de Ariquemes (FAAr)

Edson Rodrigues da Silva

Faculdades Associadas de Ariquemes (FAAr)

Larissa de Jesus Silva

Faculdades Associadas de Ariquemes (FAAr)

A Psicologia Escolar sofre uma série de questionamentos em relação a sua atuação, os funcionários do ambiente educacional frequentemente têm a crença que o psicólogo escolar tem como função envolver-se e solucionar todos os problemas relacionados aos discentes, como os comportamentais, de aprendizagem e cognição e de modo geral, que o procedimento basilar nessa área seja a realização de um trabalho clínico no âmbito escolar. Considerando que momentos recreativos no ambiente escolar podem proporcionar às crianças descontração, atividades saudáveis e promova a interação em grupo, trabalhando a dificuldade de algumas das crianças de se integrarem, seja pela habilidade social pouco desenvolvida ou pelo prejuízo psicossocial trazido pela dificuldade de aprendizagem, este trabalho, que teve como objetivo realizar um levantamento das demandas de uma escola pública em Ariquemes-RO para que fosse feita uma intervenção que abrangesse uma delas e identificou defasagem no desenvolvimento de atividades lúdicas para alunos da educação infantil e ensino fundamental de 1º a 5º ano. Um projeto realizado com base na observação durante Estágio Básico I, foi feito juntamente com a contribuição da equipe escolar, tendo como finalidade a



ISSN 2237-0137

implementação de atividade lúdica no cronograma da escola. Para a melhor adequação das brincadeiras a estrutura física da instituição foi avaliada e mostrou-se pouco favorável, apresentando um espaço sem quadra esportiva, telhado avariado e pátio pequeno. Apesar da infraestrutura não conveniente, o resultado da intervenção demonstrou-se positiva. Notou-se a importância de trabalhar este tema por parte dos funcionários da instituição, e que o nível de agressividade das crianças baixou no período recreativo que antes era um momento que abarcava brincadeiras de correr e brigas. Conclui-se então que através do brincar a criança poderá desenvolver sua esfera cognitiva, deixando de usar apenas a visual e começando a pensar e elaborar suas ações perante uma brincadeira que será realizada por ela.

Palavras-chave: Psicologia; escolar; lúdica; criança.



ISSN 2237-0137

RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM PSICOLOGIA JURÍDICA

Milca Isabelle Santos Carvalho

Instituto Luterano de Ensino Superior de Porto Velho – ULBRA

Este trabalho objetiva comunicar a experiência de um estágio extracurricular no Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia no ano de 2018. A experiência de estar em campo auxilia não só na compreensão e assimilação teórica e prática, mas também a ampliar o entendimento das dificuldades e possibilidades do local onde se está inserido. O início do estágio deu-se a partir da aprovação no processo seletivo promovido pela instituição. A lotação foi para o Núcleo Psicossocial (NUPSI) do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher, onde, a equipe é formada por Assistentes Sociais, Psicólogos, Estagiários e Técnico Judiciário. Quanto a prática no campo judiciário, entende-se que é uma atuação que requer um olhar interdisciplinar, e o lugar que o estagiário assume é também validado nesta troca de saberes e comunicação. No que diz respeito a atuação da equipe, foi possível perceber a importância do diálogo não só entre os saberes, mas entre os próprios profissionais em suas particularidades, dificuldades, habilidades e até mesmo no compartilhamento do aprimoramento técnico. A grande demanda de atendimento foi destacada como desafio, sendo que o público que utiliza dos serviços promovidos pelo NUPSI é extenso, além das demandas próprias do juizado. Quanto às atividades promovidas pelo setor em questão, destacam-se a promoção do Grupo de Reflexão aos sujeitos que cometeram agressão contra a mulher, o atendimento as mulheres que solicitaram medidas protetivas de Urgência, e os estudos psicossocial, psicológico e social solicitados pelo Juiz a fim de auxiliar na compreensão e decisão dos casos em juízo. As percepções quanto ao funcionamento da prática Psicológica no âmbito judiciário



ISSN 2237-0137

referem-se à necessidade do profissional estar habilitado teórico e tecnicamente para desenvolver um trabalho coerente e humanizado tanto com o campo como com os sujeitos envolvidos, bem como estar ciente da necessidade do trabalho interdisciplinar e de sua importância para uma atuação ética e correspondente com a ciência psicológica. Quanto às práticas e as atividades desenvolvidas pela equipe, foi identificado a coesão e humanização quanto as formas de acolhimento e atendimento ao público, sendo eles vítima ou acusado no processo judicial. A psicologia Jurídica através do trabalho interdisciplinar possibilita a articulação entre os saberes e interesses jurídicos, o diálogo entre o serviço social e o reconhecimento do sujeito enquanto sujeito de direito com suas características subjetiva e singulares.

Palavras-chave: Interdisciplinaridade. Psicologia Jurídica. Formação em Psicologia.



FORMAÇÃO DO PSICÓLOGO NO BRASIL: MARCOS REGULATÓRIOS

Mirian Rocha de Almeida

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Luís Alberto Lourenço de Matos

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

No Brasil, praticamente desde a criação dos primeiros cursos de Psicologia e a instituição da mesma como profissão, a qualidade da formação e atuação na área da Psicologia têm sido objetos de estudos e de grandes debates. De acordo com este contexto, as perguntas norteadoras da presente pesquisa foram as seguintes: Quais os marcos regulatórios da profissão de psicólogo no Brasil e em quais contextos esses documentos foram elaborados? Nesta perspectiva, o objetivo da presente pesquisa é analisar os marcos regulatórios da formação do psicólogo no Brasil a partir dos documentos que regulam o curso de Psicologia no Brasil e que levaram à consolidação da Psicologia como ciência e profissão ao longo de sua trajetória histórica. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica exploratório-descritiva, de abordagem qualitativa, realizada com base em levantamento de documentos e publicações científicas a respeito dos marcos regulatórios da formação do psicólogo no Brasil. É importante assinalar que vários documentos anteriores a 1962, ano da regulamentação da profissão foram encontrados, mas não foram analisados, pois o período inicial delimitado se deu a partir de 1962 (regulamentação da profissão de psicólogo no Brasil) até os dias atuais. A discussão a respeito dos documentos foi realizada a partir do diálogo entre as contribuições de



ISSN 2237-0137

vários autores, sobretudo Bernardes (2012, 2004), Cury e Neto (2014), Ferreira-Neto (2010), Baptista (2010), Lisboa e Barbosa (2009), Mancebo (1999a, 1999b). A análise dos marcos regulatórios da formação em Psicologia revela muitas contradições, muitas disputas entre grupos antagônicos e a oscilação entre uma visão mais tecnicista para atender às demandas do mercado e a função social do trabalho psicológico frente às exigências da realidade brasileira, pautada numa reflexão crítica e numa atuação ética que possibilite pensar no que pode ser feito para superar os problemas que se apresentam. A história da regulamentação da profissão de psicólogo no Brasil, sobretudo num período de tantos questionamentos por parte da categoria a respeito da sua formação e de sua atuação profissional, precisa ser conhecida para que se possa compreender não só os antecedentes da regulamentação da profissão, bem como os demais marcos regulatórios que influenciaram a constituição da Psicologia como um importante campo profissional. A reflexão sobre a formação em Psicologia requer que se volte o olhar para a articulação com o momento sócio-político no qual a Psicologia se constituiu, pois esse movimento possibilitará a compreensão das demandas que instigaram a sua institucionalização no contexto brasileiro.

Palavras-chave: Formação do psicólogo. Psicologia. Ensino de psicologia. Diretrizes curriculares nacionais.



ISSN 2237-0137

PSICOLOGIA BREVE E O LUTO: POSSIBILIDADES EM FOCO

Naiara Francisca Viana

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Neffretier Cinthya Rebello André dos Santos Clasta

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

A Psicologia Breve de Orientação Analítica é um método direcionado ao *insight*, onde se elege um conflito a ser trabalhado e, objetiva a superação dos sintomas, concentrando-se nos problemas atuais. O tempo de duração é determinado e a técnica exige foco, multiplicidade de recursos terapêuticos e planejamento. O resumo é o resultado do trabalho realizado no estágio de Psicologia Breve na clínica escola de Psicologia Aplicada da Universidade Federal de Rondônia. Tem como objetivo apresentar um caso clínico de um jovem de trinta e três anos que tinha como queixa principal o falecimento da mãe e a dificuldade de elaborar o luto. Como referencial teórico-metodológico utilizou-se a abordagem de Braier (1991), que inclui entrevistas preliminares, o histórico familiar, a avaliação diagnóstica e prognóstica, a definição de foco, metas e objetivos e a contratação terapêutica. O paciente iniciou a terapia manifestando dificuldade para falar sobre a queixa e para chorar a morte da mãe. Apresentou também, sintomas de ansiedade como: arritmia, sudorese e sufocamento. Durante a terapia buscou trabalhar a dificuldade do reconhecimento e avaliação dos sentimentos, a incapacidade de verbalizar o que sentia, a impulsividade, o reconhecimento da estrutura familiar, rede apoio que pudesse dialogar e sobre sua própria identidade. Como recursos de avaliação



ISSN 2237-0137

psicológica utilizamos o teste projetivo HTP e inventários para verificar a ansiedade, depressão, estresse e o apoio social, como: PHQ-9, DASS-21, BAI, BDI, HAD, PSS-14, Inventário de Estratégias de *Coping* de Folkman e Lazarus e o Questionário de Apoio Social. Ao longo do processo psicoterapêutico, o paciente conseguiu avançar significativamente na elaboração do luto da mãe, havendo o fortalecimento do ego e ressignificações acerca da relação com a progenitora, com o pai e de sua própria identidade. A dinâmica social e econômica atual do paciente, não favorece a adesão de uma psicoterapia mais prolongada, portanto, a Psicologia Breve é uma abordagem de curta duração que permite a resolução do problema por meio de um *insight* cognitivo e colabora para que o sujeito lide com as suas problemáticas de forma focalizada.

Palavras-chave: Luto. Psicologia Breve. Foco terapêutico.



ISSN 2237-0137

CONSIDERAÇÕES SOBRE A IMPORTÂNCIA DO DIAGNÓSTICO PSICOPEDAGÓGICO PARA A INTERVENÇÃO A PARTIR DE UM RELATO CLÍNICO

Nayara Emanuele da Silva Freitas

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Fátima Queiroga

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Hugo Domingos Gomes

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

O presente resumo é resultado de um atendimento psicopedagógico em estágio supervisionado, realizado no ano de 2018 por uma acadêmica do 10º período de Psicologia da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Foram realizadas 19 sessões diagnósticas com o paciente, no Serviço de Psicologia Aplicada da UNIR. O objetivo é descrever um caso clínico e destacar a importância do diagnóstico para a intervenção psicopedagógica com crianças com dificuldade de aprendizagem. O paciente avaliado tinha 11 anos e foi encaminhado à clínica, pela escola e pela família, com queixa de dificuldades na leitura e na escrita. Algo não constante na queixa inicial referia-se à fala comprometida do paciente, trocando a letra “R” por “L”, e não conseguindo pronunciar a letra “V”. Realizaram-se entrevistas com a família e o paciente, anamnese, sessões lúdicas, Entrevista Operatória Centrada na Aprendizagem (EOCA), visitas à escola e à sala de aula, testagens e verificações gerais, desde a coordenação motora e visomotora até competência de leitura, compreensão de texto, sondagem de escrita e de cálculo. Além disso, foi feita a análise do material



ISSN 2237-0137

escolar do paciente, a aplicação do Teste de Desempenho Escolar (TDE), de técnicas projetivas e das Provas do Diagnóstico Operatório. Entende-se que o diagnóstico facilita o processo interventivo posterior, pois serve como parâmetro para avaliação das necessidades do paciente. O aspecto lúdico é fundamental para que as sessões não se tornem cansativas e aversivas à criança. Por serem muitas etapas de diagnóstico, foram realizadas sessões lúdicas livres, com o objetivo de proporcionar um ambiente mais agradável ao paciente, bem como de propiciar o *rapport* com a estagiária. Os aspectos da vida do paciente também foram levados em consideração. Ele morava com o pai e a avó desde bebê, pois os genitores eram divorciados. A mãe havia falecido recentemente. Segundo relato do pai e da avó, a criança não chorou e não teve reações à morte da mãe, de quem não era próximo. Em alguns momentos das sessões, reagiu bastante mal aos instrumentos aplicados, chegando a se autoagredir, dizendo que não sabia nada, pois era “burro”. Ficou notavelmente nervoso e agitado com todas as testagens que envolveram escrita e leitura. Ao realizar comportamentos de autoagressão, as testagens foram interrompidas imediatamente e procurou-se acalmar o paciente. Como resultado do diagnóstico, foi possível perceber que a criança ainda apresentava leitura silábica e conseguia escrever copiando palavras simples ou apenas as primeiras letras de palavras complexas. Entretanto, seu desempenho nas demais atividades foi satisfatório. Em cálculos matemáticos sua habilidade foi bastante explorada. Portanto, a intervenção com o paciente deverá voltar-se para o desenvolvimento de suas capacidades nas áreas de dificuldade, buscando-se o ponto no



ISSN 2237-0137

qual ainda lhe falta prática e incentivo. Na sessão de devolutiva, foi recomendado ao pai que a criança fizesse psicoterapia para que pudesse aprender a lidar com as próprias emoções e frustrações. Também recomendou-se a ida ao fonoaudiólogo para a questão da fala. Por fim, enfatizou-se a importância da participação da família durante o processo interventivo e no incentivo às capacidades do paciente.

Palavras-chave: Psicopedagogia. Sessão Lúdica. Diagnóstico. Intervenção.



RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM ATENÇÃO PSICOSSOCIAL: FORMAÇÃO DO PSICÓLOGO A SERVIÇO DO SUS NA REGIÃO AMAZÔNICA

Nikolli Evelyn Gubert,

Psicóloga Residente do Programa de Residência Multiprofissional
em Atenção Psicossocial (UNESC)

Edna Mônica Wobeto,

Coordenadora e Tutora do Programa de Residência
Multiprofissional em Atenção Psicossocial

O programa de Residência Multiprofissional em Saúde (RMS) tem sua criação no ano de 1975 e teve sua regularização pela Lei nº 11.129 de 2005, promovendo a educação e formação em saúde no SUS como forma de desconstruir o modelo biomédico de assistência. Diante do exposto, o objetivo do presente trabalho é discutir a importância da especialização em serviço dos profissionais de psicologia na região amazônica nesse processo. O referido programa no município de Vilhena tem estruturação de dois anos de residência, o qual é dividido entre os seguintes cenários: Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) e o serviço de Psicologia no atendimento em emergências psiquiátricas no Hospital Geral. Assim, oferta-se ao residente de psicologia a vivência em todo o processo da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e a promoção e prevenção de transtorno em saúde mental para a população local. Portanto, a experiência é pautada nas articulações teóricas e práticas sob o apoio da preceptoria e tutoria. Dessa forma, a vivência em serviço propiciou o reconhecimento das práticas psicológicas no SUS,



ISSN 2237-0137

considerando a formação na graduação ampliando as áreas de atuação do psicólogo, uma vez que essa modalidade de ensino busca qualificar o profissional de saúde para trabalhar no SUS de forma integral e interdisciplinar. A organização de mudanças programadas dos cenários, a fim de abranger a RAPS, contribui para o reconhecimento e desenvolvimento do fazer do psicólogo em políticas públicas. Nesse sentido, promove um espaço de produção de ciência e amplia os cuidados da pessoa em sofrimento, compreendendo as diferentes modalidades de cuidar do emocional. Em contrapartida observa-se que tais mudanças sem planejamento prévio rompem precocemente o vínculo com o paciente, prejudicando a continuidade dos projetos desenvolvidos durante o período de permanência. Desse modo, é possível identificar que o programa de residência multiprofissional provoca os profissionais de psicologia para um movimento de reavaliação da oferta de atendimentos psicológicos nos serviços públicos, desmistificando a visão da graduação, que a Psicologia debruçada para o campo de saúde mental atende o indivíduo dentro de *settings* clássico, utilizando ferramentas restritas à clínica.

Palavras-chave: Residência multiprofissional. Saúde mental. Formação. Psicologia.



ISSN 2237-0137

CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA DO APEGO NO DESENVOLVIMENTO DA DEPENDÊNCIA EMOCIONAL

Savana Sara Batista da Silva Orso

Faculdade de Educação e Meio Ambiente (FAEMA)

Victor Hugo Coelho Rocha

Faculdade de Educação e Meio Ambiente (FAEMA)

Gésica Borges Bergamini

Faculdade de Educação e Meio Ambiente (FAEMA)

O apego é considerado um mecanismo básico dos seres humanos. Um comportamento biológico programado, como o mecanismo de alimentação e da sexualidade. O Relacionamento da criança com os pais é um conjunto de sinais inatos e, com o passar do tempo, o vínculo afetivo entre ambos se desenvolve, garantido pelas capacidades cognitivas e emocionais. **Objetivo:** Identificar os pressupostos da Teoria de Apego de Bowlby e compreender como se desenvolve a dependência emocional dos sujeitos que possuem déficits em suas necessidades básicas. **Método:** Foi realizado uma pesquisa bibliográfica, mediante estudos feitos em artigos, teses e livros, utilizando-se descritores como “Terapia do Apego”, “Dependência Emocional” e “Necessidades Básicas”. **Resultado e Discussão:** O impacto da relação com a família na primeira infância é fundamental ao desenvolvimento da personalidade. O bebê vem ao mundo em condição de vulnerabilidade fisiológica e emocional, dependendo de alguém que lhe forneça cuidados que garantam sua sobrevivência. Considera-se esta pessoa como figura de apego e é ela quem o ajudará a proporcionar um desenvolvimento biopsicossocial



saudável e seguro. A criança constrói um modelo representacional interno de si mesma dependendo de como foi cuidada, internaliza sentimentos de segurança em relação a si própria, torna-se independente e explora sua liberdade. Já a relação de apego insegura, na qual a mãe ou seu cuidador não lhe proporciona os cuidados fisiológicos e amorosos adequados aos quais ela necessita, seus efeitos são prejudiciais ao seu desenvolvimento trazendo sentimentos disfuncionais e conseqüentemente culpa e depressão, gerando assim uma personalidade instável. As conseqüências irão variar dependendo do grau de privação deste vínculo. A teoria do apego, formulada por John Bowlby, em 1979, é uma das mais estudadas da história da psicologia, tendo um papel em destaque na formulação da terapia do esquema, bem como influência direta no tratamento dos pacientes. Os conceitos de Bowlby são a base para o entendimento da formação e manutenção dos EID, bem como para a aplicação de técnicas fundamentais à terapia do esquema, como a reparação parental limitada. **Conclusão:** Muitos conflitos emocionais são conseqüência de um vínculo mal estabelecido entre mãe e filho na infância, sendo necessária uma recriação de apego nas relações atuais, trazendo uma base segura ao indivíduo.

Palavras-chave: Terapia do Apego. Dependência Emocional. Necessidades Básicas.



MORTE E LUTO EM TERAPIA COGNITIVO COMPORTAMENTAL: INTERVENÇÃO A LUZ DA TERAPIA DE ACEITAÇÃO E COMPROMISSO

Savana Sara Batista da Silva Orso

Faculdade de Educação e Meio Ambiente (FAEMA)

Victor Hugo Coelho Rocha

Faculdade de Educação e Meio Ambiente (FAEMA)

Gésica Borges Bergamini

Faculdade de Educação e Meio Ambiente (FAEMA)

O significado de morte varia de acordo com diferentes culturas, religiões, civilizações, tornando assim, características peculiares dos povos. Sem dúvida é um evento estressor na vida de uma pessoa, gerador de muito sofrimento e alterações psicológicas, fisiológicas, comportamentais e até sociais onde o enlutado está inserido, independentemente de suas crenças. **Objetivo:** Identificar as distorções cognitivas vinculadas ao luto e os desafios dos pensamentos disfuncionais durante esse processo e pontuar como a terapia de aceitação e compromisso pode auxiliar o paciente no manejo do luto. **Método:** Realizou-se uma pesquisa bibliográfica, através de levantamentos de documentos como artigos, teses e livros, utilizando-se descritores como: Luto. Terapia de aceitação e compromisso. Pensamentos disfuncionais. Para seleção dos artigos que foram utilizados nesta descrição foi utilizado como critério de exclusão àqueles documentos que não tinham os descritores em suas palavras-chave. **Resultado e Discussão:** Evitar falar o que pensa ou o que sente sobre a morte não fortalece o enlutado, ao contrário pode



ISSN 2237-0137

limitar suas chances de lidar de forma adequada com esta situação. Por ser ainda vista como um tabu, cercada de mistérios e de crenças, dificulta entender a finitude da vida, trazendo complicações quanto à perda. Acredita-se que a reação e a maneira com que o indivíduo interpreta esta situação, dependerá dos padrões aprendidos e internalizados, interferindo e refletindo na alteração emocional e comportamental, podendo gerar sentimentos e emoções desagradáveis e causadoras de sofrimento. A incapacidade, vulnerabilidade, são os grandes geradores da desorganização, se tornando então em certo momento esquemas iniciais disfuncionais. A forma como foi o rompimento do vínculo afetivo, o nível de aceitação, o tipo de morte repentina ou não, são determinantes essenciais na elaboração desta perda. O enlutado tenta encontrar um entendimento racional de como e o porquê aconteceu, isto lhe é fundamental para aliviar a dor e a ansiedade. Os esquemas que regem os pensamentos e atitudes das pessoas em sofrimento, quando trabalhados pela terapia cognitivo-comportamental, traz ao paciente alívio e restauração do seu funcionamento, pois o enlutado possui a necessidade de readaptação rápida. É por meio da intervenção terapêutica que será identificado os recursos disponíveis, identificando onde há distorções destes pensamentos, cooperando de forma eficaz para a modificação estrutural e funcional. Fazendo com que haja a aceitação do luto, consequentemente havendo uma mudança de direção. **Conclusão:** Neste caso a melhor forma de se trabalhar é através da terapia de aceitação e compromisso, onde o paciente será orientado a buscar concepções mais realísticas e menos destrutivas ao seu



ISSN 2237-0137

funcionamento, fortalecendo suas capacidades de autonomia e desempenho.

Palavras-chave: Luto. Terapia de Aceitação e Compromisso. Pensamentos Disfuncionais.



ISSN 2237-0137

METODOLOGIAS ATIVAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM NA FORMAO DO PSICÓLOGO

Tatyana Cristina Cardoso Xavier
Faculdade Meta (Fameta)

Luci Vieira Catellane Lima
Athenas Grupo Educacional

As contínuas e crescentes transformaes da sociedade contemporânea têm colocado em questão, também, aspectos importantes relacionados  formao dos profissionais de psicologia. Possuir um diploma e atuar como especialista em uma área já não  mais o bastante para o profissional do século XXI. Pesquisas indicam que, independentemente da área de atuao as exigências atuais de mercado requerem um profissional com flexibilidade, liderança, comunicao, visão sistmica e que saiba trabalhar em equipe. Dessa forma, refletir sobre a formao do psicólogo  uma exigência imposta pela sociedade aos educadores, ficando evidente a necessidade de uma nova proposta para a graduao que conceba um profissional apto a atender às demandas atuais. Objetivando uma formao centrada no protagonismo do estudante, buscando o desenvolvimento das competências descritas anteriormente. Intencionando superar o modelo tradicional de ensino, pode-se implementar nas aulas, metodologias e estratégias de ensino que valorizam o papel ativo do estudante no processo ensino-aprendizagem. Dentre estas está TBL (Team Based Learning), os Mapas Mental e Conceitual, Estudo de Casos, Aprendizagem Baseada em Problemas, Aprendizagem por Projetos, Educao Interprofissional e Práticas Colaborativas. Nesta



primeira fase do projeto foram implementadas a metodologia de Estudo de Casos e as estratégias de ensino de TBL e Mapas mental e conceitual. O TBL é uma estratégia de ensino que cria oportunidades de trabalho em pequenos grupos nos quais os estudantes devem estudar o assunto com antecedência para aplicar na discussão durante a aula. A estratégia de mapas e como já diz o próprio nome mapear assuntos, conceitos, organizar informações, gerenciar projetos, desenvolver planos de carreira, estudar para prova, resumir livros etc. Já o Estudo de Casos é uma metodologia na qual o professor deve escrever um caso real da profissão, deve ser escrito de forma concisa, utilizando termos científicos. O estudo é organizado a partir das palavras-chave encontradas no texto, os conceitos teóricos estudados são discutidos em sala com os alunos propondo novas formas de resolver o caso. Apesar da aprendizagem baseada em metodologias ativas ser focada na autonomia do aprendiz a mesma não esvazia a importância do professor, trazendo este como o principal elo mediador entre o conhecimento e o aprendiz. Entendemos o papel do docente que não é apenas restringir-se à transmissão do conhecimento, sem a preocupação real do crescimento e amadurecimento discente. Portanto, buscamos formar um psicólogo capaz de dialogar com seus pares e com a realidade, desenvolver uma prática reflexiva, experimentar novas oportunidades, agir de forma diferenciada e estabelecer relações horizontais e colaborativas sem autoritarismo, mas com autoridade.

Palavras-chave: Formação em Psicologia. Metodologias ativas. Processo de ensino e aprendizagem.



A DOENÇA FÍSICA DE QUEM NÃO PODE VIVENCIAR A DOR DA ALMA: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM PSICOSSOMÁTICA

Tauana Cristina Santana

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Daniele Mejia Cavalcante

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

A psicossomática se propõe a estudar os mecanismos de adoecimento e formas de tratamento do sujeito que somatiza, cumprindo uma função de extrema relevância no que se refere à promoção da saúde dessas pessoas, já que a única forma de escoamento do sofrimento psíquico é a partir do corpo somático, o que pode levar ao comprometimento orgânico. Cada indivíduo reage de maneira particular aos traumas e situações difíceis da vida cotidiana e por meio da mentalização, esses momentos de frustração vão sendo carregados de simbolismos para absorver a carga traumática. Um aspecto a ser observado, é a relação simbólica inconsciente que o psicossomático faz entre o sintoma psíquico e a doença orgânica. O presente estudo é uma pesquisa do tipo qualitativa, com revisão bibliográfica e estudo de caso, fruto de uma disciplina de graduação em Psicologia. Utilizou-se como método investigativo a entrevista semiestruturada com um voluntário que apresenta histórico médico de Cálculo Renal, buscando analisar se há uma ligação entre o quadro clínico e a personalidade do entrevistado. A partir da entrevista pode se afirmar que o entrevistado possui traços psicossomáticos em sua estrutura de personalidade, visto que apresenta dificuldades em verbalizar sentimentos e emoções, e apresenta um discurso racional,



ISSN 2237-0137

evidenciando uma pobreza no simbólico. Consta-se que a escolha inconsciente dos rins como “órgão eleito”, é uma forma do voluntário de externalizar, a partir de uma doença orgânica, os conflitos não trabalhados e de difícil simbolização consciente. Na falta de um corpo simbólico, o psicossomático transpõe seu sofrimento para o corpo físico, gerando o adoecimento orgânico, que pode levar à morte. Conclui-se que a única forma de tratamento e de evitar que seus sintomas psicossomáticos causem mais prejuízo orgânico é pela verbalização dos conteúdos afetivos. O meio mais eficaz de prevenir que o sintoma psicossomático cause essa devastadora consequência é pela palavra. Assim, é fundamental que o profissional Psicólogo atue auxiliando na promoção de espaços de fala para estes indivíduos. Por meio da fala, o paciente pode elaborar seus traumas e conflitos, o que auxilia no seu processo de recuperação e bem-estar físico e principalmente psíquico.

Palavras-chave: Psicossomática, Cálculo Renal, Promoção de Saúde.



ESTRÁTEGIAS DE COPING UTILIZADAS PELOS ACADÊMICOS DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA: REFLETINDO A CONSTRUÇÃO DAS RELAÇÕES INTERPESSOAIS

Thabata Milane Santos Rodrigues
Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Luiza Maria Stelo de Mattos
Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Fábio Biasotto Feitosa
Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

A formação acadêmica demanda notável comprometimento, responsabilidade e empenho por parte dos estudantes. Consoante ao envolvimento exigido com as demandas da graduação, as relações estabelecidas entre os sujeitos que experienciam a vivência na Universidade podem vir a potencializar as situações geradoras de estresse. Os discentes de Psicologia enfrentam diversas circunstâncias potencialmente estressoras, fazendo-se necessário pensar a forma em que os estudantes lidam com o estresse percebido. A partir da teoria de Lazarus e Folkman, investiga-se a realidade dos acadêmicos de Psicologia da Universidade Federal de Rondônia com o propósito de compreender quais são as situações potencialmente estressoras e quais são as estratégias de enfrentamento – denominadas de *coping* – utilizadas pelos acadêmicos. A pesquisa foi conduzida pela abordagem qualitativa, através do método descritivo e estudo de levantamento. Enquanto recurso metodológico utilizou-se as entrevistas semiestruturadas e o formulário sociodemográfico para



ISSN 2237-0137

dialogar com 10 participantes do curso de Psicologia. Partindo da análise de conteúdo de Bardin, foi possível constatar que a relação interpessoal entre os estudantes é o fator causal de maior estresse dentro do curso. O surpreendente resultado aponta uma contradição existente entre o ideal do psicólogo, este socialmente habilidoso e empático, e a realidade encontrada dentro e fora das salas de aula. Visando que a relação interpessoal transpassa a área profissional, social e pessoal, analisou-se como os sujeitos buscam enfrentar o estresse existente. As estratégias de *coping* mais utilizadas pelos psicólogos em formação são: 'fuga-esquiva', que concerne desejos ou atos para fugir da situação, e 'resolução de problemas', este referente a esforços deliberadamente focados em alterar a situação estressora. Pode-se afirmar que geralmente a primeira estratégia mencionada não representa uma forma saudável e efetiva de lidar com o estresse, sendo apenas uma maneira de adiar o enfrentamento, causando mais sofrimento para o indivíduo. A segunda estratégia, no entanto, é uma forma de solucionar o problema e que, na maior parte dos casos, possui resultado efetivo na redução do estresse. Com base no exposto, é necessário pensar meios de fomentar a maior utilização de estratégias de *coping* de correlação positiva, reduzindo o estresse e transformando a experiência universitária e o processo de formação em um percurso de crescimento e aprendizagem pessoal e profissional. Mediante ao que foi colocado, fica evidente a imprescindibilidade de prosseguir estudando sobre o assunto do estresse no contexto acadêmico, focalizando na relação interpessoal dos estudantes de Psicologia na busca por apreender os porquês do



estresse percebido nesse âmbito. Entender as causas possibilita uma atuação voltada a singularidade do curso, auxiliando os graduandos na administração do estresse e na construção de uma dinâmica saudável na relação entre os sujeitos dentro da instituição de ensino superior.

Palavras-chave: estresse em acadêmicos, formação em psicologia, relações interpessoais, *coping*.

GRUPO DE MÃES E PAIS COM FILHOS AUTISTAS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Thathyane Nunes Dorneles

Universidade Federal de Rondônia - UNIR

Anna Carolina Gomes Freire Filgueiras

Universidade Federal de Rondônia - UNIR

Iracema Neno Cecilio Tada

Universidade Federal de Rondônia - UNIR

O autismo, conforme descrito pelo Código Internacional de Doenças – CID 10, é um transtorno mental caracterizado pela dificuldade na interação social com tendência ao isolamento, evitando o contato visual direto; com prejuízos em sua comunicação verbal e não verbal, apresentando comportamento inadequado por possuírem um repertório de rotinas e interesses restritivos e repetitivos. Desta forma, as pessoas com autismo e seus familiares, se mantêm a margem de uma sociedade segregacionista, com seus direitos de cidadãos limitados, sem acesso a serviços públicos de saúde e de educação de que tanto necessitam, acarretando sobrecarga física, emocional e



psicológica para seus familiares. Diante dessa situação desenvolvemos em Organização Não Governamental que atende pessoas com autismo, no período de 2016 a 2018, o Projeto de Extensão intitulado “Muito prazer sou autista: venha me conhecer para além do rótulo!”, com 11 crianças e adolescentes com autismo, envolvendo seus pais, bem como os profissionais da saúde e educação com eles envolvidos. Aqui, relataremos o nosso trabalho desenvolvido junto aos pais nos grupos terapêuticos, tendo como objetivo promover momentos de reflexão e suporte com os genitores sobre as dificuldades, demandas e os temas em comuns vivenciados por eles pelo o fato de terem um filho com autismo. Além disso, buscamos estabelecer um fortalecimento grupal, resgatando o indivíduo que ali se encontra em sofrimento em decorrência do filho ter autismo. As atividades foram realizadas na própria ONG, sempre no último sábado de cada mês, com duração de duas horas, excetuando o período de recesso escolar, totalizando 18 encontros, com participação entre três a oito pais por encontro, sendo coordenado por duas estudantes de Psicologia, e com supervisão mensal das coordenadoras do Projeto. Nos grupos terapêuticos forma desenvolvidos dinâmicas de grupos, reflexões sobre o funcionamento da ONG, trocas de experiências, genograma e, interlocução via vídeo-chamada com uma mãe de uma adulta com autismo, brasileiras, que residem em Hamburgo/Alemanha. Os resultados obtidos foram o resgate do indivíduo para além de seu papel de mãe ou pais de uma pessoa com autismo; melhora na comunicação entre os componentes do grupo e nas soluções de conflitos da própria ONG; melhor manejo em situações de conflito



com seus filhos com autismo; e uma relevante modificação na percepção dos pais com relação as potencialidades para aprendizagem e desenvolvimento de seus filhos com autismo. Conclui-se que esse projeto foi importante, devido aos resultados positivos alcançados, contribuindo para que essas mães e pais tenham um fortalecimento pessoal para melhor enfrentamento das adversidades relacionado a ter um filho com autismo, bem como, colaborou em nossa formação profissional, agregando experiências, tanto com grupos e com pessoas com autismo, como também na aproximação entre a teoria e a prática.

Palavras-chave: psicologia; autismo; grupo de mães e pais; inclusão; formação.



ISSN 2237-0137

COMUNICAÇÕES ORAIS

EIXO IX - PSICOLOGIA, POLÍTICAS PÚBLICAS E ASSISTÊNCIA SOCIAL



ISSN 2237-0137

MÃES ABANDONADAS: A INTERSECÇÃO DE GÊNERO E CLASSE EM PROCESSOS DE DESTITUIÇÃO EM 2016 E 2017 EM PORTO VELHO

Danielle Gonçalves Correia

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Luana Jessica Gomes Pagung

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Maria Ivonete Barbosa Tamboril

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

O presente estudo tem como objetivo abordar a condição das mulheres-mães que tiveram seus filhos entregues e/ou retirados em processos judiciais de destituição do poder familiar, traçando uma linha interseccional entre gênero e classe nesses processos. Para tanto, o método de pesquisa utilizado foi o de levantamento de dados quantitativos junto ao II Juizado da Infância e Juventude da comarca de Porto Velho (Rondônia) sobre os processos transitados e conclusos de destituição do poder familiar nos anos de 2016 e 2017, especialmente no que concerne ao perfil das mulheres-mães que constam como requeridas. A partir dos dados quantitativos presentes nas categorias elencadas no levantamento, e em paralelo com estudos realizados no aporte de referencial bibliográfico que tem como foco a família destituída do poder familiar, as causas do acolhimento institucional de crianças e adolescente, a família no plano sociojurídico e as políticas públicas voltadas para a família, é proposto uma reflexão sobre a condição da mulher-mãe, sua relação materna no seio familiar e em seu contexto social à luz da Psicologia Sócio-Histórica. Os resultados obtidos apontam que as famílias destituídas de poder familiar encontram-se, em sua maioria, em situações de vulnerabilidade social, figurando entre a parcela populacional menos



favorecida economicamente no Brasil; foi identificado também que, dentre as famílias presentes no levantamento, são as mulheres as figuras parentais com maior cobrança social de assunção e cuidados da prole, estando os homens-pais ausentes em quase 70% dos processos analisados e ainda, o não cumprimento do preconizado pelas legislações vigentes, uma vez que entre os 18 processos analisados, apenas 3 mulheres-mães e suas famílias extensas foram assistidas por alguma política pública específica de fortalecimento familiar; e 28% dessas mulheres/mãe já haviam vivenciado perdas do poder familiar de outros filhos. Assim, evidencia-se a necessidade de maior atenção e alcance das políticas públicas e mais estudos voltados à condição das mulheres-mães envolvidas nos processos de destituição do poder familiar, uma vez que são elas as principais agentes sujeitas aos estigmas e consequências de terem entregado ou perdido seus filhos via destituição.

Palavras-chave: Destituição do poder familiar; Gênero; Classe; Políticas Públicas.



COMUNICAÇÕES ORAIS

EIXO X - IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DE GRANDES EMPREENDIMENTOS NA AMAZÔNIA



PARA ONDE CORRO, NÃO VEJO SAÍDAS... SÓ VEJO BARRAGENS: IMPACTOS SUBJETIVOS EM ATINGIDOS POR BARRAGENS NA CIDADE DE PORTO VELHO

Juliana da Silva Nóbrega

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Laura Isabelle Nobre Carvalho

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Matheus Mendonça de Vasconcelos

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

As explorações de recursos naturais em Rondônia começaram na época em que o atual estado era chamado de Território Federal do Guaporé. Com isso, o estado foi grande alvo de migração, em especial na década de 1980, apresentando um crescimento populacional 10 vezes maior em relação à população de 1960. Além disso, o crescimento populacional causado pelas migrações nesses investimentos não foi proporcional ao desenvolvimento urbano, levando em consideração que, atualmente a cidade Porto Velho - capital do estado, não possui nem 10% de saneamento básico. O último projeto que gerou crescimento popular desenfreado foi o das usinas hidrelétricas no ano de 2009, e também se caracteriza como um projeto de exploração dos recursos naturais, cujas empresas responsáveis contrataram psicólogos para que eles legitimassem seus interesses. A partir dessas reflexões, este trabalho refere-se à uma experiência de Estágio Básico em Psicologia Social onde realizou-se uma vivência em uma comunidade diretamente atingida pelas barragens no Rio Madeira com o objetivo de conhecer a realidade



ISSN 2237-0137

desses moradores e refletir sobre como a Psicologia pode estar presente nesse contexto. A metodologia utilizada foi a de observação participante em conjunto com a perspectiva de campo-tema, onde o campo se caracteriza por todas as práticas de investigação e não apenas a ida ao local de observação. Inicialmente, os estudantes participaram de uma formação de base promovida pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e seguidamente foram realizadas observações na comunidade registradas em diários de campo. Foi possível perceber que a construção das barragens gerou problemáticas para os moradores, entre elas: baixa qualidade da água encanada, que é contaminada com areia e lama; limitação do direito de ir e vir e do lazer das pessoas da comunidade por conta da infestação de pernilongos, causada pela elevação do nível da água do rio em razão das barragens, o que fez com que o habitat natural dos pernilongos se aproximasse da moradia das pessoas atrapalhando o cotidiano das mesmas e contribuindo para que as onças ficassem mais próximas das casas, ameaçando plantações e criação de gado, galinha, porco e animais domésticos. A falta de perspectiva de futuro foi o impacto mais recorrente na fala dos atingidos devido à ação que movem contra a empresa responsável pela construção das usinas para que recebam indenização. A tramitação ocorre há anos e até o presente momento não houve um veredicto, paralisando qualquer planejamento futuro por parte dos moradores. Por fim, a experiência se tornou relevante ao ouvir e valorizar as narrativas dos atingidos, resistindo ao discurso hegemônico de progresso e lucro das usinas, que tentam esconder uma realidade de retirada de direitos. Vivenciar este campo-tema foi



ISSN 2237-0137

importante ao possibilitar o direcionamento da formação de psicólogos aos direitos humanos, à reflexão acerca do alcance das políticas públicas à comunidades que não estão em ambientes urbanos, bem como a aproximação da Psicologia aos movimentos sociais e aos sentidos de suas lutas contribuindo para o desenvolvimento de uma ciência que legitime a transformação da sociedade, não a exploração desta.

Palavras-chave: Psicologia. Impactos Socioambientais na Amazônia. Atingidos por barragens.

VISEPP
SEMINÁRIO DE PSICOLOGIA
I Regional Norte - ABRAPSO
V ABRAPES Rorônia
realizado por
RAPSI | ABRAPSO | ABRAPES



PSICOLOGIA, DEMOCRACIA
E DIREITOS HUMANOS
NA AMAZÔNIA
06 a 09 de Novembro de 2018
Local: Campus José Fêbeiro Filho
Porto Velho - RO
apoio:   

ISSN 2237-0137

COMUNICAÇÕES ORAIS

EIXO XI - PSICOLOGIA COMUNITÁRIA



ISSN 2237-0137

PSICOLOGIA E ESTIGMATIZAÇÃO SOCIAL: REFLEXÕES ACERCA DA PRISÃO PROVISÓRIA

Cristiano de Almeida Fernandes

Faculdades Integradas Aparício Carvalho (Fimca)

Edson da Costa Carvalho

Faculdades Integradas Aparício Carvalho (Fimca)

Matheus Henrique de Souza Vaz

Faculdades Integradas Aparício Carvalho (Fimca)

Através das experiências dos autores frente às temáticas de sanções penais e reintegração social, foi pensado em como o social compreende e dissemina sua percepção quanto ao indivíduo que aguarda a sentença em prisão temporária. Este trabalho visa ampliar as perspectivas sociais acerca do sistema prisional, expondo conteúdos geradores de estigmatização no imaginário social em relação ao indivíduo que cumpre medida provisória, bem como promover reflexões na perspectiva psicológica crítica a respeito deste sujeito que se encontra privado de sua liberdade. De acordo com a lei nº 7.960/89, a prisão provisória ocorre durante a investigação policial, e é utilizada para a coleta de provas e, se encontradas, aplica-se a prisão preventiva. Segundo a última pesquisa realizada pelo Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN), em 2016, de 100% das unidades prisionais do país, apenas 45% possuíam conhecimento sobre o tempo de aprisionamento de pessoas sem condenação. A partir deste dado, constatou-se que 47% dos aprisionados esperavam julgamento em sentença há mais de 90 dias. O estigma social vivenciado por pessoas que já estiveram em prisão provisória se equipara ao de casos em que houve condenação, isto é,



mesmo o indivíduo não sendo culpado, é tratado socialmente como se fosse. Esse movimento social rotula o indivíduo por toda uma vida, implicando diretamente no reestabelecimento de seu convívio social e consequentemente corroborando para seu adoecimento psíquico; a esse conceito é atribuída por Amarante e Silveira (2011) a ideia de punição perpétua, referindo-se às permanentes máculas deixadas pelo processo do encarceramento provisório. Embora o indivíduo esteja de volta ao meio ao qual pertencia antes do cárcere, se torna refém de um imaginário social que o estigmatizou como o culpado. Apesar da comprovação da inocência e da liberação do sistema prisional, o sujeito ainda sofre, mesmo que “reinserido” na sociedade, da institucionalização, resultando, entre outras consequências, em um processo de humilhação onde o sujeito perde sua identidade e autonomia. Eis aí o desafio da reintegração social, onde a psicologia por sua vez busca, além de tentar extinguir os estigmas sociais, recuperar o protagonismo daquele que sofre com as marcas do imaginário social disfuncional que não o reconhece como pertencente de um nicho de “bons cidadãos”. Trata-se de uma pesquisa de cunho bibliográfico, com busca eletrônica em artigos e periódicos indexados nas bases de dados bibliográficos SciELO, LILACS, PePSIC e livros. De acordo com as pesquisas realizadas, obteve-se poucos resultados, identificando assim a escassez desse assunto no meio acadêmico e dentro da própria psicologia, sendo importante essa abordagem, visto que está diretamente ligado com um estigma biopsicossocial do indivíduo.

Palavras-chave: Psicologia. Estigmatização. Medida provisória.



PARTICIPAÇÃO SOCIAL E ORGANIZAÇÃO COLETIVA EM BAIROS DE PORTO VELHO-RO: (DES)ENCONTROS ENTRE LÍDERES E COMUNIDADE

Jéssica Fabrícia Silva Lima

Universidade Federal de Rondônia(UNIR)

Lilian Caroline Urnau

Universidade Federal de Rondônia(UNIR)

Angélica de Souza Lima

Universidade Federal de Rondônia(UNIR)

As associações de moradores estão em constante transformações históricas enquanto espaços importantes de organização coletiva-comunitária para habitantes de bairros e comunidades. Essa forma de organização da sociedade civil, visa dialogar e mobilizar ações e lutas por direitos, por meio do desenvolvimento e aprendizado da participação social. Considerando a importância do olhar da psicologia para as relações sociais e as condições objetivas de produção de subjetividades, da autonomia e participação social, este estudo buscou investigar os significados e sentidos produzidos por residentes de bairros de uma cidade amazônica sobre as organizações coletivo-comunitárias locais. Para tanto, realizaram-se entrevistas semiestruturadas, gravadas por microgravador, e observações de campo, registradas em diário de campo, em seis bairros de diferentes zonas da cidade Porto Velho-RO. Foram entrevistados seis líderes comunitários e 15 moradores, totalizando 21 participantes. Com base no referencial da psicologia sócio-histórica, os indicadores analíticos elaborados foram: espaços de participação na associação de



ISSN 2237-0137

moradores; limites e possibilidades de influência na agenda pública; lideranças: vilões ou mártires; relações interpessoais entre moradores. Observou-se a inatividade das associações estudadas, nas quais escassas reuniões coletivas são realizadas. A maioria das associações não tinha um espaço físico próprio e quando havia um local a estrutura estava em condições de abandono ou não era utilizada pela comunidade. Na visão dos líderes os moradores não participavam das atividades relacionadas à Associação de moradores e na visão dos moradores os líderes eram ausentes e não havia transparência nas ações. Sobre a influência na agenda pública verificou-se o trabalho isolado e individualizado das lideranças junto representantes políticos e do poder público com maior influência e a manifestação coletiva, por meio da interdição de ruas da cidade, como principal ferramenta de reivindicação de direitos das populações. Os representantes dos habitantes foram percebidos ora como vilões, trabalhando em benefício próprio, ora como mártires, responsáveis exclusivos pelas melhorias nos bairros. Por fim, observou-se que as organizações coletivas são importantes meios de participação social, porém não são usadas para o benefício da comunidade ou bairro e sim como visando melhorias individuais dos líderes comunitários. Resultados que contrariam a noção das associações como espaços de exercício democrático e participativo, significativas para o desenvolvimento de sentimentos de pertencimento e como luta política na influência com o poder público.

Palavras-chave: participação social, associação de moradores, psicologia sócio-histórica.



ISSN 2237-0137

RELATO DE EXPERIÊNCIA COM PARTICIPANTES DE UM PROJETO SOCIAL: BRINCADEIRAS E DIÁLOGO COMO FERRAMENTAS EDUCATIVAS

Karem Dato da Silva Pinto

Universidade Federal de Rondônia(UNIR)

Marli Lucia Tonatto Zibetti

Universidade Federal de Rondônia(UNIR)

Lilian Caroline Urnau

Universidade Federal de Rondônia(UNIR)

Este texto tem por objetivo relatar o trabalho desenvolvido como parte do projeto de extensão “Oficina de sonhos: refletindo sobre perspectivas de futuro e protagonismo com adolescentes”. O referido projeto, inicialmente voltado apenas para adolescentes, sofreu ampliação para atender às crianças de nove a 13 anos que frequentavam a Organização da Sociedade Civil de interesse público (OSCIP) na qual o projeto era desenvolvido. As crianças frequentavam a OSCIP aos sábados pela manhã em busca de práticas esportivas, mas a única atividade disponível era o futebol e, por isso, a frequência era basicamente masculina. A partir das observações realizadas sobre o funcionamento das atividades na OSCIP, o espaço físico disponível e as relações estabelecidas entre as crianças, foram planejadas e desenvolvidas atividades específicas para esse subgrupo, enquanto os adolescentes e as crianças menores (até oito anos) participavam de outras propostas. Os objetivos que orientaram o trabalho com este subgrupo foram: a) diversificar as atividades propostas para ampliar a participação do público feminino; b)



estimular o diálogo entre os participantes para potencializar a capacidade de auto-organização e desenvolver atitudes de respeito e colaboração; c) socializar os conhecimentos dos participantes e ampliar seu repertório de possibilidades lúdicas. Foram realizados 38 encontros, de maio de 2017 a junho de 2018, de duas horas de duração. O número de participantes em cada encontro variou de 15 a 50. A organização das atividades obedecia a dois momentos: o primeiro consistia em propor brincadeiras dirigidas e jogos diversos, dentre os quais pode-se citar *Stop*, *Quiz*, *Imagem&Ação* e *Qual é a música?* E, para isso, as crianças eram divididas em pequenas equipes, sendo acompanhadas por monitoras do projeto, enquanto outra monitora era responsável pela coordenação geral da atividade. À medida que os participantes foram adquirindo autonomia, membros das próprias equipes passaram a coordená-las. No segundo momento eram desenvolvidas atividades esportivas, que incluíam, pular corda, queimada, elástico, rouba bandeira, entre outras. Também foram feitas gincanas que envolveram todos os participantes do projeto com atividades coletivas como caça ao tesouro. Nessa proposta, os participantes eram divididos em equipes mistas, com crianças e adolescentes de diferentes idades que deviam realizar tarefas diversas, distribuídas em diferentes locais da instituição. Ao cumprir cada uma das tarefas as equipes ganhavam dicas para descobrir onde o “tesouro” estava escondido. Após os primeiros meses de trabalho foram introduzidas rodas de conversa com os participantes, que eram realizadas ao final do primeiro momento de atividades, nas quais as crianças avaliavam o que havia sido feito no dia, apontavam os



ISSN 2237-0137

problemas a serem superados e sugeriam novas propostas. Os resultados indicam: s) ampliação da participação feminina no projeto; b) boa parte das crianças desenvolveu comportamentos mais autônomos; c) algumas crianças demonstraram capacidade de gestão cooperativa. Concluimos que o espaço aberto para o diálogo, mesmo em atividades esportivas, permitiu que os participantes pudessem explicitar suas percepções e expectativas, analisar o impacto de suas ações sobre os outros.

Palavras-Chave: Brincadeiras; diálogo, psicologia comunitária.



ISSN 2237-0137

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E PSICOLOGIA COMUNITÁRIA: AÇÕES DO PROJETO RONDON NO EMPODERAMENTO DA COMUNIDADE DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS-RO

Marcos Henrique Figueira de Mello

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Stéfane Christie Ferreira de Lima

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Introdução: Trata-se de um relato de experiência em Psicologia Comunitária que ocorreu durante o Projeto Rondon que acontece há 50 anos no Brasil. Em janeiro de 2018 aconteceu mais uma edição intitulada "Operação Teixeira" que teve Rondônia como palco dessa operação. Entre os dias 20 de janeiro de 2018 a 4 de fevereiro de 2018 os universitários de oito instituições de ensino superior atenderam nove municípios com baixos índices de desenvolvimento humano. Um desses municípios foi Alto Alegre dos Parecis, que recebeu acadêmicos da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) os quais levaram diversas oficinas relacionadas ao campo da saúde, do direito, educação e empoderamento feminino. **Objetivos:** Contribuir para o desenvolvimento e o fortalecimento da cidadania do estudante universitário e com o desenvolvimento sustentável, o bem-estar social e a qualidade de vida nas comunidades carentes, usando as habilidades universitárias; empoderar a comunidade local na busca de seus direitos pela formação de multiplicadores do conhecimento. **Método:** As oficinas "Oficina do Beijo", "Mulher, viaje pelo seu corpo" e "Diversidade Sexual: o que tenho a ver com isso?" são resultados de um projeto de extensão intitulado "Saúde Sexual e Reprodutiva na



ISSN 2237-0137

Universidade" que atua na UNIR e foram mediadas por um acadêmico de Psicologia e uma acadêmica de Enfermagem. Tinham como objetivo discutir com a comunidade a respeito dos direitos sexuais e reprodutivos, saúde tanto da mulher quanto do homem utilizando a pedagogia da problematização que propõe a participação dialógica dos atores pela aprendizagem significativa, visando a sensibilização e mudança comportamental. Resultados: Ao todo, as oficinas foram realizadas dez vezes em locais diferentes da cidade, linhas e assentamento e estima-se que o público ultrapassa o quantitativo de 150 pessoas, dentre eles jovens e adultos. Percebeu-se que ao abrir um espaço de fala as pessoas puderam ter um momento de diálogo onde foi possível esclarecer algumas dúvidas, discutir problemas da comunidade e pensar em possíveis formas de solução desses problemas. Conclusão: A importância da extensão dá-se pela troca de saberes entre sociedade e universidade o que proporciona experiências como essa, que não estão previstas, e muitas vezes não são incentivadas, no processo de formação regular resultando num diálogo interprofissional da Psicologia na promoção de saúde. Trabalhar com a comunidade requer esforço, paciência e muito resiliência, pois o trabalho comunitário é feito para a comunidade, com a comunidade e na comunidade. Isso significa que para que possa haver resultados positivos é preciso estar imerso na cultura local para assim poder ver os problemas por um outro viés. Participar do Projeto Rondon promove grande crescimento pessoal e profissional porque é a chance de vivenciar os desafios da profissão que por vezes não são tão explorados durante os estágios curriculares.

Palavras-chave: Psicologia. Extensão. Comunidade.



ISSN 2237-0137

SIGNIFICADOS SOBRE PLANTAS MEDICINAIS PARA JOVENS DE UMA COMUNIDADE RIBEIRINHA AMAZÔNICA

Thaline Castro de Lima

Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Marcelo Gustavo Aguilár Calegare

Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Dayana Kellen Onofre dos Santos

Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

As plantas medicinais são um tipo de recurso natural utilizado pela medicina tradicional, seu uso, manutenção e transmissão são característicos de populações tradicionais, dentre elas, as residentes em comunidades ribeirinhas amazônicas. Trata-se de um conhecimento constituído historicamente pela identificação e técnicas que se convertem a partir de experiências, para ser compartilhado por todos da comunidade. É perpassado através da oralidade em situação de preparo e uso dos remédios por seus detentores (jovem, adulto ou idoso), quando necessários à manutenção da saúde ou assistência aos doentes ou feridos. Esta pesquisa teve como objetivo investigar a relação de jovens moças de uma comunidade ribeirinha amazônica (município de Caapiranga/AM). Adotamos o método qualitativo, foram feitas duas entrevistas semiestruturadas em um grupo com 12 jovens. Para análise dos resultados utilizamos a Análise de Conteúdo na perspectiva de Bardin. A faixa etária das participantes foi entre 10 e 29 anos. Constatou-se a partir dos relatos das jovens que os significados atribuídos aos conhecimentos tradicionais sobre plantas



ISSN 2237-0137

medicinais estão atrelados à seis eixos temáticos: 1) Ponto de vista; 2) Motivo de uso; 3) Circunstância do uso; 4) Preferência do uso; 5) Importância; 6) Interesse em aprender. No primeiro eixo é enfatizado o aprendizado e cuidado dentro do seio familiar. O segundo informa o cuidado e necessidade do recurso natural em si. O terceiro versa sobre aspectos dos cuidados com a saúde e tratamento medicamentoso. O quarto denota aspecto percepção sensorial e valorativa. Enquanto o quinto é notável a transmissão do conhecimento para os outros. Somado ao quinto eixo que reforça a importância de conhecer e indicar o uso das plantas medicinais. Portanto, concluímos que essas jovens apresentam significativa influência das relações familiares devido a interação entre os atores que detêm o conhecimento tradicional sobre plantas medicinais. Os resultados encontrados sinalizam uma concordância com a literatura encontrada, no que diz respeito ao conhecimento tradicional sobre plantas medicinais ser caracterizado por conteúdos de cuidados à saúde, fácil acesso ao recurso natural no ambiente e transmissão do conhecimento tradicional de geração a geração, por fim, possibilitam formas de pensar e cuidar da sua própria sua, dos seus familiares e de demais pessoas da comunidade.

Palavras-chave: Psicologia Comunitária. Comunidade ribeirinha. Plantas medicinais.